



**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Anexo 12 da lei 4.320/64

Item 5 da IN TCE - 03/2005

CONSOLIDADO DO ESTADO

Exercício de 2022

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>26.160.484.901,00</b>	<b>30.372.612.380,26</b>	<b>33.443.681.238,89</b>	<b>3.071.068.858,63</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		12.854.636.485,00	14.506.800.017,67	14.733.149.411,39	226.349.393,72
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		6.108.419.760,00	6.728.064.856,83	7.039.749.239,43	311.684.382,60
RECEITA PATRIMONIAL		117.337.195,00	872.931.167,76	1.672.089.745,63	799.158.577,87
RECEITA AGROPECUÁRIA		158.889,00	158.889,00	541.854,89	382.965,89
RECEITA INDUSTRIAL		1.916.452,00	1.916.452,00	1.851.900,30	(64.551,70)
RECEITA DE SERVIÇOS		912.254.277,00	940.358.093,35	1.106.101.763,84	165.743.670,49
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		5.409.851.448,00	6.563.500.751,22	7.621.811.195,08	1.058.310.443,86
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		755.910.395,00	758.882.152,43	1.268.386.128,33	509.503.975,90
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>425.342.999,00</b>	<b>479.620.220,79</b>	<b>356.492.954,96</b>	<b>(123.127.265,83)</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		360.762.674,00	360.762.674,00	190.180.092,73	(170.582.581,27)
ALIENAÇÃO DE BENS		19.805.992,00	19.805.992,00	21.674.910,10	1.868.918,10
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS		1.069.860,00	1.069.860,00	3.281.549,48	2.211.689,48
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		43.704.473,00	90.981.694,79	103.510.356,35	12.528.661,56
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		0,00	7.000.000,00	37.846.046,30	30.846.046,30
SUBTOTAL DAS RECEITAS		26.585.827.900,00	30.852.232.601,05	33.800.174.193,85	2.947.941.592,80
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		26.585.827.900,00	30.852.232.601,05	33.800.174.193,85	2.947.941.592,80
DÉFICIT		0,00	4.817.334.077,52	0,00	(4.817.334.077,52)
<b>TOTAL</b>		<b>26.585.827.900,00</b>	<b>35.669.566.678,57</b>	<b>33.800.174.193,85</b>	<b>(1.869.392.484,72)</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)		0,00	4.817.334.077,52	0,00	(4.817.334.077,52)
Superávit Financeiro		0,00	4.717.334.077,52	0,00	(4.717.334.077,52)
Reabertura de créditos adicionais		0,00	100.000.000,00	0,00	(100.000.000,00)

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO
<b>EXECUÇÃO DIRETA E DESTAQUE CONCEDIDO</b>		<b>26.585.827.900,00</b>	<b>35.669.566.678,57</b>	<b>33.254.548.205,77</b>	<b>29.196.811.244,07</b>	<b>28.953.794.932,32</b>	<b>2.415.018.472,80</b>
DESPESAS CORRENTES		21.806.150.433,00	26.278.397.681,97	24.862.609.641,02	23.660.692.025,78	23.475.613.871,08	1.415.788.040,95
Pessoal e Encargos Sociais		16.007.000.271,00	17.365.497.755,20	16.896.185.897,02	16.872.035.750,46	16.731.014.223,06	469.311.858,18
Juros e Encargos da Dívida		374.949.121,00	375.624.344,01	366.676.617,17	366.676.617,17	366.676.617,17	8.947.726,84
Outras Despesas Correntes		5.424.201.041,00	8.537.275.582,76	7.599.747.126,83	6.421.979.658,15	6.377.923.030,85	937.528.455,93
DESPESAS DE CAPITAL		4.777.677.467,00	9.389.168.996,60	8.391.938.564,75	5.536.119.218,29	5.478.181.061,24	997.230.431,85
Investimentos		3.411.251.239,00	6.635.600.423,38	5.780.336.711,70	3.922.185.822,60	3.864.247.665,55	855.263.711,68
Inversões Financeiras		20.601.137,00	1.271.900.757,76	1.151.786.359,80	154.117.902,44	154.117.902,44	120.114.397,96
Amortização da Dívida		1.345.825.091,00	1.481.667.815,46	1.459.815.493,25	1.459.815.493,25	1.459.815.493,25	21.852.322,21
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS		26.585.827.900,00	35.669.566.678,57	33.254.548.205,77	29.196.811.244,07	28.953.794.932,32	2.415.018.472,80
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		26.585.827.900,00	35.669.566.678,57	33.254.548.205,77	29.196.811.244,07	28.953.794.932,32	2.415.018.472,80
SUPERÁVIT		0,00	0,00	545.625.988,08	0,00	0,00	(545.625.988,08)
<b>TOTAL</b>		<b>26.585.827.900,00</b>	<b>35.669.566.678,57</b>	<b>33.800.174.193,85</b>	<b>29.196.811.244,07</b>	<b>28.953.794.932,32</b>	<b>1.869.392.484,72</b>

Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos.

ANÉSIA CRISTINA BATISTA  
FTE  
CONTADOR CRC Nº MT 007032/O-9



**ANEXO 1 – DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

Consolidado do Estado

EXERCÍCIO : Dezembro/2022

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	121.189.302,91	1.309.503.673,30	756.898.140,34	752.277.657,21	477.224.556,27	201.190.762,73
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.517.816,95	30.300.415,57	17.899.344,50	17.899.344,50	15.330.236,18	588.651,84
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	117.671.485,96	1.279.203.257,73	738.998.795,84	734.378.312,71	461.894.320,09	200.602.110,89
DESPESAS DE CAPITAL	157.955.611,71	2.115.110.877,04	1.643.759.789,48	1.634.342.569,88	329.486.546,28	309.237.372,59
INVESTIMENTOS	157.955.611,71	2.115.110.877,04	1.643.759.789,48	1.634.342.569,88	329.486.546,28	309.237.372,59
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	279.144.914,62	3.424.614.550,34	2.400.657.929,82	2.386.620.227,09	806.711.102,55	510.428.135,32



**ANEXO 2 – DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO**

Consolidado do Estado

EXERCÍCIO : Dezembro/2022

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	127.090.184,41	205.957.244,29	205.161.607,90	48.758.759,82	79.127.060,98
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.495.538,68	133.605.045,58	135.327.268,15	14.697.406,82	8.075.909,29
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	102.594.645,73	72.352.198,71	69.834.339,75	34.061.353,00	71.051.151,69
DESPESAS DE CAPITAL	18.877.582,22	71.720.249,39	72.166.265,08	2.626.227,42	15.805.339,11
INVESTIMENTOS	18.756.671,00	71.720.249,39	72.166.265,08	2.626.227,42	15.684.427,89
INVERSÕES FINANCEIRAS	120.911,22	0,00	0,00	0,00	120.911,22
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	145.967.766,63	277.677.493,68	277.327.872,98	51.384.987,24	94.932.400,09



**ANEXO 3 – DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS:**

Consolidado do Estado

EXERCÍCIO : 2022 PERÍODO (MÊS):Dezembro

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA		RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.144.672.562,00</b>		<b>2.249.172.562,00</b>		<b>2.615.551.724,82</b>	<b>366.379.162,82</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.031.690.551,00		2.136.190.551,00		2.207.880.903,94	71.690.352,94
RECEITA PATRIMONIAL	0,00		0,00		0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00		0,00		0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	274.841,00		274.841,00		224.208,09	50.632,91
RECEITA DE SERVIÇOS	112.707.170,00		112.707.170,00		106.603.263,94	6.103.906,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00		0,00		300.843.348,85	300.843.348,85
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		0,00		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.144.672.562,00		2.249.172.562,00		2.615.551.724,82	366.379.162,82
DÉFICIT	71.124.469,00		544.595.298,47		0,00	544.595.298,47
<b>TOTAL DAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.215.797.031,00</b>		<b>2.793.767.860,47</b>		<b>2.615.551.724,82</b>	<b>178.216.135,65</b>
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.214.847.031,00</b>	<b>2.754.643.290,60</b>	<b>2.576.253.248,86</b>	<b>2.562.708.458,00</b>	<b>2.558.225.272,21</b>	<b>178.390.041,74</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.130.746.800,00	2.364.072.660,37	2.203.588.418,77	2.202.493.451,65	2.198.999.941,57	160.484.241,60
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	84.100.231,00	390.570.630,23	372.664.830,09	360.215.006,35	359.225.330,64	17.905.800,14
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>950.000,00</b>	<b>39.124.569,87</b>	<b>33.719.710,30</b>	<b>31.025.210,30</b>	<b>31.025.210,30</b>	<b>5.404.859,57</b>
INVESTIMENTOS	950.000,00	8.404.859,57	3.000.000,00	305.500,00	305.500,00	5.404.859,57
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	30.719.710,30	30.719.710,30	30.719.710,30	30.719.710,30	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.215.797.031,00	2.793.767.860,47	2.609.972.959,16	2.593.733.668,30	2.589.250.482,51	183.794.901,31
SUPERÁVIT	0,00	0,00	5.578.765,66	0,00	0,00	5.578.765,66
<b>TOTAL DAS DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.215.797.031,00</b>	<b>2.793.767.860,47</b>	<b>2.615.551.724,82</b>	<b>2.593.733.668,30</b>	<b>2.589.250.482,51</b>	<b>178.216.135,65</b>



**BALANÇO FINANCEIRO - Exercício de 2022**

Anexo 13 - Lei Complementar 4.320/64

ITEM Nº 4 - IN TCE - 2005

CONSOLIDADO DO ESTADO

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>Receita Orçamentária</b>		<b>33.800.174.193,85</b>	<b>28.595.058.254,24</b>
Ordinária		18.726.754.036,74	16.176.266.721,70
Vinculada		15.073.420.157,11	12.418.791.532,54
Recursos Vinculados à Educação		4.556.181.067,59	3.911.396.845,80
Recursos do Fundo de Manutenção e Des. do Ensino Fundamental e Val. do Magistério - FUNDEB		2.976.058.282,63	2.519.843.758,53
Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.459.336.057,26	1.290.938.849,31
Recursos da Contribuição ao Salário Educação		120.786.727,70	100.614.237,96
Recursos Vinculados à Saúde		2.981.150.073,86	2.763.452.522,63
Recursos para Apoio das Ações e Serviços de Saúde		2.981.150.073,86	2.763.452.522,63
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		4.028.796.060,22	3.410.739.756,44
Recursos de Contribuição para a Seguridade Social de Outros Poderes		672.002.328,73	491.541.695,46
Recursos de Contribuição dos Órgãos e Servidores para a Previdência Social		3.143.121.221,85	2.697.126.403,08
Recursos de Contribuição dos Servidores Militares para o Sistema Social		213.672.509,64	222.071.657,90
Recursos Vinculados à Assistência Social		63.505.212,54	57.913.624,26
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		711.839,28	1.746.241,07
Recursos destinados ao Fundo de Erradicação da Pobreza		62.793.373,26	56.167.383,19
Outras Destinações de Recursos		3.443.787.742,90	2.275.288.783,41
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>		<b>27.117.540.266,65</b>	<b>23.464.478.727,28</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		27.117.540.266,65	23.464.478.727,28
Cota Recebida		26.376.466.066,98	22.523.043.915,62
Repasso Recebido		417.237.990,61	142.230.584,92
Recursos para cobertura de Déficit Financeiro		323.836.209,06	799.204.226,74
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>		<b>29.813.869.203,24</b>	<b>25.943.312.698,80</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		4.057.736.961,70	3.424.614.550,34
Restos a Pagar não Processados		4.057.736.961,70	3.424.614.550,34
Inscrição de Restos a Pagar Processados		243.016.311,75	277.677.493,68
Restos a Pagar Processados		226.556.575,42	190.353.110,82
Consignações Inscritas em RP		16.459.736,33	87.324.382,86
Depósitos Restituíveis de Valores Vinculados		12.175.365.421,08	10.325.726.738,54
Depósitos de Diversas Origens		11.345.506.352,74	9.663.987.043,58
Depósitos a Terceiros		829.859.068,34	661.739.694,96
Outros Recebimentos Extraorçamentários		13.337.750.508,71	11.915.293.916,24
Receita Própria a Receber		3.712.465.631,56	3.533.544.346,57
Receita Tesouro a Receber		164.042.167,71	120.841.919,64
Direitos Derivados Utilização Sdo Disponib. Cta Única-LC 360/09.		109.429.198,41	53.468.840,00
Fundo Contingencial/Ressarcimento a Receber		5.903.904,36	5.133.194,67
Créditos a receber Folha de Pagamento		117.289,96	200.838,17
Consignações do Exercício		5.250.119.819,21	4.503.040.616,62
Receita Própria a Repassar		3.670.463.746,34	3.433.629.332,27
Receita do Tesouro a Repassar		377.555.069,34	260.010.243,20
Incorporação e Desincorporação de Saldo Financeiro		41.645.768,26	229.298,93
Fundo Contingencial/Ressarcimento a Repassar		2.219.378,31	0,00
Recursos Destinados a Pessoa/Dívida a Receber - Mov. Credor		3.788.535,25	5.195.286,17
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior</b>		<b>11.165.106.120,22</b>	<b>6.015.032.443,93</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		11.165.106.120,22	6.015.032.443,93
Bancos Conta Movimento		11.165.106.120,22	6.015.032.443,93
Capacidade Financeira		0,00	0,00



**BALANÇO FINANCEIRO - Exercício de 2022**

Anexo 13 - Lei Complementar 4.320/64

ITEM Nº 4 - IN TCE - 2005

CONSOLIDADO DO ESTADO

INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Recebida		6.455.882.221,98	2.525.423.372,02
Concedida		(6.455.882.221,98)	(2.525.423.372,02)
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>101.896.689.783,96</b>	<b>84.017.882.124,25</b>

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>Despesa Orçamentária</b>		<b>33.254.548.205,77</b>	<b>26.257.782.801,46</b>
<b>Execução Direta</b>		<b>33.254.548.205,77</b>	<b>26.257.782.801,46</b>
Ordinária		18.968.542.425,10	14.224.088.201,99
Vinculada		14.286.005.780,67	12.033.694.599,47
Recursos Vinculados à Educação		4.407.636.098,68	3.921.293.817,09
Recursos do Fundo de Manutenção e Des. do Ensino Fundamental e Val. do Magistério - FUNDEB		2.868.800.655,29	2.577.085.736,13
Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.369.427.067,71	1.259.773.871,53
Recursos da Contribuição ao Salário Educação		169.408.375,68	84.434.209,43
Recursos Vinculados à Saúde		3.271.696.236,05	2.700.670.749,94
Recursos para Apoio das Ações e Serviços de Saúde		3.271.696.236,05	2.700.670.749,94
Recursos Vinculados à Previdência Social - RPPS		3.562.140.042,94	3.390.108.761,57
Recursos de Contribuição para a Seguridade Social de Outros Poderes		505.738.709,79	450.819.816,56
Recursos de Contribuição dos Órgãos e Servidores para a Previdência Social		2.842.529.035,47	2.722.104.255,35
Recursos de Contribuição dos Servidores Militares para o Sistema Social		213.872.297,68	217.184.689,66
Recursos Vinculados à Assistência Social		545.551,89	305.716,61
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		545.551,89	305.716,61
Outras Destinações de Recursos		3.043.987.851,11	2.021.315.554,26
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>		<b>27.117.540.266,65</b>	<b>23.464.478.727,28</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		27.117.540.266,65	23.464.478.727,28
Cota Concedida		26.376.466.066,98	22.523.043.915,62
Repasso Concedida		417.237.990,61	142.230.584,92
Recursos para cobertura de Déficit Financeiro		323.836.209,06	799.204.226,74
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>		<b>28.585.257.535,97</b>	<b>23.130.514.475,29</b>
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		2.386.620.227,09	647.631.763,28
Restos a Pagar não Processados		2.205.029.105,59	589.701.682,08
RP Não Processados de Exercícios Anteriores		89.919.450,52	40.667.922,66
Consignações de RP Não Processados do Exercício		1.553.798,03	720.220,68
Consignações do Exercício de RP não Processados		90.117.872,95	16.541.937,86
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		277.327.872,98	380.865.470,13
Restos a Pagar Processados		185.082.406,97	166.056.093,98
Consignações Inscritas em RP		82.704.916,73	213.112.966,11
RP Processados de Exercícios Anteriores		3.403.078,00	1.061.504,32
Consignações de RP Processados de Exercícios Anteriores		6.137.471,28	634.905,72
Depósitos Restituíveis de Valores Vinculados		12.661.705.034,53	10.155.938.369,19
Depósitos de Diversas Origens		11.385.547.101,04	9.756.663.824,34
Depósitos a Terceiros		935.024.205,26	399.274.544,85
Títulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - RPPS		341.133.728,23	0,00
Outros Pagamentos Extraorçamentários		13.259.604.401,37	11.946.078.872,69
Receita Própria a Receber		4.048.018.815,68	3.693.639.575,47
Fundo Contingencial/Ressarcimento a Receber		2.219.188,35	0,00
Créditos a receber Folha de Pagamento		0,00	5.852,87



**BALANÇO FINANCEIRO - Exercício de 2022**

Anexo 13 - Lei Complementar 4.320/64

ITEM Nº 4 - IN TCE - 2005

CONSOLIDADO DO ESTADO

DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NOTA	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Consignações do Exercício		5.171.789.001,42	4.497.158.689,64
Receita Própria a Repassar		3.712.465.631,56	3.533.544.346,57
Receita do Tesouro a Repassar		164.042.167,71	120.841.919,64
Incorporação e Desincorporação de Saldo Financeiro		41.947.768,67	37.091.167,66
Obrigações Derivadas Utilização Sdo Disponib. Cta Unica-LC 360/09.		109.429.198,41	53.468.840,00
Fundo Contingencial/Ressarcimento a Repassar		5.903.904,36	5.133.194,67
Recursos Destinados a Pessoa/Dívida a Receber Mov. Devedor		3.788.725,21	5.195.286,17
<b>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte</b>		<b>12.939.343.775,57</b>	<b>11.165.106.120,22</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa		12.939.343.775,57	11.165.106.120,22
Bancos Conta Movimento		12.939.343.775,57	11.165.106.120,22
Capacidade Financeira		0,00	0,00
Recebida		7.552.946.758,70	6.455.882.221,98
Concedida		(7.552.946.758,70)	(6.455.882.221,98)
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>101.896.689.783,96</b>	<b>84.017.882.124,25</b>

ANÉSIA CRISTINA BATISTA  
FTE  
CONTADOR CRC Nº MT 007032/O-9



**QUADRO ANEXO - BALANÇO FINANCEIRO - Dezembro/2022**

STN/IPC 06

Especificação	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo
Ordinária	30.388.424.454,13	11.661.670.417,39	18.726.754.036,74	25.682.089.885,47	9.505.823.163,77	16.176.266.721,70
<b>Vinculada</b>	<b>24.816.273.899,10</b>	<b>9.742.853.741,99</b>	<b>15.073.420.157,11</b>	<b>21.357.988.207,27</b>	<b>8.939.196.674,73</b>	<b>12.418.791.532,54</b>
Recursos vinculados à Educação	8.421.384.857,05	3.865.203.789,46	4.556.181.067,59	7.439.279.941,33	3.527.883.095,53	3.911.396.845,80
Recursos vinculados à Saúde	2.981.212.577,64	62.503,78	2.981.150.073,86	2.763.478.039,40	25.516,77	2.763.452.522,63
Recursos vinculados à Previdência Social - RPPS	4.028.796.060,22	0,00	4.028.796.060,22	3.410.739.756,44	0,00	3.410.739.756,44
Recursos vinculados à Previdência Social - RGPS						
Recursos vinculados à Seguridade Social (Assistência)	63.523.346,91	18.134,37	63.505.212,54	57.914.158,95	534,69	57.913.624,26
Outras Destinações de Recursos	9.321.357.057,28	5.877.569.314,38	3.443.787.742,90	7.686.576.311,15	5.411.287.527,74	2.275.288.783,41





GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ  
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE GERENCIAL CONTÁBIL DO ESTADO  
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



**BALANÇO PATRIMONIAL - Dezembro/2022**

Anexo 14 - Lei 4.320/64

**CONSOLIDADO DO ESTADO**

	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo Circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa		12.939.343.775,57	11.165.106.120,22
Créditos a Curto Prazo		12.718.768.948,16	11.819.873.618,22
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		341.133.728,23	0,00
Estoques		233.667.437,50	134.015.737,80
Ativo Não Circulante Mantido Para Venda		0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente		0,00	0,03
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>26.232.913.889,46</b>	<b>23.118.995.476,27</b>
<b>Ativo Não-Circulante</b>			
Realizável a Longo Prazo		7.399.780.725,01	8.952.438.601,69
Investimentos		359.560.399,19	187.078.982,46
Imobilizado		16.419.350.484,50	12.135.093.529,21
Intangível		124.992.921,38	55.926.954,39
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>24.303.684.530,08</b>	<b>21.330.538.067,75</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>50.536.598.419,54</b>	<b>44.449.533.544,02</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Passivo Circulante</b>			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo		584.850.640,07	268.969.334,44
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		804.441.869,90	1.359.465.920,74
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		600.607.501,55	950.233.446,10
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		839.572,14	101.344,05
Obrigações de Repartições a Outros Entes		9.358.112.455,23	0,00
Provisões a Curto Prazo		403.407.230,12	191.974.545,19
Demais Obrigações a Curto Prazo		958.939.483,97	9.858.995.131,49
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>12.711.198.752,98</b>	<b>12.629.739.722,01</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo		203.101.373,21	152.127.127,88
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		3.918.411.525,22	4.599.880.470,16
Fornecedores a Longo Prazo		64.848.762,68	369.429.216,57
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		0,00	0,00
Obrigações de Repartições a Outros Entes		0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo		5.455.641.692,59	466.035.028,80
Demais Obrigações a Longo Prazo		942.392.171,79	570.549.399,73
Resultado Diferido		0,00	0,00
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>10.584.395.525,49</b>	<b>6.158.021.243,14</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>23.295.594.278,47</b>	<b>18.787.760.965,15</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Patrimônio Social e Capital Social		516.671.048,63	485.951.338,33
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		5.000.000,00	0,00
Reservas de Capital		935.738,32	935.738,32
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		458.682,46	458.682,46
Demais Reservas		385.378.738,88	54.084.604,58
Resultados Acumulados		26.332.559.932,78	25.120.342.215,18
(-) Ações/Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>27.241.004.141,07</b>	<b>25.661.772.578,87</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>50.536.598.419,54</b>	<b>44.449.533.544,02</b>



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ  
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE GERENCIAL CONTÁBIL DO ESTADO  
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



**BALANÇO PATRIMONIAL - Dezembro/2022**

Anexo 14 - Lei 4.320/64

**CONSOLIDADO DO ESTADO**

**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

(Lei nº 4.320/1964)

	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)			
Ativo Financeiro		24.079.106.705,48	20.801.672.410,20
Ativo Permanente		26.457.491.714,06	23.647.861.133,82
Total do Ativo		50.536.598.419,54	44.449.533.544,02
Passivo (II)			
Passivo Financeiro		15.189.163.345,15	13.882.445.685,90
Passivo Permanente		12.619.846.031,66	8.604.086.807,10
Total do Passivo		27.809.009.376,81	22.486.532.493,00
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)		<b>22.727.589.042,73</b>	<b>21.963.001.051,02</b>

**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

(Lei nº 4.320/1964)

	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>			
Garantias e Contragarantias Recebidas		515.245.912,13	189.539.773,31
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congeneres		251.456.750,23	631.631.142,27
Direitos Contratuais		97.613.047,41	98.023.567,41
Outros Atos Potenciais Ativos		1.857.637.576,79	1.145.720.494,83
Total dos Atos Potenciais Ativos		2.721.953.286,56	2.064.914.977,82
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>			
Garantias e Contragarantias Concedidas		226.344,80	121.426,30
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		3.812.631.585,22	1.185.720.178,20
Obrigações Contratuais		6.775.165.450,53	5.731.938.564,54
Outros Atos Potenciais Passivos		1.912.720.023,15	1.200.633.131,19
Total dos Atos Potenciais Passivos		12.500.743.403,70	8.118.413.300,23

**QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO**

(Lei nº 4.320/1964)

	Nota Explicativa	Exercício Atual	Exercício Anterior
100/300 - Recursos Ordinários do Tesouro Estadual		2.585.660.785,23	2.927.879.840,95
108/308 - Recursos de Alienação de Bens - Administração Direta		60.561.594,95	39.058.144,54
110/310 - Recursos da Contribuição ao Salário Educação		32.365.374,15	76.390.143,76
112/312 - Recursos para Apoio das Ações e Serviços de Saúde		567.210.934,81	363.910.706,30
115/315 - Recursos de Contribuição para a Seguridade Social de Outros Poderes		345.062.746,69	178.799.127,75
116/316 - Recursos de Vinculações Constitucionais a Municípios		(213.945,74)	(213.945,74)
117/317 - Transf. Especial da União - Emendas individuais instituídas pela EC nº 105/2019		9.919.993,00	5.519.993,00
120/320 - Recursos destinados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		529.477.564,80	323.391.080,69
122/322 - Recursos do Fundo de Manutenção e Des. da Educ. Básica e Val. dos Profissionais da Educação-FUNDEB		233.539.173,29	123.513.473,02
125/325 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS		3.246.124,28	4.297.243,12
134/334 - Recursos destinados ao Desenvolvimento das Ações de Saúde		335.889.645,32	641.409.875,55
137/337 - Contribuição Regional ao FETHAB - Exercícios Anteriores		0,00	10.996.300,02
151/351 - Recursos de Operações de Crédito da Administração Direta.		32.418.323,98	51.404.491,32
153/353 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - TESOUREIRO		106.321.622,90	0,00
154/354 - Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022 - EDUCAÇÃO		7.183.893,45	0,00
169/369 - Recurso de Outras Transferências da União - Administração Direta		55.228.244,68	35.786.651,77
185/385 - Transferências da União inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020		7.500.816,80	17.282,99



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL - SATE/SEFAZ  
SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE GERENCIAL CONTÁBIL DO ESTADO  
FIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO, CONTABILIDADE E FINANÇAS



**BALANÇO PATRIMONIAL - Dezembro/2022**

Anexo 14 - Lei 4.320/64

**CONSOLIDADO DO ESTADO**

192/392 - Recursos de Repasses Constitucionais e Legais	159.184.362,39	131.771.274,54
193/393 - Recursos de Transferências Voluntárias	397.721.265,56	389.109.120,80
194/394 - Recursos de transferência da União - Cessão Onerosa Bônus Pré-Sal	558.930.631,94	0,00
195/395 - Recursos de Transferências da União	194.818.321,59	204.446.731,06
196/396 - Recursos Especiais Administrados pelo Órgão	1.093.262.614,59	792.248.770,34
214/614 - Recursos Provenientes da Arrecadação de Multas do Sistema RENAINF	18.395.609,71	12.961.133,10
216/616 - Recursos Provenientes de Instituição Privada	8.786.830,75	6.517.480,72
217/617 - Recursos Próprios com Finalidades Específicas	43.231.887,60	35.589.800,03
240/640 - Recursos Próprios	1.453.175.264,77	846.492.195,85
247/647 - Recursos destinados ao Fundo Penitenciário de Mato Grosso	5.826.042,77	8.769.701,96
250/650 - Recursos de Contribuição dos Órgãos e Servidores para a Previdência Social	66.584.310,80	(238.554.172,72)
253/653 - Recursos de Contribuição dos Servidores Militares para o Sistema Social	1.103.053,86	5.945.404,79
888 - Recursos Extra-Orçamentários	(22.449.728,59)	(31.557.689,92)
<b>Total das Fontes de Recursos</b>	<b>8.889.943.360,33</b>	<b>6.945.900.159,59</b>

ANÉSIA CRISTINA BATISTA  
FTE  
CONTADOR CRC Nº MT 007032/O-9



**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Anexo 15 - Lei 4.320/64

CONSOLIDADO DO ESTADO

Exercício de 2022

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS</b>			
	NE	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>		<b>113.179.320.790,14</b>	<b>137.928.364.010,41</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		<b>23.051.636.700,83</b>	<b>14.740.244.250,43</b>
Impostos		22.785.169.041,21	14.484.985.756,81
Taxas		266.466.109,19	255.258.493,62
Contribuições de Melhoria		1.550,43	0,00
<b>Contribuições</b>		<b>7.343.182.644,19</b>	<b>6.149.180.054,80</b>
Contribuições Sociais		3.656.374.675,15	3.355.300.897,44
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico		3.686.807.969,04	2.793.879.157,36
Contribuições de Iluminação Pública		0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		0,00	0,00
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>		<b>1.217.763.143,21</b>	<b>1.582.816.554,22</b>
Venda de Mercadorias		2.333.296,40	2.124.521,28
Vendas de Produtos		0,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		1.215.429.846,81	1.580.692.032,94
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>		<b>5.694.002.287,50</b>	<b>10.594.648.488,22</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		419.885,21	3.050.464,73
Juros e Encargos de Mora		648.968.462,04	443.622.539,76
Variações Monetárias e Cambiais		3.377.798.643,28	9.727.200.174,77
Descontos Financeiros Obtidos		57.953.330,83	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		1.608.788.013,64	239.998.115,02
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		73.952,50	180.777.193,94
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>		<b>70.641.453.564,21</b>	<b>57.543.438.284,33</b>
Transferências Intragovernamentais		61.903.909.967,28	51.279.176.292,14
Transferências Inter Governamentais		8.545.842.333,67	6.130.436.624,07
Transferências das Intituições Privadas		11.860.629,41	24.151.820,46
Transferências das Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos		0,00	0,00
Transferências do Exterior		0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes		176.539.672,70	109.625.421,06
Transferências de Pessoas Físicas		1.802,95	30.865,27
Outras Transferências e Delegações Recebidas		3.299.158,20	17.261,33
<b>Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos</b>		<b>1.531.444.611,61</b>	<b>7.146.299.655,97</b>
Reavaliação de Ativos		37.729,00	0,00
Ganhos com Alienação		232.350,00	20.866.695,51
Ganhos com Incorporação de Ativos por Descobertas e Nascimentos		794.884.321,65	6.317.649.217,01
Ganhos com Desincorporação de Passivos		736.290.210,96	807.783.743,45
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		0,00	0,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>		<b>3.699.837.838,59</b>	<b>40.171.736.722,44</b>
VPA a Classificar		0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações		0,00	5.608.954,77
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas		2.520.880.815,43	39.454.457.168,03



**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Anexo 15 - Lei 4.320/64

CONSOLIDADO DO ESTADO

Exercício de 2022

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.178.957.023,16	711.670.599,64
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>111.445.722.286,70</b>	<b>92.602.819.387,09</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>12.738.344.479,77</b>	<b>10.725.679.830,58</b>
Remuneração a Pessoal	9.851.577.403,45	8.001.868.108,20
Encargos Patronais	2.641.261.311,93	2.312.857.771,36
Benefícios a Pessoal	1.202.557,72	146.822.186,68
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	244.303.206,67	264.131.764,34
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>4.363.036.750,58</b>	<b>4.274.654.142,05</b>
Aposentadorias e Reformas	3.637.536.915,13	3.595.964.388,80
Pensões	725.283.472,70	671.392.164,06
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	216.362,75	7.297.589,19
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>4.078.349.314,69</b>	<b>3.693.842.547,97</b>
Uso de Material de Consumo	864.064.814,20	502.199.233,50
Serviços	2.920.379.990,30	2.992.360.022,30
Depreciação, Amortização e Exaustão	293.904.510,19	199.283.292,17
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>2.608.313.197,29</b>	<b>1.267.337.778,85</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	359.684.605,76	328.139.983,48
Juros e Encargos de Mora	145.422,34	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	1.511.118.504,38	583.795.245,65
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	737.364.664,81	355.402.549,72
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>70.807.372.082,19</b>	<b>57.839.133.326,00</b>
Transferências Intragovernamentais	58.715.422.923,46	52.853.661.630,46
Transferências Inter Governamentais	11.631.228.626,86	4.574.149.373,79
Transferências a Instituições Privadas	393.598.989,80	359.667.345,31
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	19.456.633,00	17.929.998,00
Transferências ao Exterior	6.558.002,50	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	41.106.906,57	33.724.978,44
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>10.695.514.213,51</b>	<b>14.148.501.118,11</b>
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	7.202.326.422,42	12.441.219.009,61
Perdas com Alienação	0,00	24.587,28
Perdas Involuntárias	17.200.818,97	96.532.889,61
Incorporação de Passivos	85.004.190,51	63.993.522,87
Desincorporação de Ativos	3.390.982.781,61	1.546.731.108,74
<b>Tributárias</b>	<b>301.015.908,11</b>	<b>290.047.324,07</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	296.928.181,27	287.812.027,09
Contribuições	4.087.726,84	2.228.931,29
Depósitos Obrigatórios	0,00	6.365,69



**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**

Anexo 15 - Lei 4.320/64

CONSOLIDADO DO ESTADO

Exercício de 2022

<b>Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos e Serviços Prestados</b>		<b>20.458.521,25</b>	<b>4.383.032,45</b>
Custo de Materiais, Serviços e Consumos		0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas		20.458.521,25	4.383.032,45
Custo dos Produtos Vendidos		0,00	0,00
Custo dos Serviços Prestados		0,00	0,00
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>		<b>5.833.317.819,31</b>	<b>359.240.287,01</b>
Premiações		11.547.325,24	12.867.326,11
Resultado Negativo de Participações		4.658.717,28	0,00
Incentivos		19.490.432,53	12.942.653,54
Subvenções Econômicas		0,00	0,00
Participações e Contribuições		0,00	0,00
VPD de Constituição de Provisões		4.647.512.908,46	99.923.905,57
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.150.108.435,80	233.506.401,79
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>		<b>1.733.598.503,44</b>	<b>45.325.544.623,32</b>

ANÉSIA CRISTINA BATISTA  
FTE  
CONTADOR CRC N° MT 007032/O-9



Governo do Estado de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ANEXO 14 - LEI 4.339/04  
Administração do Estado Publico - Inscricao e Caixa - Administração Direta (DECEMBER02) (continuado)

COTA	FUNÇÃO	DESCRIÇÃO	FUNÇÃO		FUNÇÃO		FUNÇÃO		FUNÇÃO		FUNÇÃO		FUNÇÃO		FUNÇÃO		FUNÇÃO		FUNÇÃO		FUNÇÃO	
			CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO	DESCRIÇÃO
0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000



Assinado com senha por JULIO CESAR LIMA BUENO - ANALISTA ADMINISTRATIVO L. 10052 / CGDP - 06/01/2023 às 11:07:49 e ECREICE DA SILVA SOUZA - Superintendente de Gestão de Ativos e Passivos - em substituição legal / CGDP - 06/01/2023 às 11:09:00. Documento Nº: 6293927-1482 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=6293927-1482>



SIGA

SEFAZ/IC/2023/00200









Governo do Estado de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

ANEXO 16 - LEI 4.320/64

Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa - Administração Direta - Notas Explicativas  
DEZEMBRO/2022

- 1) Ajuste NEGATIVO no Contrato: Lei 9496/97- acerto de recálculo em conformidade com o Art. 8º do Decreto 9.056/2017 e Descumprimento dos Art.1º e Art. 3º da LC 156/2016 ( Descumprimento do teto para despesas correntes primárias).
- 2) Ajuste POSITIVO no Contrato: Lei 9496/97- acerto de recálculo em conformidade com o Art. 8º do Decreto 9.056/2017 e Descumprimento dos Art.1º e Art. 3º da LC 156/2016 ( Descumprimento do teto para despesas correntes primárias). Incorporação do saldo devedor, que será pago em 12 parcelas no ano de 2022.
- 3) Atualização Monetária nos Contratos: BNDES - considerando que TJLP superou o teto de 6%.
- 4) Atualização Monetária nos Contratos: Banco do Brasil- considerando que TJLP superou o teto de 6%.
- 5) Atualização Monetária nos Contratos: CEF- considerando que TR foi positiva.
- 6) Ajuste POSITIVO no Contratos: PEF I, PEF II, PROINVEST, PROCONCRETO, MT RESTAURA, conforme estabelecido na LC 173/2020 . Incorporação ao saldo devedor dos juros suspensos no ano de 2020.
- 7) 4ª Liberação de recursos: contrato FINISA PONTES DE CONCRETO nº 0541757-03 em 10/02/2022; conforme extrato bancário CEF origem : na conta 0016.006.00071094-2; Ofício de Solicitação de Liberação de Recursos nº 006/2022/GS/SINFRA; Ação/Ações Orçamentária(s) Favorecida(s): 25.101.0000.26.782.338.1150 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários; ; RDR nº 99000.0000.22.000637-1 datada 10/02/2022; Ação/Ações Orçamentária(S) Favorecida(S) 25.101.0000.26.782.338.1150 - Aquisição DE Equipamentos Rodoviários; no valor de R\$ 12.100.000,00 (doze milhões, e cem mil reais)
- 8) 4ª Liberação de recursos: contrato FINISA PONTES DE CONCRETO nº 0536914-09 em 10/02/2022, na conta 0016.006.00071093-4,Ofício de Solicitação de Liberação de Recursos nº 007/2022/GS/SINFRA; 25.101.0000.26.782.338.1283 - Construção de Obras de Arte Especiais e Correntes ; RDR nº 99000.0000.22.000634-7 datada 10/02/2022; no Valo total De R\$ 76.500.000,00 ( setenta e seis milhões, e quinhentos mil reais).
- 9) 3ª Liberação de recursos: contrato FINISA PONTES DE CONCRETO nº 05411758-17 em 10/02/2022; conforme extrato bancário CEF origem 16600014; na conta 0016.006.00071095-0; Ofício de Solicitação de Liberação de Recursos nº 009/2021/GS/SINFRA; Ação/Ações Orçamentária(s) Favorecida(s): 25.101.0000.26.782.338.1283 - Construção de Obras de Arte Especiais e Correntes; aquisição de material de consumo para realização de obras e instalações; ; RDR nº 99000.0000.22.000659-2 datada 15/02/2022; Ação/Ações Orçamentária(S) Favorecida(S). No valor total De R\$ 80.771.272,78 (oitenta milhões, setecentos e setenta e um mil, duzentos e setenta e dois reais, e setenta e oito centavos).
- 10) Ajuste NEGATIVO no Contrato: PROINVEST, conforme estabelecido na LC 173/2020 . desincorporação ao saldo devedor dos juros suspensos no ano de 2020. Critério adotado revisto pelo Banco do Brasil no corrente ano. No valor de R\$ 36.989,60.
- 11) GCV (ESTORNO) no Contrato: PROINVEST, conforme GCV 3010200012200001-2 datada 24/03/2022. Débitos e créditos ocorridos no dia 17/02/2022 efetuados pelo Banco do Brasil para corrigir valores debitados no dia 15/03/2022, gerou uma divergência no demonstrativos de apamento enviado pela Coordenadoria de Gestão de Dívida Pública (CGDP). No valor de R\$ 1,88.
- 12) DEVOLUÇÃO DE RECURSOS: CONTRATO FINISA PONTES DE CONCRETO Nº 05411758-17 EM 07/02/2022, no valor de R\$ 88.771.272,78. Penalidade aplicada por não utilização dos recursos no prazo estabelecido no contrato, conforme cláusulas 11.6; 11.6.1; 11.6.2; 11.6.3.22, no valor de R\$ 88.771.272,78.
- 13) Pagamento das penalidades aplicadas ao contrato de refinanciamento da Dívida Pública LEI 9496/97, estabelecidas na LC 156/2016 -coforme estabelecido no artigo 4º, §1 e §2; e Decreto regulamentar nº 9.056/2017, artigo 8º (descumprimento do Teto para despesas Correntes Primárias no ano de 2018). Devolução dos valores recebidos a título de descontos extraordinários e a revogação da ampliação das parcelas do prazo contratual (360º para 600º). No mês de Maio/2022, ocorreu o pagamento da 5ª parcela da referida penalidade, de 12ª a serem pagas no ano de 2022, com 1º pagamento em janeiro/2022. Foram pagas nas rubricas de amortização, e juros. O valor previsto para pagamento total no ano de 2022 da referida penalidade penalidade, corresponde ao montante de R\$ 805.080.752,49; sendo que até o corrente mês, já foram pagos o montante total da penalidade aplicada no valor R\$ 331.513.192,95 (correspondeu a amortização R\$ 322.411.797,22 e a juros R\$ 9.195.812,62). "Art. 8º Revogados o prazo adicional e a redução extraordinária, nos termos do art. 7º , ou rescindido o termo aditivo conforme previsto no § 8º do art. 1º da Lei Complementar nº 156, de 2016 , ficam afastados os seus efeitos financeiros, hipótese em que o Estado ou o Distrito Federal deverá fazer a complementação, nas prestações subsequentes, dos valores pagos a menor por força do prazo adicional de que trata o § 2º do art. 1º e da redução extraordinária de que trata o art. 3º da referida Lei Complementar à proporção de um doze avos por mês, apurados pelo Sistema de Amortização Constante, aos quais serão aplicados os encargos de adimplência. "Parágrafo único. A rescisão de que trata o caput abrangerá exclusivamente as cláusulas do termo aditivo que versem sobre a revogação do prazo adicional e a redução extraordinária de que tratam, respectivamente, o art. 1º e o art. 3º da Lei Complementar nº 156, de 2016 , mantendo-se em vigor os demais dispositivos do aditivo contratual".
- 14) Pagamento da 6ª PARCELA DA PENALIDADE aplicada ao contrato de refinanciamento da Dívida Pública LEI 9496/97, estabelecida na LC 156/2016 -coforme Artigo 4º, §1 e §2; e Decreto regulamentar nº 9.056/2017, artigo 8º (descumprimento do Teto para despesas Correntes Primárias no ano de 2018). Devolução dos valores recebidos a título de descontos extraordinários e a revogação da ampliação das parcelas do prazo contratual (360º para 600º). No mês de Maio/2022, ocorreu o pagamento da 5ª parcela da referida penalidade, de 12ª a serem pagas no ano de 2022, com 1º pagamento em janeiro/2022. Foram pagas nas rubricas de amortização, e juros. O valor previsto para pagamento total no ano de 2022 da referida penalidade penalidade, corresponde ao montante de R\$ 805.402.721,81 ( montante oscila conforme variação de índices econômicos); sendo que até o corrente mês, já foram pagos o montante total da penalidade aplicada no valor R\$ 486.525.131,51 (corresponde à amortização o saldo R\$ 453.961.235,80 e a juros R\$ 12.463.895,71). "Art. 8º Revogados o prazo adicional e a redução extraordinária, nos termos do art. 7º , ou rescindido o termo aditivo conforme previsto no § 8º do art. 1º da Lei Complementar nº 156, de 2016 , ficam afastados os seus efeitos financeiros, hipótese em que o Estado ou o Distrito Federal deverá fazer a complementação, nas prestações subsequentes, dos valores pagos a menor por força do prazo adicional de que trata o § 2º do art. 1º e da redução extraordinária de que trata o art. 3º da referida Lei Complementar à proporção de um doze avos por mês, apurados pelo Sistema de Amortização Constante, aos quais serão aplicados os encargos de adimplência. "Parágrafo único. A rescisão de que trata o caput abrangerá exclusivamente as cláusulas do termo aditivo que versem sobre a revogação do prazo adicional e a redução extraordinária de que tratam, respectivamente, o art. 1º e o art. 3º da Lei Complementar nº 156, de 2016 , mantendo-se em vigor os demais dispositivos do aditivo contratual".
- 15) Pagamento da 7ª PARCELA DA PENALIDADE aplicada ao contrato de refinanciamento da Dívida Pública LEI Nº 9496/97, estabelecida na LC Nº 156/2016 -coforme artigo 4º, §1 e §2; e Decreto regulamentar nº 9.056/2017, artigo 8º (descumprimento do Teto para despesas Correntes Primárias no ano de 2018). Devolução dos valores recebidos a título de descontos extraordinários e a revogação da ampliação das parcelas do prazo contratual (de 600º para 360º). No mês de junho/2022, ocorreu o pagamento da 7ª parcela da referida penalidade, de 12ª a serem pagas no ano de 2022, com 1º pagamento em janeiro/2022. Foram pagas nas rubricas de amortização, e juros. O valor previsto para pagamento total no ano de 2022 da referida penalidade penalidade, corresponde ao montante de R\$ 805.698.834,28 ( montante oscila conforme variação de índices econômicos); sendo que até o corrente mês, já foram pagos o montante total da penalidade aplicada no valor R\$ 486.525.131,51 (corresponde à amortização o saldo R\$ 453.961.235,80 e a juros R\$ 12.463.895,71). "Art. 8º Revogados o prazo adicional e a redução extraordinária, nos termos do art. 7º , ou rescindido o termo aditivo conforme previsto no § 8º do art. 1º da Lei Complementar nº 156, de 2016 , ficam afastados os seus efeitos financeiros, hipótese em que o Estado ou o Distrito Federal deverá fazer a complementação, nas prestações subsequentes, dos valores pagos a menor por força do prazo adicional de que trata o § 2º do art. 1º e da redução extraordinária de que trata o art. 3º da referida Lei Complementar à proporção de um doze avos por mês, apurados pelo Sistema de Amortização Constante, aos quais serão aplicados os encargos de adimplência. "Parágrafo único. A rescisão de que trata o caput abrangerá exclusivamente as cláusulas do termo aditivo que versem sobre a revogação do prazo adicional e a redução extraordinária de que tratam, respectivamente, o art. 1º e o art. 3º da Lei Complementar nº 156, de 2016 , mantendo-se em vigor os demais dispositivos do aditivo contratual".



Assinado com senha por JULIO CESAR LIMA BUENO - ANALISTA ADMINISTRATIVO L 10052 / CGDP - 06/01/2023 às 11:07:49 e ECREICE DA SILVA SOUZA - Superintendente de Gestão de Ativos e Passivos - em substituição legal / CGDP - 06/01/2023 às 11:09:00.  
Documento Nº: 6293927-1482 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar/?n=6293927-1482>



SEFAZD/C202300200





Governo do Estado de Mato Grosso  
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

- 16) (Estorno) no contrato: Finisa Pontes de Concreto nº 0536914-09, tendo em vista que o Credor foi invertido na execução de abril/22 e regularizado em julho/22 no valor de R\$ 0,20. Estorno realizado na execução financeira e orçamentária.
- 17) (Estorno/NLA) no contrato: Finisa Pontes de Concreto nº 0541758-17, tendo em vista que o valor de Abril/22 do Anexo 16 foi retificado em R\$ 0,20. Ajuste necessário por NLA, para reflexo no contábil.
- 18) Pagamento da 8ª PARCELA DA PENALIDADE aplicada ao contrato de refinanciamento da Dívida Pública LEI Nº 9496/97, estabelecida na LC Nº 156/2016 - conforme artigo 4º, §1 e §2; e Decreto regulamentar nº 9.056/2017, artigo 8º (descumprimento do Teto para despesas Correntes Primárias no ano de 2018). Devolução dos valores recebidos a título de descontos extraordinários e a revogação da ampliação das parcelas do prazo contratual (de 600º para 360º). No mês de agosto/2022, ocorreu o pagamento da 8ª parcela da referida penalidade, de 12º a serem pagas no ano de 2022, com 1º pagamento em janeiro/2022. Foram pagos nas rubricas de amortização, e juros. "Art. 8º Revogados o prazo adicional e a redução extraordinária, nos termos do art. 7º, ou rescindido o termo aditivo conforme previsto no § 8º do art. 1º da Lei Complementar nº 156, de 2016, ficam afastados os seus efeitos financeiros, hipótese em que o Estado ou o Distrito Federal deverá fazer a complementação, nas prestações subsequentes, dos valores pagos a menor por força do prazo adicional de que trata o § 2º do art. 1º e da redução extraordinária de que trata o art. 3º da referida Lei Complementar à proporção de um doze avos por mês, apurados pelo Sistema de Amortização Constante, aos quais serão aplicados os encargos de adimplência." Parágrafo único. A rescisão de que trata o caput abrangerá exclusivamente as cláusulas do termo aditivo que versem sobre a revogação do prazo adicional e a redução extraordinária de que tratam, respectivamente, o art. 1º e o art. 3º da Lei Complementar nº 156, de 2016, mantendo-se em vigor os demais dispositivos do aditivo contratual".
- 19) DEVOLUÇÃO DE RECURSOS: CONTRATO FINISA PONTES DE CONCRETO Nº 0541757-03 EM 27/07/2022, no valor de R\$ 3.466.076,91. Penalidade aplicada por não utilização dos recursos no prazo estabelecido no contrato, conforme cláusulas 11.6; 11.6.1; 11.6.2; 11.6.3.
- 20) DEVOLUÇÃO DE RECURSOS: CONTRATO FINISA PONTES DE CONCRETO Nº 05336914-09 EM 11/08/2022, no valor de R\$ 1.735.235,15. Penalidade aplicada por não utilização dos recursos no prazo estabelecido no contrato, conforme cláusulas 11.6; 11.6.1; 11.6.2; 11.6.3.
- 21) DEVOLUÇÃO DE RECURSOS: CONTRATO FINISA PONTES DE CONCRETO Nº 05411758-17 EM 02/08/2022, no valor de R\$ 11.381.620,91. Penalidade aplicada por não utilização dos recursos no prazo estabelecido no contrato, conforme cláusulas 11.6; 11.6.1; 11.6.2; 11.6.3.
- 22) 5ª Liberação de recursos: contrato FINISA PONTES DE CONCRETO nº 0536914-09 em 23/08/2022, na conta 0016.006.00071093-4; RDR nº 99000.0000.22.003092-2 datada 23/08/2022; no Valor Total De R\$ 39.985.235,15 (trinta e nove milhões, novecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco reais e 15 centavos).
- 23) 5ª Liberação de recursos: contrato FINISA PONTES DE CONCRETO nº 0541758-17 em 23/08/2022, na conta 0016.006.00071095-0; RDR nº 99000.0000.22.003033-7 datada 16/08/2022; no Valor Total De R\$ 69.531.620,91 (Sessenta e nove milhões, quinhentos e trinta e um mil, seiscentos e vinte reais e noventa e um centavos).
- 24) Pagamento da 10ª PARCELA DA PENALIDADE aplicada ao contrato de refinanciamento da Dívida Pública LEI Nº 9496/97, estabelecida na LC Nº 156/2016 - conforme artigo 4º, §1 e §2; e Decreto regulamentar nº 9.056/2017, artigo 8º (descumprimento do Teto para despesas Correntes Primárias no ano de 2018). Devolução dos valores recebidos a título de descontos extraordinários e a revogação da ampliação das parcelas do prazo contratual (de 600º para 360º). No mês de OUTUBRO/2022, ocorreu o pagamento da 10ª parcela da referida penalidade, de 12º a serem pagas no ano de 2022, com 1º pagamento sendo feito em janeiro/2022. Os valores são pagos nas rubricas de amortização e juros. O valor previsto para pagamento total no ano de 2022 da referida penalidade penalidade, corresponde ao montante de R\$ 807.587.019,01 (oitocentos e sete milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, duzentos e noventa e sete reais e sete centavos) - montante oscila conforme variação de índices econômicos-. Sendo que até o corrente mês, já foram pagos o montante total da penalidade aplicada no valor R\$ 670.869.394,12 (seiscentos e setenta milhões, oitocentos e sessenta e nove mil, trezentos e noventa e quatro reais, e doze centavos)-correspondendo à amortização o saldo R\$655.085.068,30 e a juros R\$ 15.784.325,82". "Art. 8º Revogados o prazo adicional e a redução extraordinária, nos termos do art. 7º, ou rescindido o termo aditivo conforme previsto no § 8º do art. 1º da Lei Complementar nº 156, de 2016, ficam afastados os seus efeitos financeiros, hipótese em que o Estado ou o Distrito Federal deverá fazer a complementação, nas prestações subsequentes, dos valores pagos a menor por força do prazo adicional de que trata o § 2º do art. 1º e da redução extraordinária de que trata o art. 3º da referida Lei Complementar à proporção de um doze avos por mês, apurados pelo Sistema de Amortização Constante, aos quais serão aplicados os encargos de adimplência." Parágrafo único. A rescisão de que trata o caput abrangerá exclusivamente as cláusulas do termo aditivo que versem sobre a revogação do prazo adicional e a redução extraordinária de que tratam, respectivamente, o art. 1º e o art. 3º da Lei Complementar nº 156, de 2016, mantendo-se em vigor os demais dispositivos do aditivo contratual".
- 25) Pagamento da 11ª PARCELA DA PENALIDADE aplicada ao contrato de refinanciamento da Dívida Pública LEI Nº 9496/97, estabelecida na LC Nº 156/2016 - conforme artigo 4º, §1 e §2; e Decreto regulamentar nº 9.056/2017, artigo 8º (descumprimento do Teto para despesas Correntes Primárias no ano de 2018). Devolução dos valores recebidos a título de descontos extraordinários e a revogação da ampliação das parcelas do prazo contratual (de 600º para 360º). No mês de NOVEMBRO/2022, ocorreu o pagamento da 11ª parcela da referida penalidade, de 12º a serem pagas no ano de 2022; sendo que o 1º pagamento foi feito em janeiro/2022. Os valores são pagos nas rubricas de amortização e juros. O valor previsto para pagamento total no ano de 2022 da referida penalidade penalidade, corresponde ao montante de R\$ 808.118.930,95 (oitocentos e oito milhões, cento e dezoto mil, novecentos e trinta e sete reais e cinco centavos)- montante oscila conforme variação de índices econômicos-. Sendo que até o corrente mês, foram pagos o montante total da penalidade aplicada no valor R\$ 739.619.587,95 (setecentos e trinta e nove milhões, seiscentos e noventa e sete mil, quinhentos e oitenta e sete reais, e noventa e cinco centavos), correspondendo à amortização o valor de R\$723.160.620,44 e a juros R\$ 16.458.967,51). "Art. 8º Revogados o prazo adicional e a redução extraordinária, nos termos do art. 7º, ou rescindido o termo aditivo conforme previsto no § 8º do art. 1º da Lei Complementar nº 156, de 2016, ficam afastados os seus efeitos financeiros, hipótese em que o Estado ou o Distrito Federal deverá fazer a complementação, nas prestações subsequentes, dos valores pagos a menor por força do prazo adicional de que trata o § 2º do art. 1º e da redução extraordinária de que trata o art. 3º da referida Lei Complementar à proporção de um doze avos por mês, apurados pelo Sistema de Amortização Constante, aos quais serão aplicados os encargos de adimplência." Parágrafo único. A rescisão de que trata o caput abrangerá exclusivamente as cláusulas do termo aditivo que versem sobre a revogação do prazo adicional e a redução extraordinária de que tratam, respectivamente, o art. 1º e o art. 3º da Lei Complementar nº 156, de 2016, mantendo-se em vigor os demais dispositivos do aditivo contratual".
- 26) 5ª Liberação de recursos: contrato FINISA PONTES DE CONCRETO nº 0541757-03 em 10/11/2022; conforme extrato bancário CEF origem ; na conta 0016.006.00071094-2 (CEF CBA 04128); Ofício de Solicitação de Liberação de Recursos nº 051/2022/GS/SINFRA; Ação/Ações Orçamentária(s) Favorecida(s): 25.101.0000.26.782.338.1150 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários; RDR nº 99000.0000.22.004337-4 datada 10/11/2022; Ação/Ações Orçamentária(S) Favorecida(S) 25.101.0000.26.782.338.1150 - Aquisição DE Equipamentos Rodoviários; no valor de R\$ 8.646.169,64 (Oito milhões, seiscentos e quarenta e seis mil, cento e sessenta e nove reais, e sessenta e quatro centavos).
- 27) Pagamento da 12ª PARCELA DA PENALIDADE aplicada ao contrato de refinanciamento da Dívida Pública LEI Nº 9496/97, estabelecida na LC Nº 156/2016 - conforme artigo 4º, §1 e §2; e Decreto regulamentar nº 9.056/2017, artigo 8º (descumprimento do Teto para despesas Correntes Primárias no ano de 2018). Devolução dos valores recebidos a título de descontos extraordinários e a revogação da ampliação das parcelas do prazo contratual (de 600º para 360º). No mês de NOVEMBRO/2022, ocorreu o pagamento da 12ª parcela da referida penalidade, de 12º a serem pagas no ano de 2022. Sendo que o 1º pagamento foi realizado em janeiro/2022. Os valores foram pagos nas rubricas de amortização e juros correspondente ao programa (8028 - pagamento da dívida interna). O valor total do pagamento realizado correspondeu ao montante de R\$ 808.533.271,67 (oitocentos e oito milhões, quinhentos e trinta e três mil, duzentos e sessenta e sete reais e sete centavos). "Art. 8º Revogados o prazo adicional e a redução extraordinária, nos termos do art. 7º, ou rescindido o termo aditivo conforme previsto no § 8º do art. 1º da Lei Complementar nº 156, de 2016, ficam afastados os seus efeitos financeiros, hipótese em que o Estado ou o Distrito Federal deverá fazer a complementação, nas prestações subsequentes, dos valores pagos a menor por força do prazo adicional de que trata o § 2º do art. 1º e da redução extraordinária de que trata o art. 3º da referida Lei Complementar à proporção de um doze avos por mês, apurados pelo Sistema de Amortização Constante, aos quais serão aplicados os encargos de adimplência." Parágrafo único. A rescisão de que trata o caput abrangerá exclusivamente as cláusulas do termo aditivo que versem sobre a revogação do prazo adicional e a redução extraordinária de que tratam, respectivamente, o art. 1º e o art. 3º da Lei Complementar nº 156, de 2016, mantendo-se em vigor os demais dispositivos do aditivo contratual".

Cuiabá, 05 de JANEIRO de 2023

Elaborado por:

De acordo:

**Julio César Lima Bueno**  
Analista Administrativo - mat - 94539  
CGDP/SGAP/SATE/SEFAZ

**Ecreice da Silva Souza**  
Coordenadora da Gestão de Dívida Pública  
SGAP/SATE/SEFAZ



Assinado com senha por JULIO CESAR LIMA BUENO - ANALISTA ADMINISTRATIVO L 10052 / CGDP - 06/01/2023 às 11:07:49 e ECREICE DA SILVA SOUZA - Superintendente de Gestão de Ativos e Passivos - em substituição legal / CGDP - 06/01/2023 às 11:09:00.  
Documento Nº: 6293927-1482 - consulta à autenticidade em <https://www.sigadoc.mt.gov.br/sigaex/public/app/autenticar/?m=6293927-1482>



SEFAZ/DIC/20230020

SIGA



### DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Anexo 17 da Lei 4.320/64

CONSOLIDADO DO ESTADO

Exercício de 2022

TÍTULO	SALDO DO EXERCÍCIO R\$	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE R\$
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
<b>RESTOS A PAGAR</b>				
<b>Processados</b>	<b>321.178.810,83</b>	<b>226.556.575,42</b>	<b>236.088.229,49</b>	<b>311.647.156,76</b>
De Exercícios Anteriores	321.178.810,83	0,00	236.088.229,49	85.090.581,34
Do Exercício	0,00	226.556.575,42	0,00	226.556.575,42
<b>Não Processados</b>	<b>3.703.759.464,96</b>	<b>4.057.736.961,70</b>	<b>3.193.331.329,64</b>	<b>4.568.165.097,02</b>
De Exercícios Anteriores	3.703.759.464,96	0,00	3.193.331.329,64	510.428.135,32
Do Exercício	0,00	4.057.736.961,70	0,00	4.057.736.961,70
<b>SUBTOTAL (I)</b>	<b>4.024.938.275,79</b>	<b>4.284.293.537,12</b>	<b>3.429.419.559,13</b>	<b>4.879.812.253,78</b>
<b>DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES</b>				
<b>Depósitos</b>	<b>888.249.884,25</b>	<b>16.663.111.141,53</b>	<b>16.621.232.836,89</b>	<b>930.128.188,89</b>
Depósitos em Caução	52.316.446,18	3.405.937,55	1.237.361,13	54.485.022,60
Depósitos Judiciais	11.547.410,85	6.683.765,43	944.717,85	17.286.458,43
Depósitos a Identificar	10.306.220,90	14.300.047,76	10.423.924,23	14.182.344,43
Outros Depósitos de Curto Prazo	814.079.806,32	16.638.721.390,79	16.608.626.833,68	844.174.363,43
<b>Consignações</b>	<b>102.466.449,48</b>	<b>16.459.736,33</b>	<b>92.624.630,73</b>	<b>26.301.555,08</b>
Consignações do Exercício	0,00	16.459.736,33	0,00	16.459.736,33
Consignações de RP Processados de exercícios Anteriores	15.142.066,62	0,00	9.772.524,69	5.369.541,93
Consignações de RP Processados do exercício	87.324.382,86	0,00	82.852.106,04	4.472.276,82
<b>SUBTOTAL (II)</b>	<b>990.716.333,73</b>	<b>16.679.570.877,86</b>	<b>16.713.857.467,62</b>	<b>956.429.743,97</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO</b>				
Outras Entidades Credoras	2.384.235.419,11	4.097.986.731,23	4.682.247.561,64	1.799.974.588,70
Destaque a Repassar	0,00	146.665.389,02	146.665.389,02	0,00
Capacidade Financeira Concedida do Exercício	6.455.882.221,98	88.193.506.857,70	87.096.442.320,98	7.552.946.758,70
<b>SUBTOTAL (III)</b>	<b>8.840.117.641,09</b>	<b>92.438.158.977,95</b>	<b>91.925.355.271,64</b>	<b>9.352.921.347,40</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>13.855.772.250,61</b>	<b>113.402.023.392,93</b>	<b>112.068.632.298,39</b>	<b>15.189.163.345,15</b>

### QUADRO DE RESUMO

Cancelamento de Restos a Pagar Processado - Principal	47.602.744,52
Cancelamento de Restos a Pagar Não Processado - Principal	806.711.102,55
Pagamento de Consignações de RP Não Processados	91.671.670,98
Cancelamento de Consignações de RP Processados	3.782.242,72

OBS: os cancelamentos de RP, assim como os cancelamentos das consignações e as baixas das consignações de RP Não Processados estão contidas nos respectivos itens e discriminados no resumo.

ANÉSIA CRISTINA BATISTA  
FTE  
CONTADOR CRC N° MT 007032/O-9



### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

CONSOLIDADO DO ESTADO

Mês/Ano: Dezembro/2022

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64		
	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>80.419.321.206,21</b>	<b>68.661.704.548,44</b>
Receita Tributária	14.733.149.411,39	13.604.125.047,01
Receita de Contribuições	7.039.749.239,43	6.149.180.054,80
Receita Patrimonial	277.941.901,15	193.813.687,79
Receita Agropecuária	541.854,89	227.190,00
Receita Industrial	1.851.900,30	1.807.793,28
Receita de Serviços	1.106.101.763,84	965.420.261,36
Remuneração das Disponibilidades	1.394.147.844,48	239.998.115,02
Transferências recebidas	7.621.811.195,08	6.049.872.203,87
Outras Receitas Derivadas e Originárias	1.268.386.128,33	0,00
Outros Ingressos Operacionais	46.975.639.967,32	41.457.260.195,31
<b>Desembolsos</b>	<b>73.000.983.267,99</b>	<b>61.299.799.006,58</b>
Pessoal e demais despesas	20.066.974.426,42	16.951.780.910,83
Juros e encargos da dívida	366.676.617,17	328.139.983,48
Transferências concedidas	5.105.167.933,18	3.563.688.000,61
Outros desembolsos operacionais	47.462.164.291,22	40.456.190.111,66
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (I)	7.418.337.938,22	7.361.905.541,86
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>33.182.690,13</b>	<b>27.616.194,14</b>
Alienação de bens	21.674.910,10	21.850.855,96
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	3.281.549,48	2.772.230,09
Outros ingressos de investimentos	8.226.230,55	2.993.108,09
<b>Desembolsos</b>	<b>4.549.003.975,13</b>	<b>1.748.026.031,74</b>
Aquisição de ativo não circulante	4.233.740.116,09	1.680.419.804,29
Concessão de empréstimos e financiamentos	70.820,31	1.976.629,69
Outros desembolsos de investimentos	315.193.038,73	65.629.597,76
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (II)	-4.515.821.285,00	-1.720.409.837,60
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>	<b>728.206.674,74</b>	<b>1.108.190.424,23</b>
Operações de crédito	190.180.092,73	360.971.670,26
Integralização do capital social de empresas dependentes	30.719.710,30	27.000.000,00
Transferências de capital recebidos	103.510.356,35	75.238.401,94
Outros ingressos de financiamentos	403.796.515,36	644.980.352,03
<b>Desembolsos</b>	<b>1.856.485.672,61</b>	<b>1.599.612.452,20</b>
Amortização / Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	1.856.485.672,61	1.599.612.452,20
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (III)	-1.128.278.997,87	-491.422.027,97
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (I+II+III)</b>	<b>1.774.237.655,35</b>	<b>5.150.073.676,29</b>
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	11.165.106.120,22	6.015.032.443,93
Caixa e Equivalentes de caixa final	12.939.343.775,57	11.165.106.120,22



### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64

CONSOLIDADO DO ESTADO

Mês/Ano: Dezembro/2022

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS</b>		
Intergovernamentais		
da União	4.724.049.123,45	3.547.748.898,55
de Estados e Distrito Federal	2.688.000,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências recebidas	2.895.074.071,63	2.502.123.305,32
<b>Total das Transferências Correntes Recebidas</b>	<b>7.621.811.195,08</b>	<b>6.049.872.203,87</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS</b>		
Intergovernamentais		
da União	0,00	2.948.197,42
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	1.966.207.493,83	1.049.535.799,48
Intragovernamentais	2.608.832.643,02	2.055.717.177,23
Outras transferências concedidas	530.127.796,33	455.486.826,48
<b>Total das Transferências Concedidas</b>	<b>5.105.167.933,18</b>	<b>3.563.688.000,61</b>

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Legislativa	963.965.146,14	727.545.244,01
Judiciária	1.426.908.744,81	1.167.804.643,99
Essencial a Justiça	725.279.061,08	585.110.516,35
Administração	1.346.439.712,73	1.191.858.937,25
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	3.133.667.674,62	2.724.725.634,94
Relação Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	201.748.705,36	189.037.219,50
Previdência Social	4.860.873.848,49	4.318.615.881,29
Saúde	2.057.595.374,37	1.970.451.638,58
Trabalho	934.461,95	33.125,00
Educação	3.326.320.514,22	2.665.554.033,57
Cultura	35.751.295,82	27.355.464,35
Direitos de Cidadania	148.738.180,31	137.805.119,25
Urbanismo	780.197,40	589.243,07
Habitação	8.968,14	7.226,58
Saneamento	2.107.367,72	2.236.936,40
Gestão Ambiental	128.484.651,19	154.525.574,93
Ciência e Tecnologia	59.579.454,12	41.279.837,94
Agricultura	370.463.751,55	327.515.991,62
Organização Agrária	47.788.419,47	19.427.703,78
Indústria	85.864.116,23	35.949.482,82
Comércio e Serviços	34.730.150,13	31.383.093,36
Comunicações	0,00	0,00
Energia	7.088.272,15	3.974.503,35
Transporte	314.019.862,78	186.912.329,29
Desporto e Lazer	21.444.317,11	15.693.299,58
Encargos Especiais	766.392.178,53	426.388.230,03
<b>Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função</b>	<b>20.066.974.426,42</b>	<b>16.951.780.910,83</b>

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	336.410.890,63	279.351.218,13
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	27.097.563,58	9.963.158,13
Outros Encargos da Dívida	3.168.162,96	38.825.607,22
<b>Total dos Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>366.676.617,17</b>	<b>328.139.983,48</b>

## **Notas Explicativas**

### **19.1. Informações Gerais:**

O Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 03.507.415/0001-44, com sede administrativa no Palácio Paiaguás S/N, Anexo Gabinete Governador, Bosque da Saúde, teve execução orçamentária e financeira, do exercício de 2022, amparadas pela Lei nº 11.666, de 10 de janeiro de 2022, (Lei Orçamentária Anual – LOA) e suas alterações, esta regida pela Lei 11.549, de 27 de outubro de 2021 (LDO) e suas alterações, e pelo decreto estadual nº 1292, de 15 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira do exercício de 2022 e dá outras providências.

As ações do Estado de Mato Grosso são agrupadas nas funções determinadas na Portaria Ministerial 42, de abril de 1999: 01 – Legislativa, 02 – Judiciária, 03 – Essencial à Justiça, 04 – Administração, 06 – Segurança Pública, 08 – Assistência Social, 09 – Previdência Social, 10 – Saúde, 11 – Trabalho, 12 – Educação, 13 – Cultura, 14 – Direitos da Cidadania, 15 – Urbanismo, 16 – Habitação, 17 – Saneamento, 18 – Gestão Ambiental, 19 – Ciência e Tecnologia, 20 – Agricultura, 21 – Organização Agrária, 22 – Indústria, 23 – Comércio e Serviços, 25 – Energia, 26 – Transporte, 27 – Desporto e Lazer, 28 – Encargos Gerais. A função é o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado de Mato Grosso – DCON, conhecidas como Balanço Geral do Estado de Mato Grosso, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, da LC nº 101/2000 e demais normas aplicáveis às finanças públicas. São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado de Mato Grosso - DCON, referente ao exercício de 2022, são compostas pelo: Balanço Orçamentário (BO) e seus anexos, Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa da Administração Direta e Indireta (DDC), Demonstração da Dívida Flutuante (DDF), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e pelas Notas Explicativas (NE). As estruturas e as composições das demonstrações estão em conformidade com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

O Balanço Geral do Estado – BGE, demonstra de forma estruturada a situação patrimonial e os resultados orçamentários, financeiros, patrimoniais e econômicos, buscando proporcionar informação útil para a tomada de decisão e a prestação de contas e responsabilização da entidade e dos respectivos gestores quanto aos recursos que lhes foram confiados.

Todas as demonstrações, exceto as Notas Explicativas e o Anexo XVI, são elaboradas com base nas informações constantes no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado – FIPLAN, evidenciando os atos e fatos da administração direta e indireta os Poderes e Órgãos Autônomos: Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Ministério Público do Estado e Defensoria, integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

A administração indireta do Estado de Mato Grosso é composta de Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista. As Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista são todas controladas pelo Estado

## **19.2. Relação das Empresas Controladas pelo Estado de Mato Grosso**

São controladas as empresas em que o Estado de Mato Grosso possua, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto. Essas empresas podem ser, por força da LC 101/00, dependentes ou independentes. Compõem o rol de empresas controladas pelo Estado:

- 1) Empresas Públicas:
  - a) Empresa Mato-Grossense De Tecnologia De Informação – MTI;
  - b) Empresa Mato-Grossense De Pesquisa, Assistência E Extensão Rural – EMPAER/MT;
- 2) Sociedade de Economia Mista:
  - a) MT Parcerias S/A - MT PAR;
  - b) Central De Abastecimento Do Estado De Mato Grosso- CEASA – em de extinção;
  - c) Companhia Mato-Grossense De Mineração – METAMAT;
  - d) Companhia Mato-Grossense De Gás – MT GÁS;
  - e) Companhia De Saneamento Do Estado De Mato Grosso-SANEMAT;
  - f) Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S/A – DESENVOLVE MT

A Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S/A – DESENVOLVE MT é a única empresa estatal independente do Estado, realizando sua execução com respaldo, exclusivamente, na Lei 6404/76, não compondo a execução



**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

orçamentária e financeira do ente. O investimento feito na MT Fomento é avaliado por meio da equivalência patrimonial, registrada na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico.

**19.3. Políticas contábeis significativas e critérios utilizados na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas**

**a. RECEITA**

A receita, em 2022, em atendimento à portaria 548/2015, está sendo registrada pelo regime de competência conforme cronograma da Secretaria do Tesouro Estadual – STN, e caixa nos casos em que couber. A despesa, quase integralmente, pelo regime de competência, também em conformidade com o cronograma da STN.

A informação sobre renúncia de receita, apurada pela área tributária, é contabilizada no Tesouro Estadual, como dedução da receita (conta redutora da receita). A renúncia, em respeito ao princípio da transparência, consta na Lei Orçamentária Anual – LOA. Os valores da renúncia somente são informados, como realizados, se passíveis de mensuração pela área tributária. A renúncia, conforme estabelece a 9ª edição do Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público – MCASP, aplicável a partir do exercício de 2022, é registrada como dedução da receita. Em 2022 foi prevista uma renúncia de R\$ 8,512 bilhões e realizou R\$ 11,660 bilhões.

As transferências constitucionais aos municípios são registradas como deduções da receita e repassadas de forma extraorçamentária, seguindo a metodologia definida na 9ª edição do MCASP e concebida na elaboração do Orçamento do Estado.

No exercício de 2022 não houve novas entradas de depósitos judiciais, sendo somente registrados os rendimentos referentes aos recursos e a recomposição do saldo do Fundo de Reserva dos depósitos judiciais, conforme previsto no inciso IV, do art. 4º da LC 151/2015.

**b. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

Em 2022 a conciliação eletrônica da conta única, foi executada exclusivamente pela funcionalidade de conciliação eletrônica, dentro do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças de Mato Grosso – FIPLAN.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

Do universo de 107.369 lançamentos, considerando os pendentes até novembro e o movimento de dezembro/2022, foram conciliados eletronicamente 94,10%, equivalente a 101.031 lançamentos e conciliados manualmente 3,97%, correspondendo a 4.260 lançamentos. Ficaram pendentes de conciliação 1,93%, num total de 2078 lançamentos.

O exercício de 2021 foi encerrado com uma diferença de 1,94% de pendência, em valores nominais R\$ 23.659.507,39 (vinte e três milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sete reais e trinta e nove centavos), com 2078 linhas de pendências, sendo que a parte mais expressiva é de dezembro/2022, num total de 1080 linhas.

Conforme previsto no artigo 56, da Lei 4320/64, em atendimento ao regime de caixa único, a administração financeira do Estado é realizada por meio do Sistema financeiro da conta única. Assim, em regra, os recursos são centralizados em conta única, porém conforme exceções previstas constantes na LC 360/09 existem, além da conta única, Contas de arrecadação, Contas especiais e Contas de Convênios.

Os recursos são aplicados pelos titulares das contas em fundos oferecidos pelo Banco do Brasil criados para atender o setor público atendendo requisitos de valor mínimo de aplicação. Os recursos depositados nas demais contas bancárias, conforme normativo e condições específicas de contratos e convênios. Se não houver no contrato condições específicas de aplicação o titular da conta pode escolher um dos fundos oferecidos pelo Banco do Brasil.

**c. DIVIDA ATIVA**

Desde 2019, em atendimento as recomendações técnicas da CGE – Controladoria Geral do Estado e do TCE – Tribunal de Contas do Estado, foi feito um estudo para mensuração do estoque e efetivado o registro do reconhecimento dos ajustes para perdas da dívida no montante de **R\$ 4,815 bilhões**, conforme quadro abaixo:

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>DEMONSTRATIVO DAS PERDAS DA DÍVIDA ATIVA EXERCÍCIO 2022</b>			
<b>CURTO PRAZO</b>			
<b>DESCRIÇÃO DAS CONTAS</b>	<b>SALDO 2021</b>	<b>AJUSTES DO EXERCÍCIO</b>	<b>SALDO 2022</b>
AJUSTE PERDAS DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	178.630.245,31	- 158.798.484,75	19.831.760,56
AJUSTE PERDAS DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	1.601.967.613,55	- 12.943.107,27	1.589.024.506,28
<b>TOTAL PERDAS DÍVIDA ATIVA CURTO PRAZO</b>	<b>1.780.597.858,86</b>	<b>- 171.741.592,02</b>	<b>1.608.856.266,84</b>
<b>LONGO PRAZO</b>			
<b>DESCRIÇÃO DAS CONTAS</b>	<b>SALDO 2021</b>	<b>AJUSTES DO EXERCÍCIO</b>	<b>SALDO 2022</b>
AJUSTE PERDAS DIVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	59.728.826.367,49	7.177.449.909,45	66.906.276.276,94
AJUSTE PERDAS DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	5.059.242.666,69	- 2.190.179.329,90	2.869.063.336,79
<b>TOTAL PERDAS DÍVIDA ATIVA LONGO PRAZO</b>	<b>64.788.069.034,18</b>	<b>4.987.270.579,55</b>	<b>69.775.339.613,73</b>
<b>TOTAL PERDAS DÍVIDA ATIVA</b>	<b>66.568.666.893,04</b>	<b>4.815.528.987,53</b>	<b>71.384.195.880,57</b>

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

Foi utilizado, em 2022, como parâmetro para reconhecimento da perda e adequação correta do recebível, o percentual médio de recebimento realizado no exercício de 2021 e 2022, fornecido pela Procuradoria Geral do Estado, onde a margem de recebível ficou em 7,77% para dívida tributária e 15,46% para dívida ativa não tributária. Assim optou-se por usar essa metodologia, considerando que no momento, esse percentual recebível está mais adequado a realidade do estoque apresentado pelo estado.

#### **d. IMOBILIZADO**

O imobilizado é composto pelo grupo de bens móveis e imóveis. O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação, aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis e imóveis, é o das quotas constantes, também conhecido como método linear. Nos termos do artigo

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

97, do decreto 194/2015 poderá ser adotado procedimento de depreciação acumulada.

Em atendimento ao MCASP importante destacar que o cálculo do valor a depreciar deve ser identificado individualmente, item a item, em virtude da possibilidade de haver bens similares com taxas de depreciação diferentes e bens totalmente depreciados. Nesse contexto é importante verificar que, no caso dos imóveis, somente a parcela correspondente à construção deve ser depreciada, não se depreciando o terreno.

Sobre o imobilizado importante destacar a publicação da IN conjunta nº 001/2023/SEPLAG/SEFAZ – que normatiza os procedimentos para o reconhecimento patrimonial e contábil dos imóveis integrantes do patrimônio do Poder Executivo Estadual e disciplina a atualização e a regularização das contas contábeis das obras em andamento.

O objetivo da IN 01/2023, conjuntamente com a IS orientando os registros pertinentes objetiva concluir os ajustes necessários para sanear integralmente eventuais divergências ainda existentes no imobilizado do Estado.

A vida útil, bem como % do valor residual, dos bens móveis é a constante do anexo I, do decreto 194/2015, replicada abaixo:



**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>PLANILHA DE VIDA ÚTIL ESTIMADA E VALOR RESIDUAL - BENS MÓVEIS</b>		
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VIDA ÚTIL (ANO)</b>	<b>% VALOR RESIDUAL</b>
ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15	10%
APARELHOS E EQPTOS PARA ESPORTE E DIVERSOS	10	10%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10%
APARELHOS, EQUIPOS, UTENS. MÉD., ODONT. LABORATORIAIS E HOSPITAIS	15	20%
ARMAMENTOS	5	15%
EQUIPAMENTOS DE MANOBRAS E PATRULHAMENTO	20	10%
EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	15	10%
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5	10%
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%
EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10	10%
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10%
EQUIPAMENTOS, MATERIAL SIGILOSO E RESERVADO	10	10%
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS AERONÁUTICOS	30	10%
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO DE VOO	30	10%
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	15	10%
MÁQ. EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGRÍCOLAS/AGROPECUÁRIA E RODOVIÁRIOS	10	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	20	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	20	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15	10%
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	10	10%
MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10%
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10%
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10	10%
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	10	10%
VEÍCULOS DIVERSOS	15	10%
VEÍCULOS FERROVIÁRIOS	30	10%

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

Nota: As contas AERONAVES não possui valores estipulados porque são bens muito específicos, sendo assim, a definição de vida útil e valor residual ficará a critério das Unidades Orçamentárias que possuem tais bens.

A vida útil, bem como % do valor residual, dos bens imóveis é a apresentada abaixo em tabela resumida:

<b>PLANILHA DE VIDA ÚTIL ESTIMADA E VALOR RESIDUAL - BENS IMÓVEIS</b>		
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VIDA ÚTIL (ANO)</b>	<b>% VALOR RESIDUAL</b>
Edificações	25	20%
Instalações	10	20%

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

**e. PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS**

Em 2022 é percebido uma alteração substancial nos valores do passivo atuarial da previdência, um dos motivos é a utilização do método financeiro PUC. De acordo com o atuário a sustentação destas motivações, são seguidas por três pontos:

- Utilização de Método de Capitalização para o Fundo Financeiro;
- Utilização do Método Crédito Unitário Projetado, mesmo quando adotado pelo RPPs outro método de financiamento atuarial;
- Provisão Matemática por poderes, e não por Gestão Única;

1 - O que referenda a utilização de método de capitalização para o Fundo Financeiro, é a Portaria 1.467, em seu Art. 30, Parágrafo único:

“Parágrafo único. O cálculo dos compromissos relativos aos benefícios do Fundo em Repartição, em caso de segregação da massa e das massas previstas no § 1º do art. 27, que operam em regime financeiro de repartição simples, deverá ser efetuado por processo atuarial, observadas as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público.”

E quando observada as INSTRUÇÕES DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS, no item 53 diz que:

“53. Destaca-se que, de acordo com o parágrafo único do art. 30 da citada Portaria, os benefícios de aposentadoria e pensão por morte deverão ser efetuados por processo atuarial (capitalização), ainda que relativos a Fundo em Repartição, no caso de segregação da massa, ou a massa de beneficiários sob responsabilidade financeira direta do Tesouro.”

2 - Ao utilizar o método de capitalização, a Portaria MTP nº 1.467/2022 no seu art. 26, §3º, ela dita que as provisões matemáticas a serem contabilizadas deverão ser apuradas conforme as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público:

“§ 3º Para registro das provisões matemáticas previdenciárias de que trata o inciso VI\* do caput deverá ser utilizado método de financiamento alinhado às normas de contabilidade aplicáveis ao setor público e, no caso de,

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

adicionalmente, ser utilizado outro método para a avaliação da situação atuarial do RPPS, seus resultados deverão ser apresentados em notas explicativas às demonstrações contábeis.”

Assim sendo, com base no item 59 da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público 15 (NBC TSP 15) – Benefícios a Empregados c/c item 51 da Instrução de Procedimentos Contábeis 14 (IPC 14) e 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), as provisões matemáticas que constarão em balanço patrimonial devem ser calculadas com base no método de financiamento denominado Crédito Unitário Projetado (CUP). Essa obrigatoriedade, reforça-se, é somente para fins de evidenciação em balanço patrimonial.”

No entanto, existe algumas outras variáveis que influenciam o déficit atuarial, tais como a alteração da taxa de juros, mudanças em sua base cadastral, alterações de datas que deveriam ser constantes, um aumento salarial que não foi esperado pela avaliação atuarial.

Logo para esta avaliação, conforme os expostos acima, verifica-se um aumento do passivo atuarial justificado por alterações em base cadastral, conforme pode ser avaliada pelos arquivos de “análise da base crítica”, arquivo este, que foi enviada a cada poder antes do envio dos balancetes contábeis. Nestes, demonstra-se tanto as hipóteses adotadas para modificações necessárias em base cadastrais, assim como as mudanças entre as bases cadastrais 09/2021 e 09/2022. Muda-se também as premissas “meta atuarial e tábua demográfica” para atendimento à portaria 1.467/2022. E observa-se também, o aumento salarial real acima do projetado para alguns poderes,etc.

3 - Outro ponto a se relatar, é referente ao Governo do Estado do Mato Grosso, ainda não estar sob uma Gestão Única, assim sendo necessário que cada poder preste contas de suas provisões matemáticas.

Desta forma, pode-se configurar lançamentos distintos principalmente quando observado o Governo do Estado Único sob Gestão Única (arquivo a ser enviado ao Ministério de Estado do Trabalho e Previdência), e quando cada poder tem sua gestão. Sendo assim, ao adotar os procedimentos necessários previstos na referenda IPC 14, em especial no que está relacionado aos ajustes de contas, pode-se gerar um lançamento distinto ao fechamento do Estado quando agregado todos os poderes.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

Primeiramente, define-se agregado como a soma dos ajustes de cada poderes em uma única conta, e consolidado como sendo o Governo do Estado do Mato Grosso sob Gestão Única (A forma como é enviada na Avaliação Atuarial ao Ministério de Estado do Trabalho e Previdência)

Quando observado o quadro acima, em especial o plano Financeiro, verifica-se um lançamento no item contábil (2.2.7.2.1.01.00 e 2.2.7.2.1.02.00) da Defensoria Pública, esses lançamentos são justificados, devido a este Poder, ter um ativo maior que o provisionamento dos benefícios concedidos, restando ainda uma parcela de ativo que cobriria parte dos benefícios futuros a conceder. No entanto, quando observado sobre a forma de gestão Única, os ativos não cobrem os servidores já concedidos, desta forma, ajusta-se um montante somente nesta provisão (2.2.7.2.1.01.00) no valor de R\$ 300.857.906,76, diferente quando observado os lançamentos agregados.

Quanto ao Plano Previdenciário, verifica-se que os ajustes Superavitários da Defensoria Pública estão sendo alocadas no item (2.2.7.2.1.07.00(9) PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO) deste Poder. Gerando um Passivo Atuarial (PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS) maior no valor de R\$ 25.547.034,26 enquanto Soma Agregada e não sendo observado uma provisão de ajuste sob a forma consolidada

Em resumo, justifica-se um aumento da provisão de R\$ 25.547.034,26 nas contas contábeis em sua forma final devido a conta de ajuste da defensoria, e uma diferenciação dos itens (2.2.7.2.1.01.00 e 2.2.7.2.1.02.00), que não será observada na Avaliação Atuarial, quando o Governo de Mato Grosso é avaliado sob Gestão Única.

O passivo atuarial apurado em relatório perfêz o montante de R\$ 5,237 bilhões, cujo montante foi devido, regular e integralmente registrado no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – FIPLAN, conforme resumo abaixo.

PASSIVO ATUARIAL DE 2022				
CÓDIGO ÓRGÃO	SIGLA	CONTA CONTÁBIL	DESCRIÇÃO	VALOR
1303	ISSPL	2.2.7.2.0.00.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias LP	32.830.409,17
2101	TCE	2.2.7.2.0.00.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias LP	58.904.258,10
3101	TJ	2.2.7.2.0.00.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias LP	536.282.627,02
8101	MPE	2.2.7.2.0.00.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias LP	151.517.513,99
10101	DEFENSORIA	2.2.7.2.0.00.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias LP	97.057.298,43
11305	MT PREV	2.2.7.2.0.00.00.00	Provisões Matemáticas Previdenciárias LP	4.360.922.034,48
<b>TOTAL</b>	-	-	-	<b>5.237.514.141,19</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ



**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

**f. PLANO DE CUSTEIO**

Com a finalidade de amortizar o déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado de Mato Grosso – MTPREV, foi criado o plano de custeio com segregação de massas por meio da Lei nº 11.643, publicada em 22 de dezembro de 2021, que entrou em vigor a partir da data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2022. Aprovada pela Resolução nº 37/2021 do Conselho de Previdência do Estado de Mato Grosso, publicada em 29 de dezembro de 2021. Cabe ressaltar que o Sistema Estadual de Gestão de Pessoas - SEAP não estava preparado para executar a segregação de massas à data determinada na lei. Assim, os remanejamentos foram efetuados manualmente, com base em informações geradas em planilhas (elaboradas no Excel) fornecidas pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Mato Grosso - SEPLAG.

Diante das dificuldades expostas, mesmo com todo empenho de toda a equipe envolvida, só foi possível realizar a execução orçamentária, financeira e contábil com a segregação de massa, na Unidade Orçamentária do MTPREV, a partir da competência de junho de 2022, com o compromisso de se fazer a devida regularização dos meses de janeiro a maio posteriormente, ainda no exercício de 2022. Porém, deparou-se com a indisponibilidade, pelo Sistema SEAP, gerida pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão MT – SEPLAG, de retroagir as informações, segregando em plano financeiro e plano previdenciário, necessárias para a regularização dos meses de janeiro a maio de 2022, o que impossibilitou que fosse realizado a retificação dos registros das informações desse período.

Para resolver esse empecilho, a equipe do MTPREV procurou a desenvolvedora do Sistema SEAP, a Empresa Techne, com a finalidade de adequar o sistema para atender as necessidades da Autarquia e solucionar esse problema inconcluso, sob a perspectiva de solução o mais brevemente possível em 2023.

**g. PASSIVO PERMANENTE SEM DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Todas as obrigações, ainda que com insuficiência orçamentária, devem ser registradas pelas unidades orçamentárias em atendimento ao regime de competência estabelecido nas NBC TP e orientado por meio da IS 008/2017 – SATE/SEFAZ, em 2020 foi feito um trabalho de saneamento da conta de passivos permanentes sem dotação orçamentária, conforme detalhado nas informações adicionais dessa nota explicativa.

Esse passivo permanente somente deve ser registrado quando ocorreu o fato gerador da despesa, e mesmo tendo todos os elementos para o seu regular empenho, este não foi feito por falta de dotação orçamentária. Nesse caso no início

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

do exercício seguinte esses valores devem ser devidamente empenhados ou reclassificados quando ocorreu erro no seu registro.

Em 2022 todo o saldo do exercício anterior foi integralmente baixado, porém em dezembro a UO 21601 – Fundo Estadual de Saúde efetuou registros no montante de R\$ 85.004.190,51 (oitenta e cinco milhões, quatro mil, cento e noventa e cinquenta e um centavos) referente às notas fiscais de serviços dos hospitais.

**g. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 9ª edição, aprovado pela Portaria SNT nº 1.131 de 04 de novembro de 2021. Que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal 4320/64, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, bem como as disposições do Conselho Federal de Contabilidade –CFC, relativas aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16).

As demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas considerando todas as operações dos órgãos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, inclusive as movimentações intraorçamentárias.

Estas notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis e imprescindíveis para a compreensão e análise das demonstrações. Evidenciam os critérios utilizados, informações exigidas pela legislação, bem como outras informações não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas citadas demonstrações.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Estado de Mato Grosso.

A partir de 2021 foi alterada a estrutura do balanço orçamentário sendo adotada, integralmente, a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, expressa no manual das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – DCASP, que integra a 9ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, página 495, passando a expurgar no balanço orçamentário não consolidado (órgãos e entidades, por exemplo) as transferências financeiras recebidas e concedidas o que pode gerar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

para prestação de serviços públicos e realização de investimento, não configurando esse fato irregularidade.

Ainda considerando a alteração no BO, previsto no MCASP, foi incluída uma nota nos balanços orçamentários explicando eventual déficit orçamentário e disponibilizado o anexo 5 BO – Transferências recebidas e concedidas, demonstrando o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício, buscando dar transparência e proporcional as análises e verificações dos órgãos de controle.

No exercício de 2022, passamos a adotar o plano de contas estendido da União, o objetivo é buscar a máxima aderência as tabelas e normas da STN e assim reduzir a quantidade de “de para” a serem realizados para envio da MSC – Matriz de Saldos Contábeis para o SICONFI/STN.

Desta forma reduz a intervenção manual no momento de gerar a MSC, melhorando a integridade e correção das informações enviadas.

Devido a algumas especificidades do Estado não foi possível aderir integralmente de forma que no Estado de Mato Grosso terá algumas contas abertas de forma mais detalhada do que está no plano de contas estendido da União.

Como reflexo desse novo plano de contas houve alguns ajustes de saldos entre grupos que serão devidamente comentados no decorrer da nota explicativa.

#### **19.4. Informações de suporte e detalhamento dos itens**

##### **Balanco Orçamentário:**

**BO 1.** O regime orçamentário adotado para o exercício de 2022 é o previsto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, assim a receita é reconhecida, no exercício financeiro, pela arrecadação, regime de caixa, e a despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho.

**BO 2.** No orçamento aprovado as despesas foram apresentadas discriminadas por classificação institucional, funcional, estrutura programática, categoria econômica, grupo de despesa, modalidade de aplicação, regionalização, fonte de recursos, produto, unidade de medida e meta física, e respectivas dotações.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

**BO 3.** No exercício de exercício de 2022, em cumprimento ao artigo 76-A, dos atos das disposições transitórias, incluído pela EC 93/2016, foram desvinculados 30% das receitas do Estado de Mato Grosso referente a impostos, taxas, multas e demais receitas correntes.

**BO 4.** A partir do exercício de 2017 o aporte para cobertura do déficit financeiro passou a ser feito por meio de transferências de recurso - ARR, em atendimento ao disposto na parte III – Procedimentos Contábeis Específicos, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

**BO 5.** O valor do rateio apurado em 2022, segundo informações do Mato Grosso Previdência – MT PREV e registros no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças - FIPLAN, foi no montante de R\$ 323.836.209,06 (trezentos e vinte e três milhões, oitocentos e trinta e sei mil, duzentos e nove reais e seis centavos).

**BO 6.** As receitas são apresentadas líquidas das deduções, que totalizaram, no exercício de 2022, o montante realizado de R\$ 21,4 bilhões, sendo R\$ 3,8 bilhões de FUNDEB, R\$ 5,9 bilhões referente transferências aos municípios; R\$ 11,6 bilhões relativos à renúncia e R\$ 1,6 milhão de restituições.

**BO 7.** Houve uma realização da renúncia 36,98% a maior que a receita prevista atualizada. A renúncia realizada foi de R\$ 11,6 bilhões, enquanto a renúncia prevista atualizada foi de R\$ 8,5 bilhões gerando um aumento além do previsto de R\$ 3,1 bilhões.

**BO 8.** A parte mais expressiva da renúncia realizada foi no ICMS no montante de R\$ 11,2 bilhões, sendo R\$ 10,9 bilhões de renúncia do ICMS principal e R\$ 366 milhões de renúncia das obrigações acessórias do ICMS, como multas, juros e dívida ativa.

**BO 9.** Também houve renúncia de R\$ 249 milhões de IPVA e R\$ 118,4 milhões de ITCD, também incluídos aqui as respectivas obrigações acessórias.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>DEMONSTRATIVO DAS DEDUÇÕES DA RECEITA 2022</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA</b>	<b>REALIZADO</b>	<b>AH</b>
<b>FUNDEB</b>	<b>3.654.123.155,00</b>	<b>3.865.073.487,39</b>	<b>5,8%</b>
<b>TRIBUTÁRIA</b>	<b>2.965.353.204,00</b>	<b>3.132.023.182,34</b>	<b>5,62%</b>
ICMS	2.804.293.056,00	2.925.544.911,47	4,32%
ICMS ADICIONAL	37.286.784,00	38.015.223,75	1,95%
IPVA	95.987.618,00	123.874.835,55	29,05%
ITCD	27.785.746,00	44.588.211,57	60,47%
<b>TRANSFERÊNCIA</b>	<b>688.769.951,00</b>	<b>733.050.305,05</b>	<b>6,43%</b>
FPE	674.838.504,00	688.943.293,59	2,09%
IPI	13.931.447,00	15.371.437,71	10,34%
LC 123/2002	-	28.735.573,75	100,00%
<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>4.956.088.765,00</b>	<b>5.877.415.325,49</b>	<b>18,59%</b>
<b>TRIBUTÁRIA</b>	<b>4.619.001.706,00</b>	<b>5.500.657.720,48</b>	<b>19,09%</b>
ICMS	4.139.063.611,00	4.881.288.106,71	17,93%
IPVA	479.938.095,00	619.369.613,77	29,05%
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>304.438.364,00</b>	<b>292.125.758,28</b>	<b>-4,04%</b>
<b>TRANSFERÊNCIA</b>	<b>32.648.695,00</b>	<b>84.631.846,73</b>	<b>159,22%</b>
CIDE	7.179.898,00	6.357.056,18	-11,46%
FEP	2.249.717,00	4.763.104,48	111,72%
IPI	23.219.080,00	25.619.063,17	10,34%
LC 123/2002	-	47.892.622,90	100,00%
<b>RENUNCIA</b>	<b>8.512.228.757,00</b>	<b>11.660.377.416,67</b>	<b>36,98%</b>
<b>TRIBUTÁRIA</b>	<b>8.512.228.757,00</b>	<b>11.660.377.416,67</b>	<b>36,98%</b>
ICMS	8.192.734.926,00	11.292.867.125,49	37,84%
IPVA	266.053.791,00	249.052.373,97	-6,39%
ITCD	26.275.492,00	118.457.917,21	350,83%
TAXAS	27.164.548,00	-	-100,00%
<b>RESTITUIÇÕES</b>	<b>-</b>	<b>1.657.929,83</b>	<b>100,00%</b>
TRIBUTÁRIA	-	684.039,72	100,00%
CONTRIBUIÇÕES	-	4.300,82	100,00%
PATRIMONIAL	-	29.671,62	100,00%
INDUSTRIAL	-	-	100,00%
SERVIÇOS	-	310.411,56	100,00%
OUTRAS RECEITAS	-	629.506,11	100,00%
<b>Total geral</b>	<b>17.122.440.677,00</b>	<b>21.404.524.159,38</b>	<b>25,01%</b>

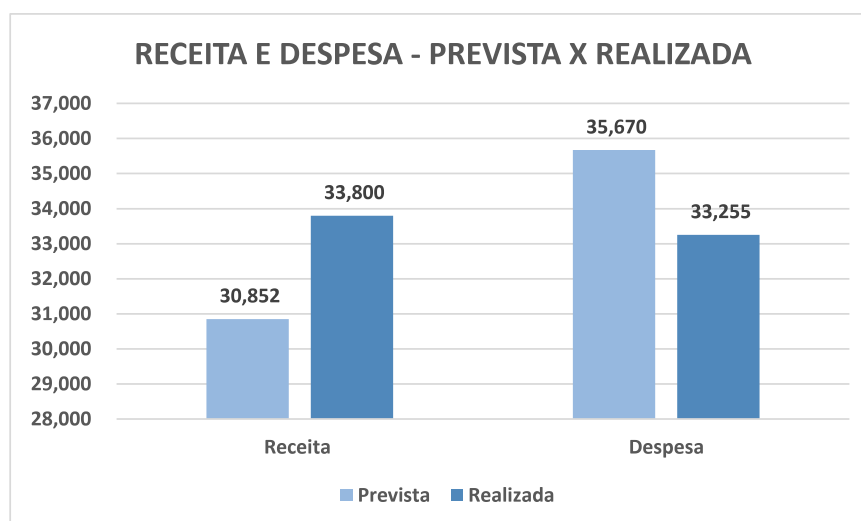
FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BO 10.** As transferências aos municípios, referente ao FETHAB, em 2022, continuaram a ser executada semelhante as demais transferências aos municípios, sendo arrecadada na receita de contribuições, gerando as respectivas deduções da receita e sendo repassada por meio de Nota de Pagamento extraorçamentária – NEX, pelo Tesouro do Estado e totalizaram, no exercício, R\$ 292 milhões.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

**BO 11.** O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, conforme previsto no 35 da Lei nº 4.320/1964.

**BO 12.** Em 2022 as receitas realizadas alcançaram um montante de R\$ 33,800 bilhões, tendo apresentado um crescimento de 9,56% em relação a previsão atualizada, já a despesa empenhada não apresentou o mesmo nível de crescimento na execução atingindo um montante de R\$ 33,255 bilhões, o que gerou um superávit orçamentário de R\$ 545 milhões, conforme evidenciado no Balanço Orçamentário Consolidado.



FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

Nota: valores em bilhões

**BO 13.** No exercício de 2022 foi efetuada a atualização da receita, desta forma a receita inicial de R\$ 26.585.827.900,00 (vinte e seis bilhões, quinhentos e oitenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e sete mil e novecentos reais) com a atualização alcançou o montante de R\$ 30.852.232.601,05 (trinta bilhões, oitocentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e trinta e dois mil, seiscentos e um reais e cinco centavos), representando um aumento de 16,05%.

**BO 14.** A atualização da receita, no exercício de 2022, alcançou o montante de R\$ 4,266 bilhões, reflexo da atualização, mais expressiva, da receita tributária, patrimonial e de transferências correntes, nos valores de R\$ 1,6 bilhão, R\$ 755 milhões e R\$ 1,2 bilhão, respectivamente.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>DEMONSTRATIVO DA ATUALIZAÇÃO DA RECEITA 2022</b>	
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>4.161.904.701,05</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.652.163.532,67
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	515.145.096,83
RECEITA PATRIMONIAL	755.593.972,76
RECEITA DE SERVIÇOS	28.103.816,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.200.926.525,01
OUTRAS RECEITA CORRENTES	9.971.757,43
<b>RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA</b>	<b>104.500.000,00</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRAORÇAMENTÁRIA	104.500.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.266.404.701,05</b>

*Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BO 15.** A receita teve acréscimos de R\$ 4,266 bilhões, essa atualização tem suporte na abertura dos créditos adicionais por excesso de arrecadação.

<b>DEMONSTRATIVO De CONFORMIDADE DA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	
Previsão Inicial da Receita no BO (I)	26.585.827.900,00
Acréscimos da Previsão Inicial (II)	4.266.404.701,05
<b>Previsão Atualizada da Receita Evidenciado no BO (III) = (I+II)</b>	<b>30.852.232.601,05</b>
Créditos Adicionais abertos por Excesso de Arrecadação, inclusive Operações de Crédito (IV)	4.266.404.701,05
<b>Total de reestimativas gerenciais incorporado contabilmente ao Orçamento, sem a causa de abertura de créditos adicionais (V) = (III-IV)</b>	<b>-</b>

*Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BO 16.** A receita orçamentária do Estado, nessa considerada, inclusive, a intraorçamentária, apresentou um excesso de R\$ 2,947 bilhões, em relação à receita prevista atualizada. A receita corrente apresentou um excesso de R\$ 3,071 bilhões, já a receita de capital teve uma deficiência de R\$ 123 milhões.

**BO 17.** Nas receitas correntes merecem destaque o excesso de arrecadação ocorrido nas espécies: receita tributária de R\$ 226 milhões, impulsionadas pelo ICMS; receita de contribuições de R\$ 311,6 milhões, receitas patrimonial de R\$ 799 milhões, decorrentes do aumento das aplicações financeiras, ocasionado pela maior valor e tempo de recursos nas contas bancárias; receitas de transferências correntes, em 1 bilhão, reflexo do aumento das transferências dos recursos do Pré-Sal, Recursos do Auxílio Financeiro LC 123/2022, do FPE e do FUNDEB, que tiveram acréscimo de R\$ 558 milhões, R\$ 190 milhões e R\$ 157 milhões e R\$ 139 milhões, respectivamente e outras receitas correntes no valor de R\$ 509 milhões.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

**BO 18.** Nas receitas de capital a frustração foi de R\$ 123 milhões, toda ela em decorrência da frustração da receita de operações no montante de R\$ 170,5 milhões.

<b>DEMONSTRATIVO DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO - BO</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>PREVISTA ATUALIZADA</b>	<b>REALIZADA</b>	<b>SALDO</b>
<b>RECEITA CORRENTE</b>	<b>30.372.612.380,26</b>	<b>33.443.681.238,89</b>	<b>3.071.068.858,63</b>
Receita Tributária	14.506.800.017,67	14.733.149.411,39	226.349.393,72
Receita de Contribuições	6.728.064.856,83	7.039.749.239,43	311.684.382,60
Receita Patrimonial	872.931.167,76	1.672.089.745,63	799.158.577,87
Receita Agropecuária	158.889,00	541.854,89	382.965,89
Receita Industrial	1.916.452,00	1.851.900,30	64.551,70
Receita Serviço	940.358.093,35	1.106.101.763,84	165.743.670,49
Transferências Correntes	6.563.500.751,22	7.621.811.195,08	1.058.310.443,86
Outras receitas correntes	758.882.152,43	1.268.386.128,33	509.503.975,90
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>479.620.220,79</b>	<b>356.492.954,96</b>	<b>- 123.127.265,83</b>
Operações de Crédito	360.762.674,00	190.180.092,73	- 170.582.581,27
Alienação de bens	19.805.992,00	21.674.910,10	1.868.918,10
Amortização de Empréstimos	1.069.860,00	3.281.549,48	2.211.689,48
Transferência de Capital	90.981.694,79	103.510.356,35	12.528.661,56
Outras receitas de Capital	7.000.000,00	37.846.046,30	30.846.046,30
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>30.852.232.601,05</b>	<b>33.800.174.193,85</b>	<b>2.947.941.592,80</b>

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BO 19.** A dotação inicial da despesa foi no montante de R\$ 26.585.827.900,00 (vinte e seis bilhões, quinhentos e oitenta e cinco milhões, oitocentos e vinte e sete mil e novecentos reais), tendo sido abertos créditos adicionais no montante de R\$ 9.083.738.778,57 (nove bilhões, oitenta e três milhões, setecentos e trinta e oito mil, setecentos e setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos), logo a dotação atualizada passou a ser R\$ 35.669.566.678,57 (trinta e cinco bilhões, seiscentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta e sete centavos).

**BO 20.** Do montante da dotação atualizada de R\$ 35,669 bilhões foram empenhados R\$ 33,254 bilhões, resultando em uma economia orçamentária de R\$ 2,415 bilhões.

**BO 21.** Destaque para a economia orçamentária do grupo de pessoal, outras despesas correntes e investimentos, que apresentaram o montante de R\$ 469 milhões, R\$ 937 milhões e R\$ 855 milhões, respectivamente.



**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>DEMONSTRATIVO DA DESPESA PREVISTA ATUALIZADA X EMPENHADA - BO</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>EMPENHADA</b>	<b>SALDO</b>
<b>DESPESA CORRENTE</b>	<b>26.278.397.681,97</b>	<b>24.862.609.641,02</b>	<b>1.415.788.040,95</b>
Pessoal e Encargos Sociais	17.365.497.755,20	16.896.185.897,02	469.311.858,18
Juros e Encargos da Dívida	375.624.344,01	366.676.617,17	8.947.726,84
Outras Despesas Correntes	8.537.275.582,76	7.599.747.126,83	937.528.455,93
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>9.389.168.996,60</b>	<b>8.391.938.564,75</b>	<b>997.230.431,85</b>
Investimentos	6.635.600.423,38	5.780.336.711,70	855.263.711,68
Inversões Financeiras	1.271.900.757,76	1.151.786.359,80	120.114.397,96
Amortização da Dívida	1.481.667.815,46	1.459.815.493,25	21.852.322,21
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>2.000.000,00</b>	-	<b>2.000.000,00</b>
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>35.669.566.678,57</b>	<b>33.254.548.205,77</b>	<b>2.415.018.472,80</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BO 22.** Os créditos adicionais no montante de R\$ 9,083 bilhões foram decorrentes de excesso de arrecadação, reaberto por SF e de superávit financeiro de R\$ 4,250 bilhões e R\$ 100 milhões e R\$ 4,717 bilhões, respectivamente.



Governo de  
**Mato  
Grosso**

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>DEMONSTRATIVO DA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS</b>	
<b>CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL</b>	<b>419.563.049,54</b>
<b>EXCESSO DE ARRECAÇÃO</b>	<b>16.088.125,26</b>
FONTE 100	16.088.125,26
<b>SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>	<b>303.474.924,28</b>
FONTE 300	303.474.924,28
<b>REABERTO - POR SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>	<b>100.000.000,00</b>
FONTE 300	100.000.000,00
<b>CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR</b>	<b>8.664.175.729,03</b>
<b>EXCESSO DE ARRECAÇÃO</b>	<b>4.250.316.575,79</b>
FONTE 100	2.755.656.259,69
FONTE 115	18.000.000,00
FONTE 117	809.841,00
FONTE 122	522.564.671,51
FONTE 134	309.595.656,00
FONTE 153	1.436.778,65
FONTE 169	55.845.471,00
FONTE 192	5.350.000,00
FONTE 193	95.183.136,54
FONTE 194	5.645.763,95
FONTE 195	467.459,90
FONTE 196	310.997.265,46
FONTE 240	62.964.876,73
FONTE 250	105.799.395,36
<b>SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>	<b>4.413.859.153,24</b>
FONTE 300	1.834.540.660,21
FONTE 310	76.933.673,50
FONTE 312	83.714.695,00
FONTE 315	39.022.586,64
FONTE 320	339.828.704,42
FONTE 322	124.372.673,65
FONTE 325	3.054.651,59
FONTE 334	508.279.220,15
FONTE 351	17.962.170,73
FONTE 369	30.610.989,82
FONTE 392	1.152.950,74
FONTE 393	105.235.162,08
FONTE 395	132.533.029,55
FONTE 396	771.052.734,74
FONTE 616	5.683,20
FONTE 617	17.915.095,66
FONTE 640	319.084.471,56
FONTE 647	8.560.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.083.738.778,57</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BO 23.** Do total de crédito adicional aberto por superávit financeiro de R\$ 4,717 bilhões, conforme “BO 23” foram empenhados R\$ 4,069 bilhões, liquidados R\$ 3,232 bilhões e pagos R\$ 3,147 bilhões.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>CREDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>			
<b>FONTE</b>	<b>EMPENHADAS</b>	<b>LIQUIDADAS</b>	<b>PAGAS</b>
FONTE 300	1.911.854.879,63	1.584.092.987,00	1.551.529.557,16
FONTE 310	76.126.378,49	75.983.906,49	75.983.906,49
FONTE 312	65.792.854,69	58.463.009,60	58.463.009,60
FONTE 315	39.011.344,70	39.011.344,70	38.121.344,70
FONTE 320	213.478.282,83	107.735.868,97	107.624.318,32
FONTE 322	124.352.931,39	124.352.931,39	124.133.564,23
FONTE 325	439.631,99	432.037,55	432.037,55
FONTE 334	502.227.461,93	429.938.468,91	429.901.128,06
FONTE 351	11.083.762,92	4.974.259,82	4.974.259,82
FONTE 369	27.609.412,69	18.171.801,45	18.073.390,40
FONTE 392	897.601,49	897.601,49	897.601,49
FONTE 393	72.438.829,67	65.361.549,75	65.263.554,95
FONTE 395	103.363.245,49	73.917.899,75	27.804.426,52
FONTE 396	631.985.494,10	458.358.721,48	456.977.934,97
FONTE 617	11.641.934,48	6.484.372,77	6.473.869,66
FONTE 640	271.287.627,40	183.148.217,68	180.166.498,23
FONTE 640	6.206.392,92	1.265.136,50	882.605,78
<b>TOTAL</b>	<b>4.069.798.066,81</b>	<b>3.232.590.115,30</b>	<b>3.147.703.007,93</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BO 24.** Do montante empenhado de R\$ 33,254 bilhões, foram executados com recursos arrecadados no exercício o montante de R\$ 29,184 bilhões, o restante da despesa, executada com base no superávit financeiro, foi de R\$ 4,069 bilhões. Houve a reabertura de créditos por superávit financeiro.

<b>DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR TIPO DE RECURSOS</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>RECEITA DO EXERCÍCIO</b>	<b>SUPERÁVIT FINANCEIRO</b>	<b>TOTAL GERAL</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>22.844.116.564,27</b>	<b>2.018.493.076,75</b>	<b>24.862.609.641,02</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.191.392.708,88	704.793.188,14	16.896.185.897,02
JUROS E ENCARGOS	366.280.566,76	396.050,41	366.676.617,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.286.443.288,63	1.313.303.838,20	7.599.747.126,83
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>6.340.633.574,69</b>	<b>2.051.304.990,06</b>	<b>8.391.938.564,75</b>
INVESTIMENTOS	3.827.813.483,00	1.952.523.228,70	5.780.336.711,70
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.053.004.598,44	98.781.761,36	1.151.786.359,80
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.459.815.493,25	-	1.459.815.493,25
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>29.184.750.138,96</b>	<b>4.069.798.066,81</b>	<b>33.254.548.205,77</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BO 25.** No Estado de Mato Grosso os créditos iniciais e suplementares não estão individualizados na contabilidade, no exercício de 2022 houve execuções de

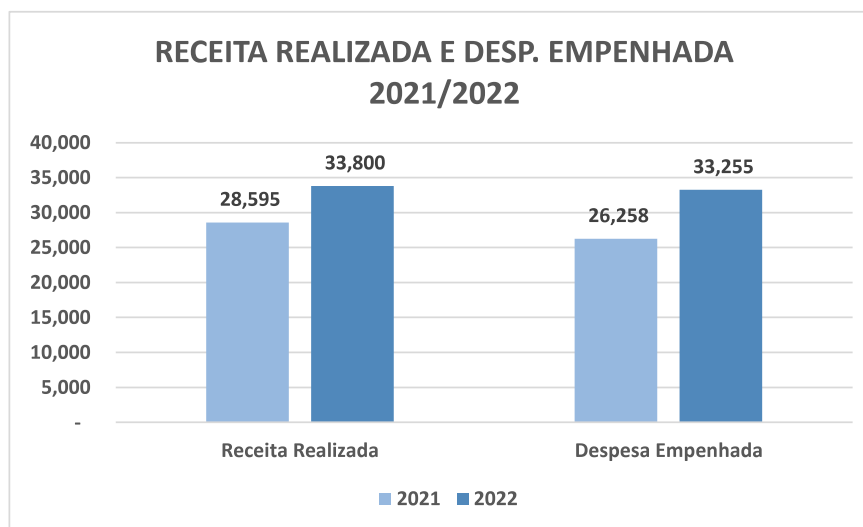
**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

despesas tanto por meio de crédito iniciais/suplementares quanto créditos especiais.

DETALHAMENTO DAS DESPESAS EXECUTADAS POR TIPO DE CRÉDITO				
DESCRIÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS
Credito Inicial/Suplementar	35.530.898.342,85	33.235.379.774,58	29.177.681.236,11	28.934.681.020,62
Crédito Especial	138.668.335,72	19.168.431,19	19.130.007,96	19.113.911,70
<b>TOTAL</b>	<b>35.669.566.678,57</b>	<b>33.254.548.205,77</b>	<b>29.196.811.244,07</b>	<b>28.953.794.932,32</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BO 26.** Em comparação com 2021 houve um crescimento na receita realizada de 2022 de R\$ 5,205 bilhões, equivalente a 18,20%. A despesa empenhada de 2022 apresentou acréscimo de 26,65%, perfazendo um aumento nominal de R\$ 6,997 bilhões em relação a 2021, como pode ser observado no gráfico abaixo.



FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

Nota: valores em bilhões

**BO 27.** Dos restos a pagar não processados, em 01/01/2022, no montante de R\$ 3,703 bilhões, foram pagos R\$ 2,386 bilhões e cancelados R\$ 806,7 milhões, ficando um valor de R\$ 510,4 milhões a serem transferidos para 2023, conforme Anexo 1 do Balanço Orçamentário.

**BO 28.** Desse montante de R\$ 510,4 milhões, R\$ 496,3 milhões são restos a pagar não processados a liquidar e R\$ 14 milhões são restos a pagar não processados liquidados.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

**BO 29.** Os restos a pagar não processados liquidados, em 31/12/2022, no montante de R\$ 14.037.702,73 (catorze milhões, trinta e sete mil, setecentos e dois reais e setenta e três centavos), em atendimento às orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, são transferidos para restos a pagar processados no exercício seguinte.

**BO 30.** Do montante de restos a pagar processados, em 01/01/2022, de R\$ 423,6 milhões foram pagos R\$ 277,3 milhões e cancelados R\$ 51,3 milhões, restando um saldo de R\$ 94,9 milhões a serem transferidos para 2023, conforme Anexo 2 – do Balanço Orçamentário.

**BO 31.** As receitas intraorçamentárias totalizaram R\$ 2.615.551.724,82 (dois bilhões, seiscentos e quinze milhões, quinhentos e cinquenta e um mil, setecentos e vinte e quatro reais e oitenta e dois centavos) As despesas intraorçamentárias empenhadas totalizaram R\$ 2.609.972.959,16 (dois bilhões, seiscentos e nove milhões, novecentos e setenta e dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos), gerando um superávit de R\$ 5.578.765,66 (cinco milhões, quinhentos e setenta e oito mil, setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), conforme Anexo 3 do Balanço Orçamentário.

**BO 32.** A conciliação do resultado orçamentário com os fluxos de caixa líquido das atividades operacionais, de investimento e de financiamento, apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia que: ao somar ao resultado orçamentário as despesas empenhadas e não pagas e as compensações, deduzir os pagamentos de restos a pagar e o saldo das transações extraorçamentárias que impactaram o DFC, chega-se a geração líquida de caixa e equivalente de caixa do DFC.

<b>CONCILIAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO COM O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO - DFC</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
1 - Resultado Orçamentário	545.625.988,08
2 - Restos a Pagar Inscrito no período - Despesas de 2022 empenhadas e não pagas	4.300.753.273,45
3 - (-)Restos a Pagar de Exercícios anteriores pagos em 2020	- 2.663.948.100,07
4 - (-)Saldo de transações extraorçamentárias (impactadas na DFC)	- 486.524.323,90
5 - Outros Pagamentos extraorçamentários - compensações	78.330.817,79
<b>6 - Geração Líquida de Caixa - DFC (6 = 1+2-3-4+5)</b>	<b>1.774.237.655,35</b>

**FONTE:** FIPLAN/SACE/SEFAZ

*Nota: na linha 5 estão sendo consideradas as compensações do exercício no valor de R\$ 78.330.817,79*

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

**Balanço Financeiro:**

**BF 1.** O Balanço Financeiro evidencia na parte dos ingressos extraorçamentários o movimento credor das contas de ativo e passivo e na parte dos dispêndios extraorçamentários o movimento devedor das contas de ativo e passivo. Essa movimentação, para efeito de expurgar os estornos, e facilitar a elaboração do anexo, é registrada em contas de controle.

**BF 2.** O resultado financeiro de 2022 foi positivo em R\$ 1,774 bilhão, sendo decorrente de um resultado positivo na movimentação orçamentária de R\$ 545,6 milhões e na movimentação extraorçamentária de R\$ 1,228 bilhão.

<b>DEMONSTRATIVO DO RESULTADO FINANCEIRO DE 2022</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH %</b>
Receita Orçamentária (I)	33.800.174.193,85	28.595.058.254,24	18,20%
Despesa Paga (II)	33.254.548.205,77	26.257.782.801,46	26,65%
<b>Resultado Orçamentário (III = I - II)</b>	<b>545.625.988,08</b>	<b>2.337.275.452,78</b>	<b>-76,66%</b>
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	27.117.540.266,65	23.464.478.727,28	15,57%
Transferências Financeiras Concedidas (V)	27.117.540.266,65	23.464.478.727,28	15,57%
<b>Transferências Financeiras Líquidas (VI = IV - V)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	29.813.869.203,24	25.943.312.698,80	14,92%
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	28.585.257.535,97	23.130.514.475,29	23,58%
<b>Resultado Extraorçamentário (IX = VII - VIII)</b>	<b>1.228.611.667,27</b>	<b>2.812.798.223,51</b>	<b>-56,32%</b>
<b>Resultado Financeiro do Exercício (X = III + VI + IX)</b>	<b>1.774.237.655,35</b>	<b>5.150.073.676,29</b>	<b>-65,55%</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BF 3.** A receita orçamentária, de 2022, teve um crescimento, em relação ao exercício de 2021, no montante de R\$ 5,205 bilhões, correspondendo a 18,20% de crescimento, sendo que os recursos ordinários cresceram R\$ 2,550 bilhões e os recursos vinculados R\$ 2,654 bilhões. Já a despesa orçamentária teve um crescimento de 6,996 bilhões, equivalente a 26,65%, desmembrado em R\$ 4,744 bilhões de recursos ordinário e R\$ 2,252 bilhões de recursos vinculados.

**BF 4.** As deduções da receita totalizaram R\$ 21,404 bilhões com as seguintes fontes/destinação de recursos:

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

DETALHAMENTO DAS DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA POR FONTES DE RECURSOS		
FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
100	RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOUREO ESTADUAL	11.660.786.005,89
108	RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	11.700,00
116	RECURSOS DE VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS A MUNICÍPIOS	5.877.518.243,83
120	RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	28.624,46
122	RECURSOS DO FDO DE MANUTENÇÃO E DES. DA EDUC. BÁSICA E VAL. DOS PROF. DA ED.-FUNDEB	3.865.175.165,00
134	RECURSOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE	62.503,78
192	RECURSOS DE REPASSES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	4.033,47
196	RECURSOS ADMINISTRADOS PELO ÓRGÃO	62.418,30
214	RECURSOS PROVENIENTES DA ARRECADADAÇÃO DE MULTAS - RENAINF	30.083,24
217	RECURSOS PRÓPRIOS COM DINALIDADE ESPECÍFICAS	1.873,15
240	RECURSOS PRÓPRIOS	842.628,26
247	RECURSOS ESTADUAIS DESTINADOS AO FUNDO PENITENCIÁRIO DE MATO GROSSO	880,00
<b>TOTAL</b>		<b>21.404.524.159,38</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BF 5.** Os restos a pagar em inscrição, que para efeito do fechamento do balanço financeiro consta na coluna de ingressos extraorçamentários, no exercício de 2022, totalizaram o montante de R\$ 4,300 bilhões, desmembrados em processados e não processados:

DESPESAS EM PROCESSO DE INSCRIÇÃO EM 31/12/2022			
DESCRIÇÃO	RP PROCESSADO	RP NÃO PROCESSADO	TOTAL
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>185.078.154,70</b>	<b>1.245.128.307,17</b>	<b>1.430.206.461,87</b>
Pessoal e Encargos Sociais	141.021.527,40	24.843.289,67	165.864.817,07
Outras Desp. Correntes	44.056.627,30	1.220.285.017,50	1.264.341.644,80
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>57.938.157,05</b>	<b>2.812.608.654,53</b>	<b>2.870.546.811,58</b>
Investimentos	57.938.157,05	1.814.940.197,17	1.872.878.354,22
Inversões Financeiras	-	997.668.457,36	997.668.457,36
<b>TOTAL</b>	<b>243.016.311,75</b>	<b>4.057.736.961,70</b>	<b>4.300.753.273,45</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BF 6.** Foram pagos em 2022 o montante de R\$ 2,663 bilhões, sendo R\$ 2,386 bilhões de restos a pagar não processados e R\$ 277,3 milhões de restos a pagar processados.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>DEMONSTRATIVO DOS RP PAGOS EM 2022</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>RP PROCESSADO</b>	<b>RP NÃO PROCESSADO</b>	<b>TOTAL</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>205.161.607,90</b>	<b>752.277.657,21</b>	<b>957.439.265,11</b>
Pessoal e Encargos Sociais	135.327.268,15	17.899.344,50	153.226.612,65
Outras Desp. Correntes	69.834.339,75	734.378.312,71	804.212.652,46
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>72.166.265,08</b>	<b>1.634.342.569,88</b>	<b>1.706.508.834,96</b>
Investimentos	72.166.265,08	1.634.342.569,88	1.706.508.834,96
<b>TOTAL</b>	<b>277.327.872,98</b>	<b>2.386.620.227,09</b>	<b>2.663.948.100,07</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BF 7.** O saldo financeiro para o exercício seguinte foi no montante de R\$ 12,939 bilhões, uma redução de R\$ 1,774 bilhão em relação a 2021, distribuídos nas fontes abaixo.

**BF 8.** Destaque para o aumento de R\$ 604,6 milhões nas fontes vinculadas para educação (120/320); R\$ 616,4 milhões nos recursos próprios das unidades orçamentárias (240/640), R\$ 558,9 milhões dos recursos do pré-sal e R\$ 540 milhões nas fontes do FETHAT commodities (196/396).

<b>DETALHAMENTO DO SALDO EM ESPÉCIE POR FONTE DE RECURSO</b>			
<b>FONTE</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31.12.22</b>	<b>31.12.21</b>
100/300	RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOUREI ESTADUAL	3.870.491.441,73	4.449.508.837,61
108/308	RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE BENS - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	60.561.594,95	41.386.926,19
110/310	RECURSOS DA CONTRIBUIÇÃO AO SALÁRIO EDUCAÇÃO	41.941.826,83	85.049.130,06
112/312	RECURSOS PARA APOIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	618.315.618,36	454.721.899,75
115/315	RECURSOS DE CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL DE OUTROS PODERES	344.419.827,04	177.205.801,02
116/316	RECURSOS DE VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS A MUNICIPIOS	52.598.310,53	64.728.935,90
117/317	TRANSF. ESPECIAS DA UNIÃO - EMENDAS INDIVIDUAIS EC n° 105/2019	10.729.834,00	5.519.993,00
120/320	RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	1.419.831.369,71	815.218.838,11
122/322	RECURSOS DO FUNDO DE MAN.E DES. DA EDUC. BÁSICA E VAL.PROF. DA EDUCAÇÃO- FUNDEB	471.515.156,68	527.088.494,88
125/325	TRANSF. DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS	3.267.433,72	4.320.959,25
134/334	RECURSOS DESTINADOS AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DE SAÚDE	640.495.736,43	898.215.908,23
137/337	CONTRIBUIÇÃO REGIONAL AO FETHAB	-	10.996.300,02
151/351	RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA.	47.094.716,05	134.476.801,71
153/353	AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUÁRIO ICMS - EC n° 123/2022 - TESOUREI	106.321.622,90	-
154/354	AUXÍLIO FINANCEIRO - OUTORGA CRÉDITO TRIBUÁRIO ICMS - EC n° 123/2022 - EDUCAÇÃO	7.183.893,45	-
169/369	RECURSOS DE OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA	65.330.030,50	39.188.136,97
185/385	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - INCISO I do art. 5º da LC 173/2020	7.723.939,19	13.940.510,20
192/392	RECURSOS DE REPASSES CONSTITUCIONAIS	192.817.265,62	162.947.097,15
193/393	RECURSOS DE CONVÊNIOS	439.784.638,47	490.335.793,85
194/394	RECURSOS DE TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO - CESSÃO ONEROSA BONUS PRÉ-SAL	558.930.631,94	-
195/395	RECURSOS DE TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	281.986.316,40	263.927.582,53
196/396	RECURSOS ADMINISTRADOS PELO ÓRGÃO	1.685.028.920,23	1.144.637.739,63
214/614	RECURSOS PROVENIENTES DA ARRECADAÇÃO DE MULTAS DO SISTEMA RENAINF	20.186.344,35	15.940.680,89
216/616	RECURSOS PROVENIENTES DE INSTITUIÇÃO PRIVADA	8.871.830,96	7.233.417,68
217/617	RECURSOS PRÓPRIOS COM DINALIDADE ESPECÍFICAS	51.743.087,61	39.876.337,95
240/640	RECURSOS PRÓPRIOS	1.750.465.084,28	1.133.996.882,71
247/647	RECURSOS ESTADUAIS DESTINADOS AO FUNDO PENITENCIÁRIO DE MATO GROSSO	17.061.801,02	15.399.615,54
250/650	RECURSOS DE CONTRIBUIÇÃO DOS ÓRGÃOS E SERVIDORES PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL	31.052.510,78	48.990.824,80
253/653	RECURSOS DE CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES MILITARES PARA O SISTEMA SOCIAL	3.178.978,87	5.989.127,81
888	RECURSOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	130.414.012,97	114.263.546,78
<b>TOTAL</b>		<b>12.939.343.775,57</b>	<b>11.165.106.120,22</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ



**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

**Balanco Patrimonial:**

**BP 1.** Os elementos patrimoniais são apresentados considerando a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e as partes II e V do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Ainda, em atendimento ao artigo 105 da Lei 4320/64, que confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar ativo e passivo em dois grupos, financeiro e Permanente, é apresentado quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.

**BP 2.** O Balanço Patrimonial é composto, nessa nova estrutura definida pela Secretaria do Tesouro Estadual - STN, em 4 quadros: Quadro Principal; Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes; Quadro das Contas de Compensação (controle) e Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

**BP 3.** O ativo circulante teve um crescimento de R\$ 3,113 bilhões, representando 13,47%, impulsionado pelo crescimento dos itens Caixa e equivalente de Caixa, Demais créditos e valores de Curto Prazo a Receber e estoques, de R\$ 1,774 bilhão, R\$ 776 milhões e R\$ 341 milhões, respectivamente.

DETALHAMENTO DO ATIVO CIRCULANTE			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	12.939.343.775,57	11.165.106.120,22	15,89%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	1.453.387.593,72	1.330.677.183,57	9,22%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	11.265.381.354,44	10.489.196.434,65	7,40%
ESTOQUES	341.133.728,23	-	100,00%
VARIAÇÕES PATRIM. DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	233.667.437,50	134.015.737,80	74,36%
<b>TOTAL</b>	<b>26.232.913.889,46</b>	<b>23.118.995.476,24</b>	<b>13,47%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BP 4.** O disponível em caixa e equivalente de caixa apresentou, em relação à 2021, um crescimento de 15,89%, representando R\$ 1,774 bilhão, destacando o aumento na conta única e conta especial do Banco do Brasil, nos montantes de R\$ 1 bilhão e R\$ 822,8 milhões, respectivamente. Esse crescimento se deu devido a boa performance da arrecadação conjugada com o crescimento das aplicações financeiras e transferências federais.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
CONTA DE ARRECAÇÃO - BANCO DO BRASIL (F)	83.938.172,15	122.164.588,41	-31,29%
CONTA DE ARRECAÇÃO - BRADESCO (F)	28.817,37	28.818,39	0,00%
CONTA DE ARRECAÇÃO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (F)	231.891,21	473.407,21	-51,02%
CONTA DE CONVÊNIO - BANCO DO BRASIL (F)	541.674.819,68	568.659.396,95	-4,75%
CONTA DE CONVÊNIO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (F)	63.842.184,23	55.991.001,93	14,02%
CONTA ESPECIAL - BANCO DO BRASIL (F)	4.648.809.314,38	3.825.979.953,61	21,51%
CONTA ESPECIAL - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (F)	47.871.817,85	116.680.270,09	-58,97%
CONTA ESPECIAL - CONTA CONTÁBIL - TESOURO DO ESTADO (F)	-	19.246.461,65	-100,00%
CONTA ÚNICA - BANCO DO BRASIL (F)	7.552.946.758,70	6.455.882.221,98	16,99%
<b>TOTAL</b>	<b>12.939.343.775,57</b>	<b>11.165.106.120,22</b>	<b>15,89%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BP 5.** Já os créditos a curto prazo tiveram um aumento de 9,22%, em valores nominais R\$ 122,7 milhões, devido ao aumento no item créditos tributários a receber no valor de R\$ 136,9 milhões, relativos ao aumento de valores a receber de ICMS e ITCO, nos valores de R\$ 117 milhões e R\$ 23,5 milhões; e redução no item Ajustes para perdas de Créditos de CP no valor de R\$ 171,7 milhões. Destaque para a redução da dívida ativa tributária de CP no valor de R\$ 177,4 milhões.

DETALHAMENTO DOS CRÉDITOS A CURTO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER	965.221.613,86	828.232.008,18	16,54%
CLIENTES	6.838.450,72	25.692.156,35	-73,38%
CREDITOS DE TRANSFERENCIAS A RECEBER	183.370.349,09	171.163.731,78	7,13%
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	5.698.324,84	5.698.324,84	0,00%
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA A CURTO PRAZO - INSCRITA (P)	21.502.505,21	198.920.095,00	-89,19%
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA A CURTO PRAZO INSCRITA (P)	1.879.612.616,84	1.881.568.726,28	-0,10%
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO	-1.608.856.266,84	-1.780.597.858,86	-9,65%
<b>TOTAL</b>	<b>1.453.387.593,72</b>	<b>1.330.677.183,57</b>	<b>9,22%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BP 6.** Os demais créditos e valores a receber de curto prazo tiveram um acréscimo de 7,40%, equivalente a R\$ 776 milhões, sendo que o grupo que apresentou maior crescimento foi: “Outros Créditos a Receber e Valores de CP” com R\$ 612,5 milhões, merece destaque, ainda, o aumento de R\$ 105 milhões no grupo Depósitos restituíveis e valores vinculados.

**BP 7.** No grupo “Outros Créditos a Receber e Valores de CP” o crescimento de R612 milhões ficou em dois itens: Outros Créditos a Receber no valor de R\$ 83 milhões e Transferências intragovernamentais no valor de R\$ 509 milhões.

**BP 8.** O aumento de R\$ 509 milhões, no item transferências intragovernamentais, ocorreu em virtude do aumento do direito da conta única, que evidencia a quem pertence o recurso financeiro disponível da conta única, no

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

montante de R\$ 1 bilhão. Já o aumento de R\$ 500 milhões do item Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo, refere-se ao direito de receita própria cujo registro evidencia a as receitas próprias a receber por competência.

<b>DETALHAMENTO DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	13.305.273,36	2.429.119,16	447,74%
TRIBUTOS A RECUPERAR/ COMPENSAR	9.565.180,20	7.800.755,68	22,62%
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	48.373.132,64	13.981.559,55	245,98%
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	901.421.266,91	796.078.768,32	13,23%
CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS A RECEBER A CURTO PRAZO	17.427.536,54	6.119.890,06	184,77%
OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	10.275.288.964,79	9.662.786.341,88	6,34%
OUTROS CREDITOS A RECEBER -COMPETENCIA	814.951.215,15	731.216.617,38	11,45%
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	9.375.117.517,75	8.865.928.776,96	5,74%
DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES CP	85.220.231,89	65.640.947,54	29,83%
<b>TOTAL</b>	<b>11.265.381.354,44</b>	<b>10.489.196.434,65</b>	<b>7,40%</b>

FORNTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BP 9.** Os estoques tiveram acréscimo de 74,36%, em termos nominais um crescimento de R\$ 99,6 milhões em relação à 2021, sendo que o crescimento mais expressivo foram nos itens almoxarifado e outros estoques, no valor de R\$ 44,6 milhões e R\$ 42 milhões, respectivamente.

<b>DETALHAMENTO DOS ESTOQUES</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
MERCADORIAS PARA REVENDA	16.018.047,01	215.619,94	7328,83%
PRODUTOS E SERVIÇOS ACABADOS	548.845,50	-	100,00%
MATERIAIS EM TRANSITO	-	3.347.844,11	-100,00%
ALMOXARIFADO	113.589.851,41	68.943.618,94	64,76%
OUTROS ESTOQUES	103.510.693,58	61.508.654,81	68,29%
<b>TOTAL</b>	<b>233.667.437,50</b>	<b>134.015.737,80</b>	<b>74,36%</b>

FORNTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BP 10.** O ativo não circulante em 2022, no montante de R\$ 24,303 bilhões, apresentou um aumento, em relação a 2021, de 13,94%, equivalente a R\$ 2,973 bilhões, centralizada no grupo de imobilizado, que teve acréscimos de R\$ 4,284 bilhões. Já o Ativo Realizável a Longo Prazo teve redução de R\$ 1,552 bilhão, conforme quadro abaixo.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>DETALHAMENTO DO ATIVO NAO-CIRCULANTE</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO (P)	7.399.780.725,01	8.952.438.601,69	-17,34%
INVESTIMENTOS	359.560.399,19	187.078.982,46	92,20%
IMOBILIZADO	16.419.350.484,50	12.135.093.529,21	35,30%
INTANGIVEL	124.992.921,38	55.926.954,39	123,49%
<b>TOTAL</b>	<b>24.303.684.530,08</b>	<b>21.330.538.067,75</b>	<b>13,94%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BP 11.** No ativo realizável de longo prazo a redução de R\$ 1,552 bilhão, equivalente a 17,34%, é reflexo da redução da dívida ativa não tributária em R\$ 2,548 bilhões e do aumento dos ajustes de perdas da dívida ativa de longo prazo no valor de R\$ 4,987 bilhões. Destaque para o aumento da dívida ativa tributária que apesar do aumento expressivo de R\$ 6 bilhões ainda não superou o efeito redutor dos outros dois itens no grupo.

<b>DETALHAMENTO DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS (P)	39.609.119,75	42.733.878,91	-7,31%
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA (P)	72.542.856.203,99	66.513.169.674,26	9,07%
DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA - LONGO PRAZO (P)	3.393.734.725,33	5.942.262.939,50	-42,89%
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DIVIDA ATIVA (P)	-69.775.339.613,73	-64.788.069.034,18	7,70%
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO (P)	1.198.920.289,67	1.242.341.143,20	-3,50%
<b>TOTAL</b>	<b>7.399.780.725,01</b>	<b>8.952.438.601,69</b>	<b>-17,34%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BP 12.** O aumento de R\$ 172,4 milhões, equivalente a 92,20%, em investimentos é decorrente do aumento da integralização de capital nas unidades orçamentárias Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação – MTI e Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S/A – DESENVOLVE MT desenvolve, nos valores de R\$ 30,7 milhões e R\$ 78,3 milhões, respectivamente. Também importante destacar nesse item a transferência de terrenos para a conta bens imóveis não destinados ao uso, no montante de R\$ 53,1 milhões.

<b>DETALHAMENTO DO ATIVO INVESTIMENTO</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DA EQ. PATRIMONIAL	168.112.484,69	157.828.982,46	6,52%
PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (P)	79.050.000,00	750.000,00	10440,00%
PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS PÚBLICAS (P)	57.719.710,30	27.000.000,00	113,78%
BENS IMOVEIS NÃO DESTINADOS AO USO	53.178.204,20	-	100,00%
DEMAIS INVESTIMENTOS	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>359.560.399,19</b>	<b>187.078.982,46</b>	<b>92,20%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BP 13.** O imobilizado cresceu R\$ 4,284 bilhões em 2022, representando 35,30%, sendo resultado do aumento de R\$ 1,131 bilhão de bens móveis e de R\$ 3,388

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

bilhões de bens imóveis. Já as depreciações cresceram R\$ 235 milhões. Nos bens imóveis o aumento ficou em R\$ 261,9 milhões em bens de uso especial e R\$ 142,2 milhões em bens de uso comum do povo e 2,972 bilhões em Imóveis em andamento.

Na parte do imobilizado, devido a adesão do Estado de Mato Grosso, ao plano de contas estendido da Secretaria do Tesouro Nacional, houve uma reestruturação da forma de apresentação desse grupo, especialmente imóveis, quando comparado aos exercícios anteriores. Em especial as obras em andamento que agora compõem grupo dentro dos imóveis.

<b>DETALHAMENTO DO ATIVO IMOBILIZADO</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
BENS MOVEIS	3.927.077.319,67	2.795.821.532,76	40,46%
BENS IMOVEIS	14.294.912.265,72	10.906.167.450,01	31,07%
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORT.ACUMULADAS	-1.802.639.100,89	-1.566.895.453,56	15,05%
<b>TOTAL</b>	<b>16.419.350.484,50</b>	<b>12.135.093.529,21</b>	<b>35,30%</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BP 14.** O imobilizado do Estado de Mato grosso está segregado em dois grupos: bens móveis e bens imóveis. Na tabela a seguir, é apresentada a sua composição, cujo montante em 2022 é de R\$ 16,419 bilhões, sendo R\$ 2,400 bilhões de bens móveis e R\$ 14,018 bilhões de bens imóveis.

<b>COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO - BENS MÓVEIS E BENS IMÓVEIS</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
<b>Bens Móveis (VI)</b>	<b>2.400.507.196,76</b>	<b>1.443.002.908,34</b>	<b>66,35%</b>
Valor Bruto Contábil (I)	3.927.077.319,67	2.795.821.532,76	40,46%
Depreciação/Amortização/Exaustao Acumulada (II)	1.526.570.122,91	1.352.818.624,42	12,84%
Redução ao Valor Recuperável (III)	-	-	0,00%
<b>BENS IMÓVEIS (VII)</b>	<b>14.018.843.287,74</b>	<b>10.692.090.620,87</b>	<b>31,11%</b>
Valor Bruto Contábil (IV)	14.294.912.265,72	10.906.167.450,01	31,07%
Depreciação/Amortização/Exaustao Acumulada (V)	276.068.977,98	214.076.829,14	28,96%
<b>TOTAL LÍQUIDO (VIII = VI + VII)</b>	<b>16.419.350.484,50</b>	<b>12.135.093.529,21</b>	<b>35,30%</b>

*Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BP 15.** Em 2022, o valor líquido contábil dos bens móveis do Estado de Mato Grosso foi de 2,4 bilhões, tendo apresentado um aumento de 66,35%, em relação a 2021, sendo 40,46% de crescimento no total bruto de bens móveis e 12,84% de depreciação/amortização/exaustão, conforme detalhamento apresentado abaixo.

**BP 16.** O item veículo aumentou R\$ 384,5 milhões, representando um acréscimo de 52,01% em relação a 2021, desse montante R\$ 377,8 milhões são novas

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

aquisições; R\$ 6,7 milhões em decorrência de ajustes patrimoniais de compatibilização do inventário.

**BP 17.** O item equipamentos proc. Automático de dados uso uso geral, progr, suprimentos equipamentos de suporte apresentou um crescimento de R\$ 384,5 milhões, em decorrência de novas aquisições em diversas unidades do Estado.

**BP 18.** As depreciações dos bens móveis apresentaram um crescimento de R\$ 173,7 milhões, equivalente a 12,84% de crescimento em relação ao exercício de 2021.

COMPOSIÇÃO DOS BENS MÓVEIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
EQUIP PROC. AUT. DE DADOS USO GERAL,PROGR,SUPRIM, EQUIP SUPORTE (P)	920.489.997,62	617.007.163,93	49,19%
VEICULOS (P)	1.123.900.310,56	739.373.016,92	52,01%
MOBILIARIOS (P)	401.290.447,77	331.555.012,95	21,03%
MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS (P)	325.867.926,93	262.892.566,02	23,95%
MAQUINAS PARA INDUSTRIAS ESPECIALIZADAS (P)	50.439.668,10	42.615.841,38	18,36%
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	30.991.647,12	22.025.666,31	40,71%
EQUIPAMENTOS E ARTIGOS PARA USO MEDICO, DENTARIO E VETERINARIO (P)	189.311.242,23	168.230.757,44	12,53%
UTENSILIOS E UTILIDADES DE USO DOMESTICO E COMERCIAL (P)	128.818.758,90	111.198.523,58	15,85%
EQUIPAMENTOS DE COMUNICACOES, DETECAO E RADIACAO COERENTE (P)	147.181.810,74	91.801.225,35	60,33%
EQUIPAMENTOS PARA COMBATE A INCENDIO, RESGATE E SEGURANCA (P)	63.167.260,34	60.051.613,70	5,19%
EQUIPTOS PARA REFRIGERACAO, CIRCULACAO E CONDICIONAMENTO DE AR (P)	58.552.879,32	39.742.052,43	47,33%
MAQUINAS PARA ESCRITORIO E ARQUIVOS VISUAIS (P)	24.090.787,14	25.833.968,61	-6,75%
ARMAMENTOS (P)	49.702.130,85	33.874.830,52	46,72%
INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS DE MEDICAO E DE LABORATORIO (P)	27.767.465,11	22.921.496,49	21,14%
EQUIPAMENTOS PARA SERVICOS (P)	19.725.649,12	22.746.371,49	-13,28%
OUTROS BENS MÓVEIS	365.779.337,82	203.951.425,64	79,35%
<b>TOTAL BRUTO (I)</b>	<b>3.927.077.319,67</b>	<b>2.795.821.532,76</b>	<b>40,46%</b>
Depreciação/Amortização/Exaustao Acumulada (II)	1.526.570.122,91	1.352.818.624,42	12,84%
<b>TOTAL LÍQUIDO (III = I - II)</b>	<b>2.400.507.196,76</b>	<b>1.443.002.908,34</b>	<b>66,35%</b>

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BP 19.** Em 31/12/2022, o valor líquido contábil dos bens imóveis do Estado totalizou R\$ 14,018 bilhões, com um crescimento de 31,11%, equivalente a R\$ 3,326 bilhões, em relação a 2021, centralizado nos bens de uso especiais, bens dominicais e bens imóveis em andamento, nos montantes de R\$ 261,9 milhões, R\$ 142,2 milhões e 3,388 bilhões, conforme detalhamento a seguir.

COMPOSIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
BENS DE USO ESPECIAL	1.921.059.200,97	1.659.142.272,61	15,79%
BENS DOMINICAIS	300.867.357,22	158.603.797,19	89,70%
BENS DE USO COMUM DO POVO	1.777.872.714,93	1.768.540.817,25	0,53%
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	10.289.320.327,26	7.316.399.890,00	40,63%
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS (P)	5.792.665,34	3.480.672,96	66,42%
<b>TOTAL BRUTO (I)</b>	<b>14.294.912.265,72</b>	<b>10.906.167.450,01</b>	<b>31,07%</b>
Depreciação/Amortização/Exaustao Acumulada	- 276.068.977,98	- 214.076.829,14	28,96%
<b>TOTAL LÍQUIDO (III = I - II)</b>	<b>14.018.843.287,74</b>	<b>10.692.090.620,87</b>	<b>31,11%</b>

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

**BP 20.** A composição dos Bens de uso especial, valor bruto, totalizam em 2022 o montante de R\$ 1,921 bilhão, evidenciando um aumento de 15,79%, correspondendo a R\$ 261,9 milhões, sendo decorrente, especialmente, do aumento dos itens prédios, terrenos/glebas, imóveis de uso educacional e imóveis de uso recreativo, conforme quadro abaixo.

**BP 21.** Os prédios aumentaram R\$ 68,1 milhões, sendo R\$ 50,1 milhões referentes a integralização de prédio pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA, e R\$ 33,4 milhões transferência de obras em andamento para obras concluídas e reavaliações dos imóveis, implementadas pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ.

**BP 22.** O item terreno e glebas foi um dos que mais contribuiu para o aumento dos bens de uso especial, no montante de R\$ 73,8 milhões. Destaque para as incorporações de terrenos de várias agências fazendárias e postos fiscais efetivadas pela SEFAZ e transferências de bens dominicais para bens de uso especial, em decorrência do inventário de imóveis no montante de R\$ 72,2 milhões e para a incorporação de R\$ 3 terrenos em Barra do Bugres pela Procuradoria Geral de Justiça, no valor de R\$ 1,4 milhão.

**BP 23.** Os imóveis de uso educacional contribuíram com R\$ 41,9 milhões para o crescimento do grupo, sendo R\$ 21,7 milhões registrados pela Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, construção de quadra poliesportiva e transferência de valores da conta aquisições de imóveis – saldo exercício anterior, do grupo de bens dominicais para escolas, no valor de R\$ 19,6 milhões; R\$ 20,2 milhões pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT nos campos, referentes a ajustes e reclassificações de imóveis.

**BP 24.** Já os imóveis de uso recreativo apresentou um crescimento de R\$ 66,7 milhões, todo ele efetivado pela SECEL – Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer, em detrimento do inventário de 2022. Destaque para ajuste positivo nos valores do Complexo Arena Pantanal gerando acréscimos de R\$ 277,9, pela atualização; e ajuste negativo de R\$ 187 milhões em decorrência da reclassificação para bens dominicais do museu/teatro/biblioteca do Complexo Arena Pantanal.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>COMPOSIÇÃO DOS BENS DE USO ESPECIAL</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
PRÉDIOS (P)	411.236.274,34	343.061.305,74	19,87%
TERRENOS /GLEBAS	130.750.100,15	56.862.226,11	129,94%
ARMAZEM /GALPÕES	23.159.512,76	37.874.176,37	-38,85%
IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL	505.822.946,96	463.872.732,04	9,04%
IMÓVEIS DE USO RECREATIVO	647.834.530,39	581.049.628,45	11,49%
HOSPITAIS E UNIDADES DE SAÚDE	76.060.261,94	76.060.261,94	0,00%
PRESÍDIOS	65.235.559,84	53.591.709,29	21,73%
OUTROS BENS DE USO ESPECIAL	60.960.014,59	46.770.232,67	30,34%
<b>TOTAL BRUTO</b>	<b>1.921.059.200,97</b>	<b>1.659.142.272,61</b>	<b>15,79%</b>

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BP 25.** Os bens de uso dominicais apresentaram, em 31/12/2022, o montante bruto de R\$ 300,8 milhões, com um crescimento, em relação a 2021, de 89,70%, equivalente a 142,2 milhões. Esse aumento se deve aos terrenos urbanos que aumentaram R\$ 204,1 milhões. Destaque para a redução dos demais bens dominicais no montante de R\$ 60,8 milhões.

**BP 26.** O aumento de R\$ 204,1 milhões em terrenos urbanos foi quase integralmente efetivado pela SECEL, no montante de R\$ 204,1 milhões. Destaque para a transferência de bens de uso especial para bens dominicais, conforme citado na nota BP 26 no montante de R\$ 187,3 milhões.

**BP 27.** Já a redução em demais bens dominicais está concentrada na redução dos valores da conta Aquisição de Imóveis – Saldo Exercício Anterior que reduziu R\$ 60,8 milhões. Sendo R\$ 19,6 milhões referentes a transferência, pela SEDUC, para bens de uso comum do povo – escolas; R\$ 30,5 milhões transferências, efetivadas pela SEFAZ, de imóveis de agendas fazendárias e postos fiscais para bens de uso especial. Demais ajustes foram efetivado pela SECEL e UNEMAT no montante de R\$ 10,4 milhões.

<b>COMPOSIÇÃO DOS BENS DOMINICAIS</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
PRÉDIOS	4.545.463,34	5.610.576,99	-18,98%
TERRENOS URBANOS (P)	218.378.539,97	14.243.174,42	1433,22%
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS - SD EX. ANTERIOR	22.285.009,39	22.285.009,39	0,00%
DEMAIS BENS DOMINICAIS	55.658.344,52	116.465.036,39	-52,21%
<b>TOTAL BRUTO</b>	<b>300.867.357,22</b>	<b>158.603.797,19</b>	<b>89,70%</b>

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BP 28.** Os bens de uso comum do povo fecharam, em 2022, com um valor bruto de R\$ 1,7 bilhões, apresentando um crescimento de R\$ 9,3 milhões, 0,53%, devido ao aumento nos itens praças e imóveis residenciais/comerciais por desapropriação



**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

e demais bens de uso comum do povo, nos montantes de R\$ 4,4 milhões, R\$ 3,7 milhões e R\$ 1,1 milhão, respectivamente.

**BP 29.** O aumento do item praça, no valor de R\$ 4,4 milhões é referente a atualização aumentativa do imóvel da Praça das Bandeiras registradas pela Secretaria de Estado, Planejamento e Gestão – SEPLAG, em conformidade com o inventário de 2022.

**BP 30.** Já no item demais bens de uso comum do povo o aumento de R\$ 1,1 milhão se justifica pela aquisição de benfeitorias e melhorias em bens de uso comum do povo, realizados pela SINFRA, no montante de R\$ 1,2 milhão.

COMPOSIÇÃO DOS BENS DE USO COMUM DO POVO			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
RUAS PAVIMENTADAS (P)	46.464.867,29	46.464.867,29	0,00%
PRACAS (P)	30.723.732,54	26.272.964,64	16,94%
ESTRADAS PAVIMENTADAS (P)	1.437.006.821,34	1.437.006.821,34	0,00%
VIADUTOS E TRINCHEIRAS (P)	145.743.029,00	145.743.029,00	0,00%
IMÓVEIS RESIDENCIAIS/COMERCIAIS POR DESAPROPRIAÇÃO (P)	108.363.785,52	104.623.134,44	3,58%
DEMAIS BENS DE USO COMUM DO POVO	9.570.479,24	8.430.000,54	13,53%
<b>TOTAL BRUTO</b>	<b>1.777.872.714,93</b>	<b>1.768.540.817,25</b>	<b>0,53%</b>

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BP 31.** Até o exercício de 2021 as obras em andamento estavam, em sua maioria, desmembradas como bens de uso especial, dominicais e uso comum do povo, porém com a aderência ao plano de contas estendido da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, todas as obras em andamento passaram a compor um grupo específico, dentro de bens imóveis.

**BP 32.** O grupo de obras em andamento encerrou 2022 com um valor bruto de R\$ 10,2 bilhões, apresentando crescimento, em relação a 2021, de 40,63%, no montante de R\$ 2,972 bilhões. Os itens Benfeitorias e Melhorias, Pavimentação de rodovias, ruas, praças e logradouros, Restauração de Rodovias pavimentadas, construção de pontes, construção de delegacias, cadeias e presídios foram o que mais contribuíram para o crescimento do grupo.

**BP 33.** As benfeitorias e melhorias aumentaram R\$ 363,9 milhões, sendo R\$ 367,9 milhões referentes a novas aquisições realizadas em 2022 por diversas unidades orçamentárias dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e da Defensoria. Destaque para as reduções no grupo, no valor de R\$ 3,9 milhões, referente a diversos ajustes de classificação.

**BP 34.** A pavimentação de rodovias, ruas, praças e logradouros foi o item que mais contribuiu para o crescimento expressivo do grupo bens imóveis em

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

andamento. Esse item teve um crescimento de R\$ 1,447 bilhão referentes a novas aquisições realizadas, pela SINFRA, no exercício de 2022.

**BP 35.** O item restauração de rodovias pavimentadas, apresentou crescimento de 70,31%, no montante de R\$ 424 milhões, referentes a novas execuções de pavimentações realizadas em 2022 pela SINFRA.

**BP 36.** Com um crescimento bastante expressivo de R\$ 425,3 milhões, se destaca a construção de pontes de madeira e pontes de concreto, esse crescimento se deve a construção de novas pontes no exercício de 2022 pela SINFRA.

**BP 37.** A edificações para sede de órgãos públicos apresentou um crescimento de R\$ 68 milhões, 15,56%, sendo R\$ 70,3 milhões referentes a incorporações no grupo em decorrência de novas construções e R\$ 2,3 milhões referentes a transferência para obras concluídas.

**BP 38.** O aumento em construção de Delegacias, cadeias e presídios no montante de R\$ 89,8 milhões refere-se a incorporação de novas obras no montante de R\$ 97,3 milhões e a baixa de R\$ 7,4 milhões referentes a transferências de imóveis em andamento para obra concluída, toda movimentação está centralizada na Secretaria de Estado de Segurança Pública – SESP.

**BP 39.** Também destaque para o crescimento de R\$ 70,4 milhões em estudos e projetos de engenharia arquitetônica, sendo R\$ 70,9 milhões referentes a novas aquisições, realizadas em sua grande maioria pela SINFRA, e R\$ 444 mil referentes a baixa por registro incorreto e transferências para obras concluídas.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

COMPOSIÇÃO DOS BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
OBRAS DE URBANIZAÇÃO	352.357.423,50	371.497.371,26	-5,15%
BENFEITORIAS E MELHORIAS	813.137.629,99	449.177.131,78	81,03%
PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS, RUAS, PRAÇAS E LOGRADOURO	4.103.288.060,93	2.655.969.829,48	54,49%
RESTAURAÇÃO DE RODOVISAS PAVIMENTADAS	1.027.260.110,12	603.175.947,72	70,31%
CONSTRUÇÃO DE PONTE DE MADEIRA/PONTE DE CONCRETO	1.055.704.728,68	630.310.131,35	67,49%
EDIFICAÇÕES PARA SEDE DE ÓRGÃOS PÚBLICOS	505.343.304,79	437.288.068,17	15,56%
CONSTRUÇÃO DE DELEGACIA, CADEIAS E PRESÍDIOS	219.341.342,76	129.444.439,62	69,45%
CONSTRUÇÃO DE ESCOLAS	228.658.257,54	192.545.209,53	18,76%
CONSTRUÇÃO DE ESTÁDIOS	74.864.123,56	74.864.123,56	0,00%
SUPERVISÃO DE OBRAS	344.707.168,24	298.186.083,94	15,60%
VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS - VLT	993.428.501,55	993.428.501,55	0,00%
SINALIZAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS	31.122.331,92	24.205.275,39	28,58%
OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO E GALERIAS DE AGUA PLUVIAIS	20.616.359,28	20.616.359,28	0,00%
ESTUDOS E PROJETOS DE ENGENHARIA ARQUITETURA	295.729.672,99	225.231.273,56	31,30%
DEMAIS BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	223.761.311,41	210.460.143,81	6,32%
<b>TOTAL BRUTO</b>	<b>10.289.320.327,26</b>	<b>7.316.399.890,00</b>	<b>40,63%</b>

Fonte: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BP 40.** Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no custo, ou seja, com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida e como característica fundamental a redução do valor do bem) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

**BP 41.** Conforme o MCASP 9ª edição e ainda a IS 22/2020 disponível no link: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/orientacoes-tesouro-estadual>, o cálculo da amortização somente é aplicável aos ativos intangíveis que tiverem vida útil econômica limitada e têm característica fundamental a redução do valor do bem.

**BP 42.** Devido as peculiaridades de cada item dos ativos intangíveis, cabe à Unidade Orçamentária, ao efetuar o registro contábil de incorporação do ativo, determinar se esse possui vida útil limitada e qual o período de vida útil para que seja possível calcular a ser efetuada mensalmente. Conforme levantado a vida útil utilizada hoje no Estado é de 5 ou 10 anos, de acordo com a análise feita pela unidade.

**BP 43.** O método utilizado é amortização constante com base na vida útil, também conhecido como método linear.

**BP 44.** O intangível no montante de R\$ 124,9 milhões é composto dos itens “softwares”, “marcas e patentes” e “Amortização acumulada”. Tendo apresentado

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

um aumento de 123,49%, totalizando acréscimo de R\$ 69 milhões, integralmente concentrado no aumento do item software.

**BP 45.** O item software apresentou um crescimento de 97,33%, representando R\$ 89,2 milhões, tendo sido incorporados R\$ 14,5 milhões referente novas aquisições por meio de execução orçamentária, R\$ 75,3 incorporações em decorrências de inventário físico e R\$ 620 decorrentes de baixas

**BP 46.** Já as depreciações tiveram adições no valor de R\$ 20 milhões, representando um aumento de 53,51%.

<b>DETALHAMENTO DO ATIVO INTANGÍVEL</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
SOFTWARES	180.859.282,53	91.653.248,96	97,33%
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS	1.912.712,62	1.912.712,62	0,00%
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA	-57.779.073,77	-37.639.007,19	53,51%
<b>TOTAL</b>	<b>124.992.921,38</b>	<b>55.926.954,39</b>	<b>123,49%</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BP 47.** O passivo circulante no montante de R\$ 12,711 bilhões apresentou um crescimento, em relação a 2021, de 0,64% no valor de R\$ 81,4 milhões, os itens que tiveram crescimento foram as Obrigações intraorçamentárias e provisões de CP, nos montante de R\$ 513 milhões e R\$ 211,4 milhões, respectivamente. Já os itens que tiveram redução expressiva foram os Empréstimos e financiamentos de CP e os fornecedores e contas a pagar de CP, nos valores de R\$ 555 milhões e R\$ 225 milhões, respectivamente.

<b>DETALHAMENTO DO PASSIVO CIRCULANTE</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
OBRIGAÇÕES TRAB., PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS CP	584.850.640,07	393.138.747,67	48,76%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	804.441.869,90	1.359.465.920,74	-40,83%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	600.607.501,55	826.064.032,87	-27,29%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	839.572,14	102.851,33	716,30%
OBRIGAÇÕES INTRAORÇAMENTARIA CP	9.358.112.455,23	8.845.048.690,96	5,80%
PROVISÕES A CURTO PRAZO	403.407.230,12	191.974.545,19	110,14%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	958.939.483,97	1.013.944.933,25	-5,42%
<b>TOTAL</b>	<b>12.711.198.752,98</b>	<b>12.629.739.722,01</b>	<b>0,64%</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BP 48.** Os empréstimos de curto prazo, que representam a dívida pública a ser paga no exercício seguinte, apresentou redução de 40,83%, em valores nominais R\$ 555 milhões, sendo que os empréstimos e financiamentos internos reduziram 555,8 milhões, basicamente impactado pelo pagamento antecipado da Lei 9496/97, em razão do descumprimento do teto. Cabe destacar aqui a

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

reclassificação de alguns empréstimos para financiamento dentro do mesmo grupo de passivo de longo prazo, para alinhamento com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

<b>DETALHAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE LP</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO-INTERNO	344.724.223,58	880.450.990,24	-60,85%
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO-EXTERNO	5.888.176,09	5.898.692,45	-0,18%
FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO - INTERNO	385.730.631,15	405.844.601,49	-4,96%
FINANCIAMENTO A CURTO PRAZO - EXTERNO	68.098.839,08	67.271.636,56	1,23%
<b>TOTAL</b>	<b>804.441.869,90</b>	<b>1.359.465.920,74</b>	<b>-40,83%</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BP 49.** O decréscimo do item fornecedores e outros e contas a pagar de CP foi de 27,29%, equivalente a R\$ 225,4 milhões, sendo R\$ 192,2 milhões, causados pela desincorporação da Olvepar associado a um maior pagamento de grande valor que estavam sobrestados e voltaram para ordem cronológica. Destaque para a incorporação de fornecedores sem autorização orçamentária no montante de R\$ 85 milhões, pela Secretaria Estadual de Saúde, referente às notas fiscais dos hospitais.

<b>DETALHAMENTO DOS FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR CP</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
FORNECEDORES NACIONAIS A CURTO PRAZO	217.044.772,20	276.332.176,90	-21,46%
FORNECEDORES SEM AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (P)	85.004.190,51	63.993.522,87	32,83%
PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL	273.629.371,81	465.917.247,23	-41,27%
OUTRAS CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	24.929.167,03	19.821.085,87	25,77%
<b>TOTAL</b>	<b>600.607.501,55</b>	<b>826.064.032,87</b>	<b>-27,29%</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BP 50.** As demais obrigações intraorçamentárias é o grupo onde se concentra os valores intraorçamentários, ou seja, são passivos decorrentes da execuções entre unidades que compõem o orçamento do Estado. O grupo teve um aumento de 5,8%, equivalente a R\$ 513 milhões, em decorrência do aumento do disponível, refletido na conta de capacidade financeira, e o aumento da receita própria a repassar, nos valores de R\$ 1 bilhão e R\$ 162 milhões, respectivamente.

**BP 51.** Esse grupo foi ajustado em decorrência da aderência para o plano de contas estendido da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

**BP 52.** Destaque para a redução expressiva dos itens Repasse com Ônus a pagar e Obrigações pela Utilização da Disp. Conta Única, nos valores de R\$ 325,6 milhões e R\$ 109,4 milhões, respectivamente, em decorrência da devolução de

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

valores anteriormente utilizados, para cobertura da indisponibilidade financeira da conta única em determinadas fontes, em especial da fonte 100/300, pelo tesouro.

**BP 53.** Também importante frisar a redução de R\$ 125 milhões no item duodécimos a pagar, pelo pagamento de duodécimos de 2016 a 2018, sendo R\$ 65 milhões para o TCE/MT e R\$ 60 milhões para o MPE/MT.

<b>DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES INTRAORÇAMENTARIA CP</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
CONTA ÚNICA - CAPACIDADE FINANCEIRA (F)	7.552.946.758,70	6.455.882.221,98	16,99%
RECEITA PRÓPRIA A REPASAR	440.960.048,80	278.620.008,96	58,27%
DUODÉCIMOS A REPASAR (F)	208.473.513,38	333.473.513,38	-37,48%
OBRIGAÇÕES PELA UTILIZAÇÃO DA DISP. CONTA ÚNICA (F)	226.207.332,85	335.636.531,26	-32,60%
REPASSES COM ÔNUS A PAGAR - CONTA ÚNICA (F)	686.291.808,42	1.011.899.870,23	-32,18%
DEMAIS OBRIGAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS DE CP	243.232.993,08	429.536.545,15	-43,37%
<b>TOTAL</b>	<b>9.358.112.455,23</b>	<b>8.845.048.690,96</b>	<b>5,80%</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BP 54.** As provisões a curto prazo apresentaram um acréscimo de 110,14%, em valores nominais R\$ 211,4 milhões, impulsionadas pelos registros de subsídios do item Projetos e Investimentos que aumentou R\$ 227,7 milhões.

**BP 55.** No item Projetos e Investimentos houve incorporações no valor de R\$ 227,7 milhões, sendo R\$ 250 milhões referente a apropriação de subsídio registrados pela MT PAR. Houve desincorporação de R\$ 1,7 milhões em decorrência do processo de extinção da CEASA e transferência dos valores da SINFRA para passivo não circulante.

<b>DETALHAMENTO DAS PROVISÕES DE CURTO PRAZO</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
PROVISÃO PARA INDENIZAÇÃO TRABALHISTA (P)	6.420.495,91	10.529.490,89	-39,02%
PROVISÕES PARA INDENIZAÇÕES CIVEIS	3.667.318,11	15.864.408,89	-76,88%
PROJETOS E INVESTIMENTOS A DESENVOLVER (P)	393.319.416,10	165.580.645,41	137,54%
<b>TOTAL</b>	<b>403.407.230,12</b>	<b>191.974.545,19</b>	<b>110,14%</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BP 56.** As demais obrigações a curto prazo apresentaram decréscimo de 5,42%, equivalente a R\$ 55 milhões, destaque para as reduções nos itens valores restituíveis no valor de R\$ 34 milhões e outras obrigações a curto prazo no valor de 20,9 milhões. A redução em valores restituíveis foi quase integralmente concentrada na redução das consignações, devido a antecipação dos pagamentos em dezembro.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

**BP 57.** As outras obrigações a curto prazo também apresentaram um decréscimo de 90,11%, no valor de R\$ 20.6 milhões, devido a transferência do saldo de créditos de Participação Acionária para Longo.

**BP 58.** Nesse grupo destaque para os efeitos da adoção do plano de contas estendido, com a alteração alguns passivos intraorçamentários, que antes estavam nesse grupo foram realocados para um grupo específico de obrigações intraorçamentária.

<b>DETALHAMENTO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
<b>VALORES RESTITUÍVEIS</b>	<b>956.638.546,36</b>	<b>990.683.546,18</b>	<b>-3,44%</b>
CONSIGNAÇÕES - CONSOLIDAÇÃO	5.778.299,91	28.865.140,48	-79,98%
Depósitos Judiciais da LC 151/2015(F)	73.448.404,80	75.408.801,82	-2,60%
OUTROS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS - CONSOLIDAÇÃO	60.863.349,75	65.319.656,42	-6,82%
CONSIGNAÇÕES - INTRA	8.332.821,79	61.027.806,15	-86,35%
OUTROS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS - INTRA	604.346.133,06	589.987.758,15	2,43%
CONSIGNAÇÕES - INTER UNIÃO	10.967.978,33	10.892.614,03	0,69%
OUTROS DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS - INTER UNIÃO	65.507.863,79	28.032.716,79	133,68%
VALORES RESTITUÍVEIS INTER ESTADOS	593.156,07	206.047,80	187,87%
CONSIGNAÇÕES INTER OFSS - MUNICÍPIOS	1.436.000,69	1.514.251,37	-5,17%
OUTROS DEPÓSITOS DE DIV. ORIGENS - INTER MUNICÍPIOS	53.621.641,59	65.593.480,59	-18,25%
DEMAIS VALORES RESTITUÍVEIS	71.742.896,58	63.835.272,58	12,39%
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES CIRCULANTES</b>	<b>2.300.937,61</b>	<b>23.261.387,07</b>	<b>-90,11%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>958.939.483,97</b>	<b>1.013.944.933,25</b>	<b>-5,42%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BP 59.** O passivo não circulante teve acréscimo de 71,88%, totalizando uma redução de R\$ 4,426 bilhões, impulsionadas fortemente pelas provisões de longo prazo, no montante de R\$ 4,989 bilhões referentes ao aumento das provisões matemáticas. Destaque para a redução de R\$ 681,4 milhões no item Empréstimos e Financiamentos a LP, representando 14,81%.

<b>DETALHAMENTO DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV.E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LP	203.101.373,21	175.361.502,26	15,82%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	3.918.411.525,22	4.599.880.470,16	-14,81%
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	64.848.762,68	14.168.998,16	357,68%
PROVISÕES A LONGO PRAZO	5.455.641.692,59	466.035.028,80	1070,65%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	942.392.171,79	902.575.243,76	4,41%
<b>TOTAL</b>	<b>10.584.395.525,49</b>	<b>6.158.021.243,14</b>	<b>71,88%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BP 60.** As obrigações trabalhistas, prev.e assistenciais tiveram acréscimos de R\$ 27,7 milhões, representando em termos percentuais 15,82%, todo ele no item pessoal a pagar, que aumentou R\$ 65,9 milhões, em decorrência das incorporação de precatórios de pessoal.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>DETALHAMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREV. E ASSISTENCIAIS LP</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
PESSOAL A PAGAR	116.951.733,49	23.234.374,38	403,36%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	86.149.639,72	152.127.127,88	-43,37%
<b>TOTAL</b>	<b>203.101.373,21</b>	<b>175.361.502,26</b>	<b>15,82%</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BP 61.** Os Empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentam decréscimo de 14,81%, equivalente a R\$ 681,4 milhões, sendo que está quase todo ele centralizado nos empréstimos e financiamentos internos no valor de R\$ 524 milhões, resultado da reclassificação de empréstimos de longo para curto prazo e, ainda, em decorrência da antecipação, em 2022, da 9496/97, devido ao descumprimento do teto pelo Estado de Mato Grosso.

<b>DETALHAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS DE LP</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO-INTERNO	1.425.720.002,04	1.828.425.715,72	-22,02%
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO-EXTERNO	45.316.384,51	54.342.746,40	-16,61%
FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO-INTERNO	1.435.173.335,36	1.557.128.458,59	-7,83%
FINANCIAMENTO A LONGO PRAZO - EXTERNO	1.012.201.803,31	1.159.983.549,45	-12,74%
<b>TOTAL</b>	<b>3.918.411.525,22</b>	<b>4.599.880.470,16</b>	<b>-14,81%</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BP 62.** Os fornecedores de Longo prazo tiveram aumento de 357,68%, no valor de R\$ 50,6 milhões, decorrentes, quase integralmente, do aumento dos precatórios de natureza alimentar e comum de longo prazo no valor de R\$ 50,6 milhões incorporados e 2022.

<b>DETALHAMENTO DOS FORNECEDORES LP</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
Fornecedores Nacionais a Longo Prazo (P)	2.587.095,73	2.603.784,73	-0,64%
Precatórios de Forn. Nac. Regime Especial - A Partir de 05/05/2000 - Não Vencidos	62.261.666,95	11.565.213,43	438,35%
<b>TOTAL</b>	<b>64.848.762,68</b>	<b>14.168.998,16</b>	<b>357,68%</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**BP 63.** As provisões de longo prazo aumentaram 4,989 bilhões, representando um decréscimo de 1.070,65%, em decorrência, conforme destacado nas políticas contábeis adotadas em 202, item “e. PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS, das alterações do cálculo das provisões matemática constante do Relatório de Avaliação Atuarial data focal 2022, elaborado pela FAC Inovação Tecnológica em Gestão Atuarial.



**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

DETALHAMENTO DAS PROVISÕES LONGO PRAZO			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS A LONGO PRAZO	200.190.160,10	199.407.330,11	0,39%
FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	242.780.479,55	215.229.632,07	12,80%
FUNDO EM REPARTIÇÃO - PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	58.077.427,21	-297.091.826,22	-119,55%
PLANO PREVIDENCIÁRIO-PROVISÕES DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	6.026.800.869,02	5.356.306.381,83	12,52%
PLANO PREVIDENCIÁRIO-PROVISÕES DE BENEFÍCIOS A CONCEDER	141.269.883,00	-3.115.267.393,86	-104,53%
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - PLANO DE AMORTIZAÇÃO	-1.256.961.551,85	-2.469.484.418,03	-49,10%
PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO FUNDO EM REPARTIÇÃO	0,00	81.862.194,15	-100,00%
PROVISÕES ATUARIAIS PARA AJUSTES DO PLANO PREVIDENCIÁRIO	25.547.034,26	477.135.737,45	-94,65%
PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS A LONGO PRAZO	17.303.407,30	17.303.407,30	0,00%
OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO	633.984,00	633.984,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>5.455.641.692,59</b>	<b>466.035.028,80</b>	<b>1070,65%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**BP 64.** O patrimônio líquido teve aumento de 6,15%, representando R\$ 1,579 bilhão, sendo R\$ 30,7 milhões referentes a integralização de capital Social Empresa Mato-Grossense de Tecnologia da Informação – MTI, R\$ 5 milhões, referente a futuro aumento de capital da MT PAR, R\$ 331,2 milhões referente a demais reservas, constituídas pela reavaliações do imobilizado efetivadas pelas Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ e Universidade do Estado Mato Grosso – UNEMAT e Secretaria de Estado, Cultura, Esporte e lazer – SECEL e R\$ 1,212 bilhão referente as movimentações no item resultados acumulados.

**BP 65.** O Aumento de 4,83%, no montante de R\$ 1,212 bilhão, nos resultados acumulados é referente ao Resultado Superavitário do Exercício de R\$ 1,733 bilhão conjugado com os ajustes de exercícios anteriores negativos de R\$ 521,3 milhões.

**BP 66.** Os ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 521,3 milhões são oriundos de mudanças de critérios que foram utilizados para ajustes nos elementos patrimoniais. Esses registros foram efetuados em várias Unidades Orçamentárias, decorrentes de ajustes de depreciação e equalização de saldos, referentes aos exercícios anteriores a 2022. Destaque para os ajustes das provisões matemáticas feitas pela MT PREV no valor negativo de R\$ 744 milhões.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>DETALHAMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	516.671.048,63	485.951.338,33	6,32%
ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO CAPITAL	5.000.000,00	-	100,00%
RESERVAS DE CAPITAL	935.738,32	935.738,32	0,00%
RESERVAS DE LUCROS	458.682,46	458.682,46	0,00%
DEMAIS RESERVAS	385.378.738,88	54.084.604,58	612,55%
RESULTADOS ACUMULADOS	26.332.559.932,78	25.120.342.215,18	4,83%
<b>TOTAL</b>	<b>27.241.004.141,07</b>	<b>25.661.772.578,87</b>	<b>6,15%</b>

FONTE: FIPLAN/SAAF/SEFAZ

**BP 67.** As inscrições das despesas em restos a pagar são efetuadas em contas da classe de controle da Execução do Planejamento e Orçamento (6). Os Restos a pagar processados, não processados em liquidação e os restos a pagar não processados liquidados a pagar, além do registro na classe 6, grupo 3 (6.3) já constam no passivo patrimonial do Balanço Patrimonial, pois o fato gerador já ocorreu. Diferentemente os restos a pagar não processados a liquidar somente constam na classe 6.3, não havendo nenhum registro no passivo de natureza patrimonial (classe 2).

**BP 68.** Os restos a pagar não processados a liquidar constam no passivo financeiro do “QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES”, mas não compõem o passivo patrimonial do quadro principal do Balanço Patrimonial. Assim a conciliação entre o saldo patrimonial do Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e o patrimônio líquido do Balanço Patrimonial segue abaixo:

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (BP) X SALDO PATRIMONIAL (QUADRO AP FINANCEIRO E PERMANENTE)</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO BP (I)</b>	<b>27.241.004.141,07</b>	<b>25.661.772.578,87</b>	<b>6,15%</b>
RP NÃO PROC DO EXERCÍCIO A LIQUIDAR (II)	440.894.923,15	205.876.040,83	114,16%
RP NÃO PROC. EX. ANTERIORES A LIQUIDAR (III)	50.880.956,71	68.280.936,68	-25,48%
RP NÃO PROC EM INSCRIÇÃO A LIQUIDAR (IV)	4.021.639.218,48	3.397.941.115,05	18,36%
<b>SUBTOTAL DOS RESTOS A PAGAR (V = II + III + IV)</b>	<b>4.513.415.098,34</b>	<b>3.672.098.092,56</b>	<b>22,91%</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (VI = I + V)</b>	<b>22.727.589.042,73</b>	<b>21.989.674.486,31</b>	<b>3,36%</b>

FONTE: FIPLAN/SAAF/SEFAZ

### **Demonstração das Variações Patrimoniais**

**DVP 1.** A movimentação intraorçamentária está incorporada na Demonstração das Variações Patrimoniais e integram os saldos das contas patrimoniais.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

**DVP 2.** As variações patrimoniais aumentativas tiveram uma redução de 17,94%, equivalente a R\$ 24,749 bilhões, sendo que o grupo que mais contribuiu para esse resultado foi o de Outras Variações Patrimoniais aumentativas com um decréscimo de R\$ 36,471 bilhões. Destaque para o aumento expressivo nos itens Impostos, taxas e contribuições de melhoria e Transferência e delegações recebidas nos montantes de R\$ 13 bilhões e R\$ 8,3 bilhões, respectivamente.

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	23.051.636.700,83	14.740.244.250,43	56,39%
CONTRIBUIÇÕES	7.343.182.644,19	6.149.180.054,80	19,42%
EXPLORAÇÃO E VENDAS DE BENS E SERVIÇOS E DIREITOS	1.217.763.143,21	1.582.816.554,22	-23,06%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS.	5.694.002.287,50	10.594.648.488,22	-46,26%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	70.641.453.564,21	57.543.438.284,33	22,76%
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINC.DE PASSIVOS	1.531.444.611,61	7.146.299.655,97	-78,57%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.699.837.838,59	40.171.736.722,44	-90,79%
<b>TOTAL</b>	<b>113.179.320.790,14</b>	<b>137.928.364.010,41</b>	<b>-17,94%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DVP 3.** O grupo de impostos, taxas e contribuições de melhoria aumentou 56,39%, equivalente a R\$ 8,311 bilhões, quase integralmente concentrado item impostos com crescimento de R\$ 8,300 bilhões, em decorrência, essencialmente, da mudança dos registros das deduções dos municípios e FUNDEB, que em 2022 passaram a ser contabilizados como uma VPD, e não mais como uma VPA redutora.

**DVP 4.** Porém importante observar que houve aumento da arrecadação tributária em 2022, em especial do ICMS, também houve um maior montante de registro de VPA pelo reconhecimento, regime de competência, dos direitos tributários a receber.

<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
IMPOSTOS	22.785.169.041,21	14.484.985.756,81	57,30%
TAXAS	266.466.109,19	255.258.493,62	4,39%
CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	1.550,43	-	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>23.051.636.700,83</b>	<b>14.740.244.250,43</b>	<b>56,39%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DVP 5.** As contribuições tiveram um crescimento de 19,42%, equivalente a R\$ 1,194 bilhão, sendo que as contribuições sociais cresceram R\$ 301 milhões e as contribuições econômicas cresceram 892,9 milhões. O aumento das contribuições sociais foram impactadas pela incremento da despesa patronal do poder judiciário e pelo aumento da base de contribuição pelo alterações salariais e RGA.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

CONTRIBUIÇÕES			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	3.656.374.675,15	3.355.300.897,44	8,97%
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	3.686.807.969,04	2.793.879.157,36	31,96%
<b>TOTAL</b>	<b>7.343.182.644,19</b>	<b>6.149.180.054,80</b>	<b>19,42%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DVP 6.** O grupo exploração e vendas de bens, serviços e direitos apresentou uma redução de 365 milhões, sendo ele todo concentrado no item exploração de bens e direitos e prestação e serviço que reduziu R\$ 365 milhões.

EXPLORAÇÃO E VENDAS DE BENS E SERVIÇOS E DIREITOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
VENDA DE MERCADORIAS/PRODUTOS	2.333.296,40	2.124.521,28	9,83%
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.215.429.846,81	1.580.692.032,94	-23,11%
<b>TOTAL</b>	<b>1.217.763.143,21</b>	<b>1.582.816.554,22</b>	<b>-23,06%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DVP 7.** Esse grupo teve um decréscimo de R\$ 4,900 bilhões de 2021 para 2022, sendo integralmente consequência da redução das variações monetárias e cambiais no valor de R\$ 6,349 bilhões. Destaque para os aumentos da remuneração de depósitos e outras variações patrimoniais, nos valores de R\$ 1,368 bilhão, em decorrência de maiores montante de recursos em conta.

VARIACIONES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	419.885,21	3.050.464,73	-86,24%
JUROS E ENCARGOS DE MORA	648.968.462,04	443.622.539,76	46,29%
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS	3.377.798.643,28	9.727.200.174,77	-65,27%
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	57.953.330,83	-	100,00%
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.608.788.013,64	239.998.115,02	570,33%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	73.952,50	180.777.193,94	-99,96%
<b>TOTAL</b>	<b>5.694.002.287,50</b>	<b>10.594.648.488,22</b>	<b>-46,26%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DVP 8.** O grupo transferências e delegações recebidas apresentou um aumento de 22,76%, totalizando R\$ 13 bilhões de incremento, concentradas nas transferências intragovernamentais e intergovernamentais que aumentaram R\$ 10,624 bilhões e R\$ 2,415 bilhões, respectivamente. Nas transferências intragovernamentais destacam-se a movimentação de cotas e repasses financeiros entre as unidades, inclusive cobertura do déficit financeiro da previdência, no montante de R\$ 4,7 bilhões e as movimentações independentes da execução orçamentárias ocorridas entre as unidades no montante de R\$ 6,9 bilhões. Já as transferências intergovernamentais foram impactadas, principalmente, pelas transferências federais.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
TRANSFERÊNCIAS INTRA GOVERNAMENTAIS	61.903.909.967,28	51.279.176.292,14	20,72%
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	8.545.842.333,67	6.130.436.624,07	39,40%
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	11.860.629,41	24.151.820,46	-50,89%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	176.539.672,70	109.625.421,06	61,04%
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	1.802,95	30.865,27	-94,16%
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	3.299.158,20	17.261,33	19013,00%
<b>TOTAL</b>	<b>70.641.453.564,21</b>	<b>57.543.438.284,33</b>	<b>22,76%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DVP 9.** A VPA de ganhos com ativos e desincorporação de passivos apresentou redução no montante de R\$ 5,614 bilhões, sendo essa redução, quase integralmente, concentrada em ganhos com incorporação de ativos, que apresentou R\$ 5,522 bilhões de redução, referente à redução da inscrição da dívida ativa, essa diferença de valores se justifica em decorrência de ações implementadas em 2021 e 2022 para o saneamento e equalização dos saldos registrados no sistema de dívida ativa.

<b>VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
REAVALIAÇÃO DE ATIVOS	37.729,00	-	100,00%
GANHOS COM ALIENAÇÃO	232.350,00	20.866.695,51	-98,89%
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	794.884.321,65	6.317.649.217,01	-87,42%
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	736.290.210,96	807.783.743,45	-8,85%
<b>TOTAL</b>	<b>1.531.444.611,61</b>	<b>7.146.299.655,97</b>	<b>-78,57%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DVP 10.** As outras Variações aumentativas apresentaram redução de 90,79%, equivalente a R\$ 36,471 bilhões, concentrado no item Reversões de provisões e Ajustes de perdas, no montante de R\$ 36,471 bilhões, decorrente da redução das reversões das provisões matemáticas de 2021 para 2022.

<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES	-	5.608.954,77	-100,00%
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	2.520.880.815,43	39.454.457.168,03	-93,61%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.178.957.023,16	711.670.599,64	65,66%
<b>TOTAL</b>	<b>3.699.837.838,59</b>	<b>40.171.736.722,44</b>	<b>-90,79%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DVP 11.** As variações patrimoniais diminutivas aumentaram em relação a 2021, R\$ 18,842 bilhões, correspondendo a 20,35% de crescimento, sendo que os acréscimos de R\$ 12,968 bilhões das transferências e delegações concedidas e os

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

R\$ 5,490 bilhões das outras variações patrimoniais diminutivas foram os grupos responsáveis pela crescimento das variações diminutivas.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
PESSOAL E ENCARGOS	12.738.344.479,77	10.725.679.830,58	18,76%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	4.363.036.750,58	4.274.654.142,05	2,07%
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	4.078.349.314,69	3.693.842.547,97	10,41%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2.608.313.197,29	1.267.337.778,85	105,81%
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	70.807.372.082,19	57.839.133.326,00	22,42%
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	10.695.514.213,51	14.148.501.118,11	-24,41%
TRIBUTARIAS	301.015.908,11	290.047.324,07	3,78%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.853.776.340,56	363.623.319,46	1509,85%
<b>TOTAL</b>	<b>111.445.722.286,70</b>	<b>92.602.819.387,09</b>	<b>20,35%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DVP 12.** A despesa com Pessoal e encargos, teve um aumento de R\$ 2 bilhões, esse aumento foi decorrente da concessão da RGA de 7% para cargos efetivos, 37,51% para comissionados e 26,55 para contratos temporários, aumentos salariais para diversas carreiras, entre elas AAF, meio ambiente, sistema sócio educativo, servidores do tribunal de justiça e ingressos de novos servidores temporários no Poder Executivo.

PESSOAL E ENCARGOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	9.851.577.403,45	8.001.868.108,20	23,12%
ENCARGOS PATRONAIS	2.641.261.311,93	2.312.857.771,36	14,20%
BENEFÍCIOS A PESSOAL	1.202.557,72	146.822.186,68	-99,18%
OUTRAS VAR. PATR. DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	244.303.206,67	264.131.764,34	-7,51%
<b>TOTAL</b>	<b>12.738.344.479,77</b>	<b>10.725.679.830,58</b>	<b>18,76%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DVP 13.** Os benefícios previdenciários e assistenciais tiveram crescimento de 2,07%, equivalente a R\$ 88,3 milhões, sendo R\$ 41 milhões no item Aposentadorias e Reformas e R\$ 53 milhões em pensões, aqui também efeito da RGA – Revisão Geral Anual e leis de carreira citados no item anterior.

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTÊNCIAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
APOSENTADORIAS E REFORMAS	3.637.536.915,13	3.595.964.388,80	1,16%
PENSOES	725.283.472,70	671.392.164,06	8,03%
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	216.362,75	7.297.589,19	-97,04%
<b>TOTAL</b>	<b>4.363.036.750,58</b>	<b>4.274.654.142,05</b>	<b>2,07%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

**DVP 14.** O item uso de material de consumo, foi o grande responsável pelo crescimento de R\$ 384,5 milhões, de 2021 para 2022, dos uso de bens serviços e consumo de capital fixo.

<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	864.064.814,20	502.199.233,50	72,06%
SERVICOS	2.920.379.990,30	2.992.360.022,30	-2,41%
DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTAO	293.904.510,19	199.283.292,17	47,48%
<b>TOTAL</b>	<b>4.078.349.314,69</b>	<b>3.693.842.547,97</b>	<b>10,41%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DVP 15.** AS VPD'S financeiras apresentaram um aumento de 105,81%, no valor de R\$ 1,340 bilhão, concentrado no item variações monetárias e cambiais que aumentaram R\$ 927,3 milhões, referentes, em sua maioria, à dívida pública interna e externa e no item outras variações monetárias diminutivas financeiras que apresentaram crescimento de R\$ 381,9 milhões, em decorrência do aumento de pagamentos de sentenças judiciais não trabalhistas.

<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH%</b>
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	359.684.605,76	328.139.983,48	9,61%
JUROS E ENCARGOS DE MORA	145.422,34	-	100,00%
VARIAÇÕES MONETARIAS E CAMBIAIS	1.511.118.504,38	583.795.245,65	158,84%
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	737.364.664,81	355.402.549,72	107,47%
<b>TOTAL</b>	<b>2.608.313.197,29</b>	<b>1.267.337.778,85</b>	<b>105,81%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DVP 16.** No grupo de transferências e delegações concedidas houve um aumento de R\$ 12,968 bilhões, equivalente a 22,42%, concentrado no item transferências intragovernamentais e transferências intergovernamentais que aumentou R\$ 5,861 bilhões e R\$ 7 bilhões. O aumento das transferências intragovernamentais aumentaram em virtude do aumento das cotas e repasses, inclusive para cobertura do déficit financeiro da previdência, já nas intergovernamentais foi devido, principalmente a mudança de contabilização das deduções dos municípios e FUNDEB, que deixam de representar uma VPA redutora e passa a ser registrada como VPD, conforme orientação do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	58.715.422.923,46	52.853.661.630,46	11,09%
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.631.228.626,86	4.574.149.373,79	154,28%
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	393.598.989,80	359.667.345,31	9,43%
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	67.121.542,07	51.654.976,44	29,94%
<b>TOTAL</b>	<b>70.807.372.082,19</b>	<b>57.839.133.326,00</b>	<b>22,42%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DVP 17.** O grupo de desvalorização e perda de ativos apresentou uma queda de 24,41%, no montante de R\$ 3,452 bilhões, redução concentrada no item redução a valor recuperável e provisão para perdas no valor de R\$ 5,238 bilhões em decorrência dos ajustes para perdas da dívida ativa. Destaque para o crescimento do item desincorporação de ativos referente à **baixa da dívida ativa**.

DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E PROVISÃO PARA PERDAS	7.202.326.422,42	12.441.219.009,61	-42,11%
PERDAS COM ALIENACAO	-	24.587,28	-100,00%
PERDAS INVOLUNTARIAS	17.200.818,97	96.532.889,61	-82,18%
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	85.004.190,51	63.993.522,87	32,83%
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	3.390.982.781,61	1.546.731.108,74	119,24%
<b>TOTAL</b>	<b>10.695.514.213,51</b>	<b>14.148.501.118,11</b>	<b>-24,41%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DVP 18.** A variação patrimonial diminutiva tributária aumentou em R\$ 10,9 milhões, sendo R\$ 9,1 milhões no item impostos, referente ao aumento das despesas dos impostos federais e R\$ 1,8 milhão em contribuições da União, mais precisamente contribuição para seguridade social da União.

VARIACÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA TRIBUTÁRIA			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH%
IMPOSTOS	296.928.181,27	287.812.027,09	3,17%
CONTRIBUIÇÕES	4.087.726,84	2.228.931,29	83,39%
DEPÓSITOS OBRIGATÓRIOS	-	6.365,69	-100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>301.015.908,11</b>	<b>290.047.324,07</b>	<b>3,78%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DVP 19.** As demais variações patrimoniais diminutivas tiveram um crescimento de R\$ 5,490 bilhões, representando 1.509,85% de aumento no grupo, em decorrência da VPD de constituição de provisões no valor de R\$ 4,547 bilhões em razão, especialmente, da constituição das provisões matemáticas de LP, e da VPD diversas variações patrimoniais no montante de 916,6 milhões, devido ao aumento dos valores pagos a título de indenizações.



**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>AH%</b>
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS - CMV	20.458.521,25	4.383.032,45	366,77%
PREMIAÇÕES	11.547.325,24	12.867.326,11	-10,26%
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	4.658.717,28	-	100,00%
INCENTIVOS	19.490.432,53	12.942.653,54	50,59%
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	4.647.512.908,46	99.923.905,57	4551,05%
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.150.108.435,80	233.506.401,79	392,54%
<b>TOTAL</b>	<b>5.853.776.340,56</b>	<b>363.623.319,46</b>	<b>1509,85%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DVP 20.** O resultado patrimonial do exercício foi superavitário em R\$ 1,733 bilhão, impactado pelo aumento de algumas receitas, em especial de ICMS, contribuições econômicas e transferências federais, por outro lado as variações diminutivas foram impactadas pelo aumento das despesas de pessoal em decorrência da concessão do RGA, nomeações e aumentos salariais e pelo aumento das provisões matemáticas em decorrência das alterações na metodologia.

<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)</b>	<b>113.179.320.790,14</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	23.051.636.700,83
CONTRIBUIÇÕES	7.343.182.644,19
EXPLORAÇÃO E VENDAS DE BENS E SERVIÇOS E DIREITOS	1.217.763.143,21
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS.	5.694.002.287,50
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	70.641.453.564,21
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINC.DE PASSIVOS	1.531.444.611,61
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.699.837.838,59
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>	<b>111.445.722.286,70</b>
PESSOAL E ENCARGOS	12.738.344.479,77
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	4.363.036.750,58
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	4.078.349.314,69
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2.608.313.197,29
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	70.807.372.082,19
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	10.695.514.213,51
TRIBUTARIAS	301.015.908,11
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	5.853.776.340,56
<b>SUPÉRÁVIT</b>	<b>1.733.598.503,44</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**ANEXO 16 - Demonstrativo da Dívida Consolidada - DDC**

**DDC 1.** O demonstrativo da dívida consolidada vem desmembrado em dívida pública, precatórios e outras dívidas. Em atendimento à determinação do

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

Tribunal de Contas do Estado, o item, outras dívidas, foi incluído no anexo 16 para compatibilizá-lo com o Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal da Lei Complementar 101/2000.

**DDC 2.** Dívida Pública do Estado de Mato Grosso é constituída atualmente por contratos de empréstimos e financiamentos, além de parcelamentos de débitos tributários previdenciários e de outras contribuições sociais.

**DDC 3.** A dívida por contratos é composta por financiamentos nacionais – dívida interna – e por contratos de empréstimos internacionais – dívida externa. Atualmente, estão em execução 21 (vinte e um) contratos da Administração Direta e parcelamentos tributários da Administração Indireta.

**DDC 4.** A dívida consolidada sofreu decréscimo de 21,92%, correspondente a R\$ 1,434 bilhão, sendo R\$ 1,288 bilhão de redução da dívida pública, R\$ 228,5 milhões de redução de precatórios e R\$ 83 milhões de acréscimos nas outras dívidas.

**DDC 5.** Dentre outros fatores merece destaque pela redução do estoque da dívida consolidada as amortizações extraordinárias ocorridas devido ao descumprimento do teto constitucional (Lei Complementar nº 156/2016), tendo sido feitos pagamentos de 12 parcelas mensais em 2022, a título de amortização antecipada, referente ao contrato Lei 9496/97, no valor de R\$ 791.639.216,12 (Setecentos e noventa e um milhões, seiscentos e trinta e nove mil, e duzentos e dezesseis reais, e doze centavos).

**DDC 6.** Já os precatórios apresentaram redução de R\$ 228 milhões em decorrência da desincorporação, por ter sido retirada da fila, do precatório da Olvepar e ainda devido a um maior pagamento de precatórios que estavam sobrestados e voltaram para ordem cronológica.

**DDC 7.** Já as outras dívida foi impactadas pelo reconhecimento, pela Secretaria de Estado de Saúde – SES, de passivos sem dotação orçamentária de faturas devidas aos hospitais que se encontram em fase de apuração e validação.

<b>DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>AH%</b>
DÍVIDA PÚBLICA	4.839.921.070,02	6.128.623.573,73	-21,03%
PRECATÓRIOS	185.188.249,22	413.774.108,98	-55,24%
OUTRAS DÍVIDAS	85.004.190,51	1.906.381,56	4358,93%
<b>TOTAL</b>	<b>5.110.113.509,75</b>	<b>6.544.304.064,27</b>	<b>-21,92%</b>

**FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ**

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

**DDC 8.** O estoque da dívida pública registrou o montante de R\$ 4,839 bilhões no final de 2022, representando 94,71% da dívida consolidada - DC. Esse montante corresponde ao total dos Estoques da Dívida Interna de R\$ 3,708 bilhões (72,57% da DC) e Externa de R\$ 1,131 bilhão (22,14% da DC). Verifica-se redução da dívida pública em 21,03%, no valor nominal de R\$ 1,288 bilhão, em relação a dezembro de 2021.

**DDC 9.** A Dívida Interna, excluído precatório e outras dívidas, em 2021 era de 4,841 bilhões e em 2022 foi para R\$ 3,708 bilhões, redução de R\$ 1,132 bilhão, correspondendo a uma queda 23,40%, tal redução deve-se, principalmente, ao pagamento antecipado do contrato da Lei 9496/97. Já a Dívida Externa em 2021 era de R\$ 1,287 bilhão e em 2022 foi para R\$ 1,131 bilhão, redução de R\$ 155,9 milhões, correspondendo 12,12% de redução.

<b>DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA PÚBLICA</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>AH%</b>
DÍVIDA PUBLICA INTERNA	3.708.415.867,03	4.841.126.948,87	-23,40%
DÍVIDA PUBLICA EXTERNA	1.131.505.202,99	1.287.496.624,86	-12,12%
<b>TOTAL</b>	<b>4.839.921.070,02</b>	<b>6.128.623.573,73</b>	<b>-21,03%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DDC 10.** A composição do Saldo Devedor da dívida pública consolidada do Estado de Mato Grosso em dezembro de 2022 manteve-se como contratual, exceto o montante dos Precatórios, os parcelamentos de débitos previdenciários e de tributos federais e as outras dívidas com fornecedores, que tratam de obrigações assumidas em virtudes de leis.

### **ANEXO 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante - DDF**

**DDF 1.** A posição das contas entre o anexo 17 e o saldo do Passivo Financeiro, apresentado no Balanço Patrimonial, no Quadro dos Ativos e Passivos financeiros e Permanentes é equivalente, de forma que ambos apresentam o valor de R\$ 15,189 bilhões.

**DDF 2.** Os restos a pagar, nesse demonstrativo, são apresentados em separado os restos a pagar principal das consignações. As consignações são demonstradas dentro do grupo “DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES”.

**DDF 3.** Os restos a pagar não processados liquidados em 31 de dezembro de 2022 aparecem na coluna Saldo do Exercício Anterior como processado, estando em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

Público – MCASP, que orienta a transferência dos restos a pagar não processados liquidados para restos a pagar processados.

**DDF 4.** Conforme quadro resumo foram cancelados, no exercício de 2022, o montante de R\$ 51,3 milhões de restos a pagar processados, sendo R\$ 47,6 milhões do credor principal e R\$ 3,7 milhões de consignações de RP Processados. Foram cancelados R\$ 806 milhões de restos a pagar não processados.

**DDF 5.** No exercício de 2020 foi desenvolvido o relatório FIP 631 - Demonstrativo dos Cancelamentos de Restos a Pagar Liquidados, com o objetivo de evidenciar as motivações para o cancelamento de Restos a pagar processados.

**DDF 6.** Do cancelamento de restos a pagar processados de R\$ 51,384 milhões, R\$ 19,6 milhões foi cancelado pelo executivo e R\$ 31,7 milhões pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso – AL/MT.

<b>CANCELAMENTO DE RP PROCESSADO 2022</b>		
<b>CÓDIGO</b>	<b>SIGLA</b>	<b>VALOR</b>
01101	AL	31.702.893,01
04304	INTERMAT	74.874,49
09101	PGE/MT	554.327,89
11401	MTI	18.991,78
12101	SEAF	17.392,43
12401	EMPAER/MT	69.844,00
14101	SEDUC	2.386.047,70
16101	SEFAZ	164,75
17303	INDEA/MT	3.816,48
17501	METAMAT	10.660,99
17502	MT-GÁS	4.512,70
19101	SESP	17.453,88
21601	FES	9.728.749,50
22101	SETASC	1.049,00
25101	SINFRA	6.782.152,21
26201	UNEMAT	12.056,43
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>51.384.987,24</b>

**DDF 7.** Conforme tabela abaixo elaborada com base no FIP 631, dos R\$ 19,6 milhões de cancelamento de RP processados do Executivo, R\$ 2,4 milhões foram cancelados por rescisão dos contratos; R\$ 16 milhões foram cancelados por prescrição e R\$ 554 mil por determinação judicial e R\$ 459 mil por terem sido pagos em outros processos e R\$ 180 mil por parecer dos órgãos de controle e decretos.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>RESUMO FIP 631 - MOTIVAÇÃO CANCELAMENTO DE RP PROCESSADO</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR DO EXECUTIVO</b>
CANCELAMENTO POR RESCISÃO CONTRATUAL	2.424.131,84
CANCELAMENTO POR PRESCRIÇÃO	16.063.211,76
CANCELAMENTO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL	554.327,89
DESPESAS PAGAS EM OUTROS PROCESSOS	459.693,55
PARECER ÓRGÃOS DE CONTROLE	6.636,77
CANCELAMENTO POR DECRETO	174.092,42
<b>TOTAL</b>	<b>19.682.094,23</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**DDF 8.** Também foram estornados o montante de R\$ 806,7 milhões de restos a pagar não processados no exercício de 2021.

#### **ANEXO 18 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa – DFC**

**DFC 1.** A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC demonstra os montantes de entradas e saídas de dinheiro no caixa durante o exercício e o resultado desse fluxo. Assim, a DFC apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxo operacional, de investimento e de financiamento.

**DFC 2.** A DFC foi elaborada de acordo com a NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IPC 08;

**DFC 3.** Na DFC são incluídos os fluxos de caixa extraorçamentários, considerando que, em observância ao princípio de unidade de caixa, estes recursos transitam na conta única;

**DFC 4.** Em Mato Grosso, em função da adoção do Princípio da Unidade de Tesouraria, a “Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa” é igual ao “Resultado Financeiro”, apurado no Balanço Financeiro, de forma que em 2022, o resultado apurado foi positivo em R\$ 1,774 bilhão, representando uma redução de 65,55%, da ordem de R\$ 3,375 bilhões, em relação ao mesmo período de 2021, quando o resultado foi positivo em R\$ 5,150 bilhões, conforme tabela a seguir. O decréscimo ficou concentrado nos fluxos das atividades de investimentos e atividades de financiamento nos montantes de R\$ 2,795 bilhões e R\$ 636 milhões respectivamente.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH</b>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	7.418.337.938,22	7.361.905.541,86	0,77%
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	-4.515.821.285,00	-1.720.409.837,60	162,49%
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-1.128.278.997,87	-491.422.027,97	129,59%
<b>TOTAL</b>	<b>1.774.237.655,35</b>	<b>5.150.073.676,29</b>	<b>-65,55%</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

**DFC 5.** No fluxo das atividades operacionais, onde fica evidente a capacidade do ente em financiar suas atividades correntes sem recorrer a fontes externas de financiamento, o Estado apresentou um crescimento de 0,77%, equivalente a R\$ 56,4 milhões no exercício de 2022, se comparado com o exercício anterior, totalizando um fluxo positivo, em 31 de dezembro, de R\$ 7,418 bilhões.

**DFC 6.** Enquanto os ingressos operacionais cresceram R\$ 11,757 bilhões os desembolsos operacionais cresceram somente R\$ 11,701 bilhões, gerando um crescimento no fluxo de caixa líquido operacional de R\$ 56,4 milhões de 2021 para 2022.

**DFC 7.** O crescimento dos ingressos, no valor de R\$ 11,757 bilhões, foram impulsionados pelo aumento da receita tributária em R\$ 1,129 bilhão, em especial ICMS, IPVA e IRRF, em decorrência das ações implementadas na área tributária, do reflexo do crescimento da economia e do incremento da folha; pelo aumento das remunerações das disponibilidades em R\$ 1,154 bilhão, devido a um maior fluxo de recursos em conta; pelo acréscimo das transferências financeiras recebidas em R\$ 1,571 bilhão, devido ao aumento dos valores do FPM, FUNDEB e da Cessão Onerosa bônus pré-sal; e pelo crescimento dos outros ingressos operacionais no montante de R\$ 7,005 bilhões.

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH</b>
<b>Ingressos (I)</b>	<b>80.419.321.206,21</b>	<b>68.661.704.548,44</b>	<b>17,12%</b>
Receita Tributária	14.733.149.411,39	13.604.125.047,01	8,30%
Receita da Contribuições	7.039.749.239,43	6.149.180.054,80	14,48%
Receita Patrimonial	277.941.901,15	193.813.687,79	43,41%
Receita Agropecuária	541.854,89	227.190,00	138,50%
Receita Industrial	1.851.900,30	1.807.793,28	2,44%
Receita de Serviços	1.106.101.763,84	965.420.261,36	14,57%
Remuneração das disponibilidades	1.394.147.844,48	239.998.115,02	480,90%
Transferências Recebidas	7.621.811.195,08	6.049.872.203,87	25,98%
Outras Receitas Derivadas e originárias	1.268.386.128,33	-	100,00%
Outros ingressos operacionais	46.975.639.967,32	41.457.260.195,31	13,31%
<b>Desembolso (II)</b>	<b>73.000.983.267,99</b>	<b>61.299.799.006,58</b>	<b>19,09%</b>
Pessoal e demais despesas	20.066.974.426,42	16.951.780.910,83	18,38%
Juros e encargos da dívida	366.676.617,17	328.139.983,48	11,74%
Transferências concedidas	5.105.167.933,18	3.563.688.000,61	43,26%
Outros desembolsos operacionais	47.462.164.291,22	40.456.190.111,66	17,32%
<b>TOTAL (III = I - II)</b>	<b>7.418.337.938,22</b>	<b>7.361.905.541,86</b>	<b>0,77%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DFC 8.** Os outros ingressos operacionais, representados pelas transferências financeiras recebidas e movimentações, tiveram um crescimento de 13,31%, totalizando R\$ 5,518 bilhões, sendo R\$ 3,860 bilhões impactado pelo aumento das transferências financeiras reflexo do aumento da arrecadação e R\$ 1,658 bilhões no movimento de extraorçamentário.

<b>OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH</b>
Transferência Financeira	26.712.643.856,74	22.852.329.411,94	16,89%
Movimento Extraorçamentário	20.262.996.110,58	17.737.974.185,29	14,24%
Outras Receitas Correntes	-	866.956.598,08	-100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>46.975.639.967,32</b>	<b>41.457.260.195,31</b>	<b>13,31%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DFC 9.** O movimento extraorçamentário é composto pelas execuções extraorçamentárias do período e conforme citado acima utiliza a mesma metodologia do BF, apresentou crescimento de R\$ 2,525 bilhões, em decorrência do aumento dos depósitos de diversas origens, dos depósitos a terceiros, das receitas arrecadadas por terceiros e das receitas arrecadadas de terceiros nos valores de R\$ 1,681 bilhão, R\$ 168,1 milhões, R\$ 178,9 milhões e R\$ 236 milhões, respectivamente.



**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS - MOVIMENTAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIA			
DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	AH
RECEITAS ARRECADADAS POR TERCEIROS	3.712.465.631,56	3.533.544.346,57	5,06%
RECEITAS DO TESOIRO A RECEBER	164.042.167,71	120.841.919,64	35,75%
DEPÓSITO A TERCEIROS	829.859.068,34	661.739.694,96	25,41%
DIREITOS DER.UTILSDO DISP. CTA ÚNICA-LC 360/09-ART.1º, §3º, INC.III E ART.7º	109.429.198,41	53.468.840,00	104,66%
FUNDO CONTINGENCIAL/RESSARCIMENTO A RECEBER	5.903.904,36	5.133.194,67	15,01%
CRÉDITOS A RECEBER FOLHA DE PAGAMENTO	117.289,96	194.985,30	-39,85%
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	11.345.506.352,74	9.663.987.043,58	17,40%
RECEITAS ARRECADADAS DE TERCEIROS	3.670.463.746,34	3.433.629.332,27	6,90%
RECEITA DO TESOIRO A REPASSAR	377.555.069,34	260.010.243,20	45,21%
INCORPORAÇÃO E DESINCORPORAÇÃO DE SALDO FINANCEIRO	41.645.768,26	229.298,93	18062,22%
FUNDO CONTINGENCIAL/RESSARCIMENTO A REPASSAR	2.219.378,31	-	100,00%
RECURSOS DESTINADOS A PESSOAL/DIVIDA A RECEBER	3.788.535,25	5.195.286,17	-27,08%
<b>TOTAL</b>	<b>20.262.996.110,58</b>	<b>17.737.974.185,29</b>	<b>14,24%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DFC 10.** Destaca-se na parte dos desembolsos o crescimento de R\$ 1,5 bilhão das despesas de pessoal no em relação ao exercício de 2019, aumento esse devido ao pagamento, em 2020, da folha de dezembro de 2019 e ao final do exercício a folha de dezembro de 2020 foi paga dentro do exercício, além disso ainda houve o crescimento vegetativo da folha e aumento das alíquotas patronais e o crescimento de R\$ 687 milhões e outros desembolsos operacionais.

**DFC 11.** Os outros desembolsos operacionais, compostos das transferências financeiras concedidas no âmbito do Estado e das movimentações extraorçamentárias, tiveram um crescimento de 17,32%, representando em valores nominais um aumento de R\$ 7 bilhões, em detrimento das transferências financeiras que tiveram um crescimento de R\$ 3,861 bilhões e do movimento extraorçamentário que teve crescimento de R\$ 3,144 bilhões.

OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS			
DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021	AH
Transferência Financeira	26.712.643.856,74	22.851.337.412,29	16,90%
Movimento Extraorçamentário	20.749.520.434,48	17.604.852.699,37	17,86%
<b>TOTAL</b>	<b>47.462.164.291,22</b>	<b>40.456.190.111,66</b>	<b>17,32%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DFC 12.** O aumento de R\$ 3,144 bilhões, correspondente a 17,86%, em relação a 2021, no movimento extraorçamentário, foi em decorrência do crescimento, majoritariamente, das receitas próprias a receber, depósitos a terceiros, títulos de emissão tesouro nacional RPPS e depósitos de diversas origens, nos valores de R\$ 354,3 milhões, R\$ 535,7 milhões, R\$ 341,1 milhões e R\$ 1,628 bilhão, respectivamente.



**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

<b>OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS - MOVIMENTAÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIA</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH</b>
RECEITAS PRÓPRIA A RECEBER	4.048.018.815,68	3.693.639.575,47	9,59%
DEPÓSITO A TERCEIROS	935.024.205,26	399.274.544,85	134,18%
TÍTULOS PÚBLICOS EMISSÃO TESOURO NACIONAL - RPPS	341.133.728,23	-	100,00%
CRÉDITOS A RECEBER FOLHA DE PAGAMENTO	2.219.188,35	-	100,00%
RECURSOS DESTINADOS A PESSOAL/DÍVIDA A RECEBER	3.788.725,21	5.195.286,17	-27,07%
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	11.385.547.101,04	9.756.663.824,34	16,70%
RECEITAS PRÓPRIA A REPASSAR	3.712.465.631,56	3.533.544.346,57	5,06%
RECEITA DO TESOURO A REPASSAR	164.042.167,71	120.841.919,64	35,75%
INCORPORAÇÃO E DESINCORPORAÇÃO DE SALDO FINANCEIRO	41.947.768,67	37.091.167,66	13,09%
OBRIG.DERIVADAS UTILIZAÇÃO SDO DISP. CTA ÚNICA-LC 360/09-ART.1º	109.429.198,41	53.468.840,00	104,66%
FUNDO CONTINGENCIAL/RESSARCIMENTO A REPASSAR - MD	5.903.904,36	5.133.194,67	15,01%
<b>TOTAL</b>	<b>20.749.520.434,48</b>	<b>17.604.852.699,37</b>	<b>17,86%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DFC 13.** O fluxo de caixa das atividades de investimento de 2022 fechou em R\$ 4,515 bilhões negativo, apresentando aumento do déficit de 162,49% em relação ao exercício de 2021, totalizando R\$ 2,795 bilhões negativos, evidenciando que as atividades de investimentos vêm sendo subsidiada pelos recursos do fluxo operacional.

**DFC 14.** O fator que mais contribuiu para esse resultado nas atividades de investimento foi o aumento de despesa de ativos não circulante que cresceu 151,95%, no montante de R\$ 2,553 bilhões, sendo que o maior aumento foi infraestrutura, educação, saúde e segurança, evidenciando o forte investimento do governo.

<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH</b>
<b>Ingressos (I)</b>	<b>33.182.690,13</b>	<b>27.616.194,14</b>	<b>20,16%</b>
Alienação de bens	21.674.910,10	21.850.855,96	-0,81%
Amortização de emprést.e financ. concedidos	3.281.549,48	2.772.230,09	18,37%
Outros ingressos de investimentos	8.226.230,55	2.993.108,09	174,84%
<b>Desembolso (II)</b>	<b>4.549.003.975,13</b>	<b>1.748.026.031,74</b>	<b>160,24%</b>
Aquisição de ativo não circulante	4.233.740.116,09	1.680.419.804,29	151,95%
Concessão de emprést.e financ. concedidos	70.820,31	1.976.629,69	-96,42%
Outros desembolsos de investimentos	315.193.038,73	65.629.597,76	380,26%
<b>TOTAL (III = I - II)</b>	<b>- 4.515.821.285,00</b>	<b>-1.720.409.837,60</b>	<b>162,49%</b>

FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ

**DFC 15.** Já o fluxo de caixa das atividades de financiamento de 2022 fechou em R\$ 1,128 bilhões negativos, tendo um aumento do déficit na ordem de 129,59%, equivalente a R\$ 636,8 milhões, comparado com 2021, cujo saldo

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**  
**SECRETARIA ADJUNTA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO**

negativo fechou em R\$ 491,4 milhões negativos. Enquanto os ingressos reduziram R\$ 379,9 milhões os desembolsos aumentaram R\$ 256,8 milhões.

**DFC 16.** Em atendimento à IPC 08 - Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa, a amortização da dívida executada na natureza de despesa 4.6.90.71 deve ser evidenciada na linha Outros desembolsos e financiamento, portanto foi alocada nesta linha os valores de R\$ 1,459 bilhão e R\$ 990 milhões, referentes a 2022 e 2021, respectivamente.

**DFC 17.** Esse resultado nos ingressos das atividades de financiamento é consequência do aumento do pagamento da amortização da dívida pública, que alcançou o montante de R\$ 1,459 bilhão de desembolso e das transferências financeiras das fontes de operações de crédito, conjugado com uma redução de 379 milhões nos ingressos.

<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCIAMENTO</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AH</b>
<b>Ingressos (I)</b>	<b>728.206.674,74</b>	<b>1.108.190.424,23</b>	<b>-34,29%</b>
Operações de crédito	190.180.092,73	360.971.670,26	-47,31%
Integ. do capital social de empresas dependentes	30.719.710,30	27.000.000,00	13,78%
Transferências de capital recebidos	103.510.356,35	75.238.401,94	37,58%
Outros ingressos de financiamentos	403.796.515,36	644.980.352,03	-37,39%
<b>Desembolso (II)</b>	<b>1.856.485.672,61</b>	<b>1.599.612.452,20</b>	<b>16,06%</b>
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-	0,00%
Outros desembolsos de financiamentos	1.856.485.672,61	1.599.612.452,20	16,06%
<b>TOTAL (III = I - II)</b>	<b>- 1.128.278.997,87</b>	<b>- 491.422.027,97</b>	<b>129,59%</b>

*FONTE: FIPLAN/SACE/SEFAZ*

Informações adicionais e mais detalhadas sobre a execução e as demonstrações abordadas nessas notas técnicas podem ser verificadas no Volume 1 – Relatório do Contador.

É o que temos a relatar.

Atenciosamente,

**Anésia Cristina Batista**  
**Contadora CRC N° MT 007032/O-9**  
**Secretária Adjunta da Contadoria Geral do Estado**